



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

KELIANE MORAIS SILVA SANTOS VALE

**Competências midiáticas e informacionais de líderes de bairros de
Araguaína (TO) na relação com a mídia local e comunidade**

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Keliane Morais Silva Santos Vale

3. Título do trabalho

Competências midiáticas e informacionais de líderes de bairros de Araguaína (TO) na relação com a mídia local e comunidade

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Keliane Moraes Silva Santos Vale, Discente**, em 16/01/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Signates Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 16/01/2025, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5098060** e o código CRC **ACA3B3D0**.

KELIANE MORAIS SILVA SANTOS VALE

Competências midiáticas e informacionais de líderes de bairros de Araguaína (TO) na relação com a mídia local e comunidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Vale, Keliane Morais Silva Santos

Competências midiáticas e informacionais de líderes de bairros de Araguaína (TO) na relação com a mídia local e comunidade [manuscrito] / Keliane Morais Silva Santos Vale. - 2024.

123 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós Graduação em Comunicação, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

1. Competências informacionais. 2. Competências midiáticas.
3. Líderes de bairro. I. Freitas, Luiz Antônio Signates , orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **45/2024** da sessão de Defesa de Dissertação de **KELIANE MORAIS SILVA SANTOS VALE**, que confere o título de Mestra em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos **trinta dias de novembro de dois mil e vinte e quatro**, a partir das **oito horas**, via **webconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Competências midiáticas de líderes de bairros de Araguaína (TO) na relação com a mídia local e comunidade”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Luiz Antonio Signates Freitas (PPGCOM/FIC/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Alice Agnes Spíndola Mota (PPGCOM/UFT)**, avaliadora titular externa; Professora Doutora **Andréa Pereira dos Santos (PPGCOM/FIC/UFG)**, avaliadora titular interna, com a participação de todos por **videoconferência**.

Durante a arguição os membros da banca efetuaram sugestão de alteração do título do trabalho para **“Competências midiáticas e informacionais de líderes de bairros de Araguaína (TO) na relação com a mídia local e comunidade”**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Luiz Antonio Signates Freitas**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **trinta dias de novembro de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

“Competências midiáticas e informacionais de líderes de bairros de Araguaína (TO) na relação com a mídia local e comunidade”



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Signates Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 30/11/2024, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alice Agnes Spíndola Mota, Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Pereira Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 16/01/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4991713** e o código CRC **11DB7C80**.

Mais uma vez, e como sempre será, dedico um trabalho acadêmico ao seu José Pereira (*in memoriam*), meu pai, e à dona Maria de Jesus, minha mãe, que me guiaram para a vida, com honestidade e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente e administrativo do PPGCOM, da conceituada Universidade Federal de Goiás, na qual tive a honra de ingressar, incluindo na minha trajetória acadêmica um mestrado em comunicação, que sempre tive o desejo de cursar para continuar os estudos na minha área de formação em jornalismo. Senti acolhimento à minha ideia de pesquisa desde a aprovação como aluna regular. Na trajetória tive auxílio para aperfeiçoar e adequar a pesquisa. Foi exatamente o que tornou essa caminhada satisfatória, pois eu sempre acreditei nessa temática.

Agradeço ao meu orientador, Luiz Antônio Signates Freitas, que me deu votos de confiança para conseguir concluir a pesquisa. Que me orientou, com paciência, a estruturar uma pesquisa acadêmica com mais reflexão. Agradeço às professoras e professores que tive a oportunidade de conhecer nas disciplinas remotas e presenciais do PPGCOM/UFG.

Sou muito grata à banca examinadora de qualificação - que foi composta pelos professores Rosana Maria Ribeiro Borges e Rogério Pereira Borges, que foram essenciais para a remodelagem da pesquisa e adequada aplicação para o mestrado. À banca de defesa - composta pelas professoras Andréa Pereira dos Santos e Alice Agnes Spíndola Mota, pesquisadoras da literacia informacional ou midiática, cujo aceite de participação já foi uma honra para mim: a professora Andréa (PPGCom/UFG) sempre se disponibilizou à leitura e ajudas, e na reta final não foi diferente; e a professora Alice (PPGCom/UFT) prontamente aceitou participar da banca ao saber do tema da pesquisa - alegria compartilhada a nossa. Que possamos difundir mais tais estudos no Tocantins.

Às líderes de bairro e do CCABA, que aceitaram explicar sobre suas práticas de comunicação no desempenho desse importante papel social.

Aos meus colegas de mestrado, turma de 2022, foi um aprendizado conviver com tantas pessoas incrivelmente inteligentes. As trocas afetuosas também foram um alívio, pois começamos nossa trajetória diante de uma tela de computador, devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, e quando pudemos estar fisicamente próximos em Goiânia, eu me senti sozinha por estar longe da minha casa em Araguaína... a vida é um paradoxo mesmo.

Obrigada aos amigos e amigas, principalmente elas, porque melhor entendiam minha busca por uma carreira acadêmica, sacrificando tantas coisas, inclusive não estar presente com a frequência que eu gostaria.

Quero dizer a minha mãe e toda família - do convívio diário ou mais postergado - que a caminhada emocional só foi possível pelo apoio de vocês. Também espiritualmente fortalecida por Deus dia após dia, consegui me manter focada nos propósitos de estudos que me inclinei nos últimos anos, pois me lancei em muitas demandas simultâneas, as quais estou vencendo gradativamente, sempre aprendendo, jamais pronta.

O vínculo desse momento da minha vida com meu pai é muito forte, porque ele pediu à família que me acolhesse quando saí do Tocantins para uma moradia provisória em Goiânia, sem nem mesmo eu conhecer tão bem a família paterna. Ele que perguntava com frequência se eu estava terminando esse estudo. Infelizmente, ele nos deixou neste ínterim, mas posso dizer finalmente: TERMINEI, PAI!

RESUMO

Com o contexto digital e, em alguma medida, considerando todos os meios de comunicação como bens públicos, espera-se a expressão de mais vozes. Essa afirmação dialoga com a razão de ser desta pesquisa, justamente saber quais são as condições necessárias para a inserção dos indivíduos em posição minoritária na comunicação, principalmente no jornalismo local. Estudos anteriores da autora desta dissertação já constatarem restrições de participação no jornalismo local (Vale; Melo, 2020; Vale; Ramos, 2020). Tal cenário apontou para as competências midiáticas e informacionais, que neste trabalho estão vinculadas aos princípios e interlocuções da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Pressupunha-se que a participação social no ambiente comunicacional local ainda não se constituía um fator relevante, o que fez emergir a questão central de pesquisa: quais as competências de AMI de indivíduos em posição minoritária na comunicação?. Para delinear a pesquisa, selecionaram-se líderes de bairros periféricos de Araguaína, Tocantins (TO), a fim de conhecer suas práticas de comunicação e avaliar as relações com a mídia local e comunidade. De forma que evidenciou-se o fator de falta de regularização fundiária como catalisador de processos comunicacionais, sendo o baixo nível de competências em AMI como uma hipótese de pesquisa. Quanto aos objetivos específicos foram três: a) traçar o perfil dos entrevistados quanto às competências midiáticas e informacionais; b) compreender o relacionamento dos líderes de bairro com a mídia local e comunidade; c) verificar o papel do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA) na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro. A pesquisa teve abordagem qualitativa, na qual foi utilizada a entrevista em profundidade. O procedimento inicial da pesquisa foi a seleção de dois bairros como *locus* de estudo: o setor Cimba, que conta com uma pequena área cujos proprietários ou ocupantes jamais tiveram a situação fundiária resolvida com o ente público; e o setor Alto Bonito, que passa por um processo jurídico de ameaça à reintegração de posse. Realizou-se as entrevistas com as presidentes dos dois bairros citados e também com a presidente do CCABA. A liderança feminina nos cargos em questão desvela questões que não passaram despercebidas, mas não constituem o foco deste estudo. As competências midiáticas e informacionais foram as categorias de análise mobilizadas para o desenvolvimento desta dissertação, cujos resultados mostraram a importância de algumas delas para a atuação de um líder comunitário, das quais destacamos, como exemplo, a capacidade de 'participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada'. Notou-se também que o engajamento social prévio à liderança de bairro contribuiu para o empoderamento das entrevistadas que mais demonstraram competências em AMI. Outra observação é que a participação dos moradores em projetos coletivos promoveu o "sentimento de pertencimento", essencial para a formação da comunidade, e impulsionou a comunicação, como visto na luta pela regularização fundiária no setor Alto Bonito. Os resultados afastam parcialmente a hipótese inicial de baixo nível de competências em AMI, pois revelam particularidades nos casos analisados. As presidentes de bairro desmobilizam/limitam suas competências midiáticas e informacionais devido a fatores como a necessidade de articulação política com agentes públicos e a preocupação com a exposição pública. As inferências desta dissertação sobre o papel do CCABA na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro apontam que não há uma inclinação da instituição para promover esse tipo de ação e percebe-se que a relação política na gestão do conselho interfere no reconhecimento das competências midiáticas e informacionais para a efetiva participação democrática, evidenciando a necessidade de revisão do papel do conselho.

Palavras-chave: Competências informacionais; Competências midiáticas; Líderes de bairro.

ABSTRACT

With the digital context and, to some extent, considering all media as public goods, the expression of more voices is expected. This statement aligns with the rationale of this research, which is precisely to know what conditions are necessary for the inclusion of individuals in minority positions in communication, especially in local journalism. Previous studies by the author of this dissertation have already found restrictions on participation in local journalism (Vale; Melo, 2020; Vale; Ramos, 2020). This scenario pointed to media and information literacy (MIL) competencies, which in this work are linked to the principles and dialogues of Media and Information Literacy (MIL). It was assumed that social participation in the local communication environment was not yet a relevant factor, which brought up the central research question: what are the MIL competencies of individuals in minority positions in communication? To delineate the research, leaders from peripheral neighborhoods of Araguaína, Tocantins (TO), were selected to learn about their communication practices and assess their relationships with the local media and community. In this way, the lack of land regularization was highlighted as a catalyst for communication processes, with the low level of MIL competencies being a research hypothesis. As for the specific objectives, there were three: a) to outline the profile of the interviewees regarding media and information literacy; b) to understand the relationship of neighborhood leaders with the local media and community; c) to verify the role of the Consultative Council of Neighborhood Associations of Araguaína (CCABA) in promoting communication practices of neighborhood leaders. The research had a qualitative approach, in which in-depth interviews were used. The initial procedure of the research was the selection of two neighborhoods as the study locus: the Cimba sector, which has a small area whose owners or occupants have never had their land situation resolved with the public entity; and the Alto Bonito sector, which is undergoing a legal process of threat to repossession. The interviews were conducted with the presidents of the two mentioned neighborhoods and also with the president of CCABA. The female leadership in the positions in question reveals issues that have not gone unnoticed, but are not the focus of this study. Media and information literacy competencies were the analysis categories mobilized for the development of this dissertation, whose results showed the importance of some of them for the performance of a community leader, of which we highlight, as an example, the ability to 'participate in social or political activities through networks or in person, in an informed way'. It was also noted that social engagement prior to neighborhood leadership contributed to the empowerment of the interviewees who most demonstrated MIL competencies. Another observation is that the participation of residents in collective projects promoted the "sense of belonging," essential for the formation of the community, and boosted communication, as seen in the fight for land regularization in the Alto Bonito sector. The results partially refute the initial hypothesis of a low level of MIL competencies, as they reveal particularities in the analyzed cases. Neighborhood presidents demobilize/limit their media and information literacy competencies due to factors such as the need for political articulation with public agents and concern with public exposure. The inferences of this dissertation on the role of CCABA in promoting communication practices of neighborhood leaders indicate that there is no inclination of the institution to promote this type of action, and it is perceived that the political relationship in the management of the council interferes with the recognition of media and information literacy competencies for effective democratic participation, highlighting the need to review the council's role.

Keywords: Media information; Media literacy; Neighborhood leaders.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elementos da alfabetização informacional e alfabetização midiática.....	29
Figura 2 – Componentes associados às áreas da AMI pela Unesco.....	36
Figura 3 – Mapas da localização de Araguaína.....	52
Figura 4 – Setor Cimba e setor Alto Bonito no mapa de Araguaína.....	56
Figura 5 – Dimensão territorial do Parque Cimba e entorno.....	59
Figura 6 – Limite (pelo asfalto) da parte regularizada e não-regularizada.....	60
Figura 7 – Setor Alto Bonito: imagem aérea em 2005-2020; rua do setor em 2006-2021.....	64
Figura 8 – Moradores do setor Alto Bonito trabalhando nas redes clandestinas de energia e água.....	69
Figura 9 – Ações do projeto “Valorizar e Crescer”.....	77
Figura 10 – Santinho da pré-candidatura de Josirene da Silva Lima.....	79
Figura 11 – Sala provisória do CCABA (mai/2024).....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Percurso metodológico	17
<i>1.1.1 Aspectos da técnica – Entrevista em profundidade</i>	19
1.2 Organização da dissertação	22
2 PERSPECTIVAS DE INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	24
2.1 Aspectos históricos de aproximação entre Comunicação e Educação	25
2.2 O campo heterogêneo da Mídia-Educação	27
2.3 A visada comunicacional nas competências midiáticas e informacionais	30
2.4 Contextualização da abordagem da Mídia-Educação e a centralidade da dimensão comunicacional	34
3 COMPETÊNCIAS MIDIÁTICAS E INFORMACIONAIS	35
3.1 Indicadores de competências midiáticas e informacionais	35
3.2 Contribuições das competências midiáticas para uma cidadania comunicacional	40
3.3 A AMI nas práticas de diálogo e cooperação nas comunidades	44
3.4 Reflexão sobre instrumentos de avaliação das competências midiáticas e informacionais e como se relacionam com os conceitos de cidadania e comunidade	49
4 AS COMPETÊNCIAS (AMI) DOS LÍDERES DE BAIROS DE ARAGUAÍNA-TO NA RELAÇÃO COM A MÍDIA LOCAL E A COMUNIDADE	51
4.1 Contexto da pesquisa	51
<i>4.1.1 Setor Cimba</i>	57
<i>4.1.2 Setor Alto Bonito</i>	63
4.2 Avaliação das competências midiáticas e informacionais das líderes de bairro	68
5 O PAPEL DO CCABA E A MEDIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS MIDIÁTICAS E INFORMACIONAIS DOS LÍDERES DE BAIROS DE ARAGUAÍNA-TO	73
5.1 Perfil e trajetória da presidente do CCABA	73
5.2 Atuação do CCABA no estímulo das competências midiáticas e informacionais junto aos presidentes de bairro de Araguaína-TO	80
5.3 Avaliação das competências midiáticas e informacionais da presidente do CCABA	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	104
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	105
ANEXO B – Resumo dos componentes, das atividades e das competências em AMI - Unesco	110

ANEXO C – Edital de convocação 003/2021, de 23 de fevereiro de 2021	111
ANEXO D – Portaria nº 006, de 24 de março de 2021	112
ANEXO E – Portaria nº 003, de 09 de agosto de 2022	114
APÊNDICES	115
APÊNDICE A – Roteiro de tópicos de entrevista para diagnóstico das práticas de comunicação de presidentes de bairro	116
APÊNDICE B – Roteiro de tópicos de entrevista para diagnóstico das práticas de comunicação CCABA	117
APÊNDICE C – Habilidades e competências em AMI das entrevistadas	118
APÊNDICE D – Transcrição da entrevista com Marinalva Carneiro Guimarães - presidente do setor Cimba (com intervenção do sr. Vanadir Guimarães, pai de Marinalva)	121
APÊNDICE E – Transcrição da entrevista com Mariza Gomes de Sousa - presidente do setor Alto Bonito	122
APÊNDICE F – Transcrição da entrevista com Josirene da Silva Lima - presidente do CCABA	123

1 INTRODUÇÃO

Com o contexto digital e, em alguma medida, considerando todos os meios de comunicação como bens públicos, espera-se a expressão de mais vozes. Essa afirmação dialoga com a razão de ser desta pesquisa, justamente saber quais as condições necessárias para a inserção dos indivíduos em posição minoritária na comunicação. Estudos anteriores da autora desta dissertação já constataram restrições de participação no jornalismo local¹ (Vale; Melo, 2020; Vale; Ramos, 2020).

Diante disso, propôs-se investigar a realidade de sujeitos que poderiam enfrentar restrições como a dificuldade de acesso, de compreensão ou de participação na comunicação. Tais critérios apontaram para as competências midiáticas e informacionais, que neste trabalho estão vinculadas ao termo Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Das reflexões da pesquisa citada e dos conceitos teóricos fundadores emergiu a questão central de pesquisa: quais as competências de AMI de indivíduos em posição minoritária na comunicação? Para delinear a pesquisa, selecionaram-se líderes de bairros periféricos de Araguaína, Tocantins (TO), a fim de conhecer suas práticas de comunicação e avaliar as relações com a mídia local e comunidade, sendo o baixo nível de competências em AMI como uma hipótese de pesquisa.

É interessante pontuar que a cidade não possui o curso de graduação em jornalismo, nem público ou privado, apenas sendo acessado na capital Palmas, a cerca de 400 quilômetros de Araguaína. Mesmo assim, nos últimos anos é perceptível o crescimento expressivo do número de veículos de comunicação. Em um dos poucos trabalhos realizados a partir da imprensa local, Muniz (2017) apontou 11 emissoras de televisão abertas na cidade, tendo sido contabilizados à época 19 programas produzidos localmente². Os portais de notícias se mostram como destaque, pois alguns são sediados na localidade, interior do Estado, mas repercutem regionalmente. Esse grande desenvolvimento da mídia local justifica a importância desta pesquisa para ações futuras, principalmente pela possibilidade de explorar os espaços comunicativos com as novas tecnologias e o próprio exercício da cidadania.

¹ No caso do telejornalismo - mídia mais expressiva na cidade - os dados de Vale e Ramos (2020), que realizaram observação participante nas redações de emissoras em Araguaína, evidenciaram uma inclinação para a cobertura de notícias policiais. Para além de outros fatores do campo jornalístico, ocorreu uma terceirização da produção de notícias para uma agência que cedia material exclusivamente policial.

² Esses programas locais não são permanentes e sua oscilação decorre de serem programas independentes, que dependem do interesse dos produtores e financiadores. Esse cenário ratifica as características dos veículos locais já apontadas por Muniz (2017, p.40): “É importante destacar que mudanças são identificadas constantemente nesse panorama. Canais com proprietários são negociados e alteram o número de sua sintonia, podem ser concedidas novas concessões públicas, surgem novos programas e outros encerram suas atividades e, também, como em muitos casos estes programas são privados e apenas compram espaço das emissoras, podem trocar de canal buscando novos contratos com uma posição mais vantajosa em termos de sinal, audiência ou economia”.

O critério determinante para a escolha do município foi a proximidade geográfica, local de residência da autora desta pesquisa, facilitando, assim, a aplicação das entrevistas. Além disso, Araguaína tem representatividade como o segundo maior município em termos populacionais, e historicamente, como a capital econômica.

Atualmente, Araguaína é considerada uma Cidade Média, tanto do ponto de vista quantitativo populacional como a partir do processo de modernização do território, na região Norte do Brasil, conforme as definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que alcunha como Cidade Média o município que possui entre 100 e 500 mil habitantes. Conforme consta nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), a população do município é de 186.867 mil habitantes, sendo que o censo anterior, em 2010, apontava 150.484 mil pessoas.

Leite, Filho e Pires (2021, p. 130) pontuam que a literatura que compreende o escopo do termo “cidade média” e “cidade de porte médio” vai desde “a sociologia clássica de Georg Simmel, problematizando o crescimento das cidades médias brasileiras [...] até proposições que ampliam as denominações como ‘cidades de comando regional’ ”. No caso da dinâmica urbana na Amazônia, discute-se ainda o chamado policentrismo das cidades, conforme Becker (2013 *apud* Pacífico Filho *et al*, 2020), ilustrado na confluência de Araguaína, no Tocantins, juntamente com Imperatriz, no Maranhão, e Marabá, no Pará.

Pacífico Filho *et al* (2020) destacam que iniciativas federais, em associação à capitais internacionais, elites nacionais e regionais, apoiaram o desenvolvimento das cidades de porte médio com o objetivo de reduzir as disparidades sociais e econômicas entre as regiões brasileiras durante as décadas de 1970 e 1980. A expressão urbanização extensiva sintetiza como materializou-se investimentos em rodovias, hidroelétrica, redes de comunicação e serviços: “a urbanização extensiva caminha assim ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões ‘novas’ como a Amazônia e o Centro-Oeste” (Monte-Mór, 2006, p. 12 *apud* Pacífico Filho *et al*, 2020, p. 1479).

Araguaína está na dualidade intrínseca das cidades médias. A localidade é um grande polo econômico devido a sua localização geográfica, que a torna um centro de atração para as regiões circunvizinhas em busca de serviços diversos, na área da saúde, educação, comércio e lazer. Na verdade, a economia da cidade é ligada, historicamente, às atividades agropecuárias, mas observa-se, no decorrer do avanço da urbanização, que é o setor de serviços que tem se destacado. O potencial da cidade é repercutido na imprensa local, principalmente quando figura em altas posições em *rankings* nacionais, como em algumas edições do *ranking* das Melhores Cidades para Fazer Negócios, publicado anualmente pela Revista Exame, a partir de

estudo produzido pela *Urban Systems*. Os sites locais destacam: “Araguaína fica entre as 25 melhores cidades do Brasil para fazer negócios...” (AF Notícias, 2019) e “Araguaína entre as 100 melhores cidades com mais de 100 mil habitantes para realizar negócios na indústria e mercado imobiliário” (Cleber Toledo, 2023). Sublinha-se trecho da notícia em que o entrevistado caracteriza a cidade “como um grande entroncamento de ligação regional”, justificando que “a posição geográfica de Araguaína projeta a cidade como importante polo produtor e distribuidor para as regiões Norte e Nordeste do Brasil, com modais de transporte diferenciados, como a Ferrovia Norte-Sul, aeroporto regional e rodovias estaduais e federais” (Cleber Toledo, 2023).

O estudo citado nas notícias avalia as cidades que apresentavam as melhores oportunidades para investimentos com base em quatro eixos: desenvolvimento econômico, capital humano, desenvolvimento social e infraestrutura (AF Notícias, 2019). Por outro lado, a investigação de Pacífico Filho *et al* (2020) demonstra, através de dados de saneamento básico, homicídios e população no cadastro único, que os aspectos econômicos não se reverteram em bem-estar-social, entre cidades médias da Amazônia Legal, inclusive Araguaína. Os autores observam uma possível ruptura de protagonismos dessas cidades nas regiões de influência, quando fatores sociais são pouco considerados: “proporcionaram desenvolvimento econômico e crescimento demográfico, mas foram incapazes de dinamizar desenvolvimento de bases sociais” (Pacífico Filho *et al*, 2020, p.1479).

1.1 Percorso metodológico

Definiu-se o seguinte objetivo geral, já sinalizado nesta introdução: realizar um diagnóstico³ das práticas de comunicação de líderes de bairros periféricos de Araguaína -

³ O termo diagnóstico utilizado no objetivo geral desta dissertação distingue-se da metodologia de Diagnóstico Social, cujo domínio é na área da intervenção social, orientado para a ação. Conforme Ander-Egg e Idáñez (2008), o marco fundamental na história do trabalho social foi a publicação, em 1917, do primeiro livro onde se fez uma sistematização dos métodos de intervenção social, escrito por Mary Richmond com o título *Social Diagnosis*. Para Ander-Egg e Idáñez (2008, p. 17, grifos do autor), “num **estudo** sobre problemas sociais recolhem-se, sistematizam-se, relacionam-se, analisam-se e interpretam-se dados e informações sobre os problemas. Num **diagnóstico**, para além disso, é necessário compreender os problemas com vista à ação”. Vejamos algumas questões para tal distinção no delineamento do conceito feitas por Ander-Egg e Idáñez (2008) - destaca-se que a publicação é uma versão ampliada, revista e melhorada de publicações anteriores, datadas de 1964 e 1995. Os autores apresentam a: (1) etimologia do termo: “diagnóstico provém do grego *diagnostikós*, formado pelo prefixo *dia*, “através” e *gnosis*, “conhecimento”, “apto para conhecer”. Trata-se, pois, de um “conhecer através”, de um “conhecer por meio de” (Ander-Egg e Idáñez, 2008, p. 10); (2) a natureza técnica do termo: “Como termo técnico-profissional há muitas décadas que tem sido amplamente difundido na medicina. [...] que logo se propagou a outros campos, particularmente ao das ciências sociais. [...] a “passagem” do termo da medicina para as ciências sociais irá constituir um dos elementos chave dos métodos de intervenção social” (Ander-Egg e Idáñez, 2008, p. 10); (3) o diagnóstico como uma fase ou momento dos métodos de intervenção social: “todas as formas ou modalidades de intervenção social estão configuradas pela integração e fusão de

Tocantins (TO), especificou-se a ausência de regularização fundiária como critério de área periférica. Quanto aos objetivos específicos foram três: a) traçar um perfil dos entrevistados quanto às competências midiáticas e informacionais; b) compreender o relacionamento dos líderes de bairro com a mídia local e comunidade; c) verificar o papel do CCABA na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro.

A pesquisa estruturou-se na essência qualitativa, cujo foco é “compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir do ponto de vista dos participantes em um ambiente natural e em relação ao contexto”, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 376). Portanto, ouvir os líderes de bairros periféricos foi fundamental para compreender como entendem o papel da mídia local, se produzem uma comunicação própria e como ela reflete na comunidade, sem perder de vista as competências midiáticas e informacionais.

Quanto aos objetivos, classificou-se ainda como uma pesquisa descritiva, na medida em que levanta, interpreta e discute o ambiente comunicacional analisado. Gil (2006, p. 44) define que as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A tipologia da pesquisa quanto ao objeto foi delineada como uma pesquisa de campo, por ter incluído a coleta de dados na realidade e vivências dos participantes – líderes de bairro. Trujillo (1982 *apud* Lakatos; Marconi, 2017, p. 203) alerta para não confundir com a simples coleta de dados, “é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado”. Nessa mesma direção, Neto (2000) opina que o trabalho de campo “não se explica por si só”, como ele explica:

Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa *dinâmica de interação social*. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma *construção teórica* para transformá-los em *objetos de estudo*. Partindo da *construção teórica do objeto de estudo*, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos (Neto, 2000, p. 54, grifos do autor).

diferentes fases ou momentos lógicos de uma estratégia de atuação. Estes momentos ocorrem dentro de um processo articulado e retroativo (não fásico, como a sua formulação pode levar a pensar). Por outro lado, o processo pode ter início em qualquer destes momentos. Esta estrutura metodológica subjacente (ou estrutura básica de procedimento) encerra quatro aspectos principais, e é independente do campo de intervenção; todos eles se relacionam com o diagnóstico [...]” (Ander-Egg; Idáñez, 2008, p. 18). De forma que, estamos cientes que o trabalho desenvolvido aqui é um estudo-investigação e não um diagnóstico social.

A técnica de coleta de dados foi a entrevista qualitativa em profundidade, que se mostrou suficiente para os objetivos específicos do estudo. É imprescindível informar que a pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob o número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE 70795623.1.0000.5083, conforme Parecer Consubstanciado CEP, constante no Anexo A.

1.1.1 Aspectos da técnica – Entrevista em profundidade

Segundo análise de Arnoldi e Rosa (2008), a expressão entrevista em profundidade parece se sobressair entre outros termos que seriam: entrevista biográfica (Levinson *et al.*, 1978), entrevista intensiva (Brenner, 1985), entrevista individual aberta semidireta (Artí, 1986) e entrevista longa (McCracken, 1988).

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (Selltiz *et al.*, 1967 *apud* Gil, 2006, p. 117).

Para Maria Helena Michel, “esse tipo de pesquisa se fundamenta na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos” (Michel, 2009, p. 37). A autora também acrescenta que “deve-se considerar que há termos nas respostas dadas tão carregados de valores, que só um participante do sistema social estudado, que vive e conhece a realidade daquele grupo, pode compreendê-los e interpretá-los” (Michel, 2009, p. 37).

Essas informações específicas foram buscadas nas entrevistas qualitativas em profundidade para fazer o diagnóstico das práticas atuais de líderes de bairro.

[...] a opção pela técnica de coleta de dados através da Entrevista deve ser feita quando o pesquisador/entrevistador precisar valer-se de *respostas mais profundas* para que os resultados da sua pesquisa sejam realmente atingidos e de forma fidedigna. E só os sujeitos selecionados e conhecedores do tema em questão serão capazes de emitir opiniões concretas a respeito do assunto (Arnoldi; Rosa, 2008, p. 16, grifos do autor).

Como jornalista, a pesquisadora contava com alguma experiência na realização de entrevista profissional, mas para a aplicação desse instrumento em uma pesquisa científica,

que envolve um referencial teórico, questões norteadoras e hipóteses que precisam se relacionar na coleta de dados e nos resultados, houve um cuidado sobressalente.

Para Romanelli (1998 *apud* Arnoldi; Rosa, 2008, p. 24), a entrevista abrange uma gama de procedimentos complexos, em um “processo de construção de dados sobre experiências diversas dos sujeitos expressas pela linguagem, constituindo um produto final”. O conteúdo são as respostas dadas aos questionamentos propostos, que constroem o discurso do entrevistado, “às vezes, sem muita reflexão, sendo a fala elaborada com a síntese de múltiplas experiências que o entrevistado mesmo seleciona e interpreta no exato momento em que é interrogado ou questionado” (Arnoldi; Rosa, 2008, p. 25). Compete ao entrevistador,

proceder uma profunda avaliação, classificando e categorizando as respostas, e organizando-as de acordo com o conteúdo e com o tema, selecionando as palavras e solicitando, às vezes, maiores esclarecimentos, através de novos questionamentos, quando necessário. Outra grande dificuldade é que as falas são produzidas e elaboradas por sujeitos com diferentes recursos reflexivos e com maior ou menor facilidade de expressão verbal (Romanelli, 1998 *apud* Arnoldi; Rosa, 2008, p. 25)

Quanto aos instrumentos, utilizou-se o roteiro de tópicos de entrevista. Para elaborá-lo tiveram-se em mente certos aspectos, conforme orienta Sampieri, Collado e Lucio (2013):

Para desenhar o roteiro de tópicos de uma entrevista qualitativa semiestruturada, é necessário considerar aspectos práticos, éticos e teóricos. Práticos porque devemos fazer com que a entrevista capte e mantenha a atenção e motivação do participante e que ele se sinta confortável ao conversar sobre a temática. Éticos porque o pesquisador deve pensar nas possíveis consequências que teria se o participante falasse sobre certos aspectos do tema. E teóricos porque a finalidade do roteiro de entrevista é obter a informação necessária para compreender de maneira completa e profunda o fenômeno do estudo (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 430).

Assim, o planejamento incluiu os critérios éticos de uma pesquisa com seres humanos, pesquisa bibliográfica para embasamento teórico, mas também a forma de se colocar no ambiente do entrevistado foi motivo de reflexão. Para Romanelli (1998 *apud* Arnoldi; Rosa, 2008, p. 22), a entrevista cria uma forma de sociabilidade específica: “[...] inicialmente, os parceiros da díade se defrontam como estranhos, pautados por uma alteridade que aparentemente não admite o encontro e que deve ser superada para que a matéria-prima do conhecimento possa ser produzida”. Segundo o autor, apesar de ser por um tempo limitado e sem continuidade, o entrevistador é transformado em um verdadeiro confidente, pois ao se interessar na existência e experiências do entrevistado, “vai se tornando íntimo apesar da alteridade sempre presente, induz o falante a recuperar aspectos de sua biografia, poucas vezes contada” (Arnoldi; Rosa, 2008, p. 22). A abordagem metodológica tornou-se muito mais que um direcionamento prático da pesquisa, foi um modo de agir no campo escolhido.

Os procedimentos da pesquisa foram, inicialmente, a definição das áreas pesquisadas. Para a delimitação das regiões foi definida a ausência de regularização fundiária, o que acabou por caracterizar esses locais como periféricos. De algum modo, o próprio ente público atesta os setores periféricos: “Como a condição de pobre está relacionada com as políticas econômicas e sociais que reafirmam a discriminação e a exclusão de muitos nos campos educacional, cultural, espacial e político, além da real privação de bens materiais, os discriminados e excluídos são os pobres” (Kowarick, 1980, p. 69-70 *apud* Kowarick, 1987). Não utiliza-se pejorativamente o termo pobre, trata-se apenas de uma constatação de ausência do Estado em espacialidades distintas na cidade.

Dois bairros com regularização fundiária precária foram inseridos na pesquisa: o setor Cimba, que conta com uma pequena área (foco da dissertação) cujos proprietários ou ocupantes jamais tiveram a situação jurídica / fundiária resolvida com o ente público. E também o setor Alto Bonito, que passa por um processo jurídico de ameaça à reintegração de posse.

Para conhecer as práticas comunicacionais realizou-se entrevistas qualitativas em profundidade com as presidentes dos dois bairros citados. Também foi realizada entrevista com a presidente do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA) para compreender o papel do conselho no estímulo às práticas comunicacionais dos líderes de bairro. A ocupação dos cargos por lideranças femininas desvela questões que não passaram despercebidas. Segundo Itikawa (2015, *apud* Helene, 2019, p. 956, grifos nossos), tanto mulheres brancas como negras (46,3% das mulheres), têm suas trajetórias “concentradas nos serviços domésticos, de educação, de saúde, sociais e **comunitários**”. Para Diana Helene (2019), dentre os fatores que mobilizam as mulheres como as principais integrantes de movimentos sociais destaca-se a chamada “feminização da pobreza”⁴. Ainda que o perfil das entrevistadas desta pesquisa de mestrado, bem como a motivação delas estarem à frente do movimento comunitário, sejam outros, conforme é contextualizado no decorrer do trabalho, ressaltar a presença feminina é um dado importante da dissertação.

De forma não-sistematizada utilizamos o Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (2020), para sinalizar as competências das participantes da pesquisa à medida que recuperamos as ações comunitárias relatadas pelas entrevistadas,

⁴ Helene (2019) apresenta dados da Pnad/IBGE (2015), que afere o rendimento médio mensal real de R\$R\$2.509 nos trabalhos dos homens brancos com mais 15 anos de idade, enquanto que o das mulheres brancas é de R\$1.567, e ainda menores para homens e mulheres negras, respectivamente R\$2.058 e R\$1.027. Em outra perspectiva, ao ocupar os mesmos cargos que homens, tendo o mesmo grau de instrução e faixa etária, as mulheres ganham em média 30% menos, conforme os dados do *Inter-American Development Bank* (2009), no Brasil, analisados pela mesma autora.

verificando a presença ou a ausência de competências midiáticas e informacionais. Ou seja, as habilidades e competências em AMI foram relacionadas ao Mapa e não conferidas uma a uma. Primeiro que as dimensões listadas no Mapa vão além dos interesses da pesquisa e precisariam de observação situada, pois “uma competência só pode ser observada em determinada situação e contexto” (UNESCO, 2016, p. 55). A viabilidade de aplicação do mapa dependeria de metodologias mais práticas, como uma pesquisa participante ou uma pesquisa-ação. Segundo que houve um interesse maior quanto à dimensão midiática. De todo modo, as competências informacionais são intrínsecas à diversas áreas no mundo digital que vivemos, inclusive o próprio jornalismo.

1.2 Organização da dissertação

Esse delineamento da pesquisa resultou nesta dissertação, organizada em seis capítulos, a contar com esta Introdução e Considerações Finais.

No percurso da escrita contemplou-se no capítulo 2, brevemente, a discussão sobre os princípios e interlocuções entre as abordagens da Educomunicação e da Mídia-Educação, considerando a distinção dessas noções, e justificando a adoção da perspectiva da mídia-educação e suas vertentes – *Media Information*, *Media Literacy* e Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), mais especificamente a AMI, proposta pela Unesco e que tem melhor tradução para o português. Também analisou-se a dimensão comunicacional da abordagem da mídia-educação e das categorias de pesquisa, centradas nas competências midiáticas e informacionais.

O primeiro foco do capítulo 3 foi apresentar indicadores de competências midiáticas e informacionais, mais como uma contribuição da dissertação do que para a utilização sistemática na avaliação de competências das participantes da pesquisa. O capítulo complementou-se com a vinculação das competências aos conceitos de cidadania e comunidade. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica para definir o conceito de comunidade na dissertação, o que resultou no entendimento de “comunidade” a partir do sentimento de pertencimento pela participação, como aponta Palácios (1998 *apud* Recuero, 2002), o que atende à problematização que circunda-se neste trabalho. Já a relação da cidadania, nesta dissertação, é pensada pela via do jornalismo, vislumbra-se as condições de inserção na comunicação dos indivíduos em posição minoritária. Dessa forma, foi uma tarefa prioritária discutir a cidadania comunicacional, visto que a dissertação está contemplada na linha de Mídia e Cidadania do PPGCOM/UFG, a qual foi embasada na categoria “subcidadania

comunicacional”, denotada no trabalho referencial de Moraes e Signates (2016) e Braga (2022).

Nos capítulos 4 e 5 analisou-se os dados das entrevistas conduzidas a partir do roteiro de tópicos de entrevista, conforme Apêndice A e B. No primeiro, contextualizou-se o espaço da pesquisa - historicizando como ocorreu o processo de periferização do setor Cimba e setor Alto Bonito e as entrevistas das presidentes dos locais pesquisados. Já no capítulo 5 apresentou-se o perfil da presidente do CCABA, no qual transparece as relações políticas na trajetória da entrevistada. Ambos os capítulos relacionam as competências em AMI, a partir de elementos das entrevistas.

Os resultados evidenciaram assimetrias no nível de competências em AMI das participantes, revelando também que, embora se partisse da hipótese de que os líderes de bairro demonstrariam um baixo nível de competências em AMI, os resultados confirmaram que há questões políticas que interferem nessa relação. Algumas competências se mostraram essenciais à atuação de um líder comunitário, destacamos algumas: capacidade de ‘participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada’, ‘recuperar e armazenar informações e conteúdos’, ‘utilizar a informação consultada com uma finalidade específica’, ‘criar, compartilhar e reproduzir informações e conteúdos’, ‘capacidades cognitivas que permitem a utilização dos meios de comunicação e da informação’. Porém, as competências em AMI não são requisitos para pleitear o cargo de presidente de bairro, por isso deveriam ser proporcionadas pelo CCABA.

As inferências desta dissertação sobre o papel do CCABA na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro apontam que não há uma inclinação da instituição para promover esse tipo de ação. Acentuou-se a pressuposição, denotada no decorrer das entrevistas, de que a relação política na gestão do conselho influenciou a atuação comunicacional das presidentes de bairro participantes da pesquisa. Concluiu-se o trabalho destacando a necessidade do CCABA implantar uma política de comunicação desvinculada de amarras políticas, para promover ações educomunicativas para os líderes comunitários reconhecerem e articularem necessidades midiáticas e informacionais, cujo resultado poderá ser a efetiva participação democrática.

2 PERSPECTIVAS DE INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

A dissertação situa-se na relação dos campos da comunicação e educação, compelindo à primeira discussão deste trabalho que é sobre a tensão e integração dessas áreas, principalmente nos currículos escolares. Dessa aproximação, surge a proposta de "educação para os meios" e a "leitura crítica" remetendo às abordagens da educomunicação e da mídia-educação e suas vertentes – *Media Information*, *Media Literacy* e Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), cujos conceitos apresentam variações quanto à proeminência do papel da comunicação e o da educação.

Tornou-se essencial nesta dissertação buscar compreender os princípios e interlocuções das abordagens citadas, visto que poucos trabalhos detêm-se em distingui-las. Não obstante, há uma rica bibliográfica que se limita, em geral, a cada abordagem separadamente, mas também encontram-se os conceitos sobrepostos, sendo crucial que os novos leitores nestas áreas de estudo familiarizem-se com as literaturas que retomam os fundamentos e os autores associados, em específico, da abordagem de interesse. De alguma forma, foi o que se tentou fazer muito brevemente, por considerar que as noções não são excludentes.

De todo modo, a discussão teórica levada a cabo durante o percurso do mestrado trouxe a compreensão de que a abordagem da educomunicação melhor se aplicaria em uma pesquisa de intervenção, que era o objetivo inicial, mas não foi possível neste momento. Neste sentido, adotou-se teoricamente a abordagem da mídia-educação e para isso, fez-se uma retomada da historicidade do termo. Ainda destacou-se o que é intencionalmente comunicacional nas noções de *media information* e *media literacy*, lembrando que essas noções estão contempladas no termo Alfabetização Midiática e Informacional, que foi proposto pela Unesco e que tem melhor tradução para o português. O termo será adotado neste trabalho, apesar de estabelecer uma relação mais afinada com a escola⁵.

⁵ A Unesco sinaliza isso em manuais que orientam suas ações, exemplo do documentos “Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores” especificamente projetado para o sistema formal de educação, assim como o documento “Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias”, no qual a instituição explica que é “uma base para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e **melhorar a qualidade da educação**” (UNESCO, 2016, p. 7, grifos nossos).

2.1 Aspectos históricos de aproximação entre Comunicação e Educação

É vasto o debate sobre a relação dos campos da comunicação e educação. A partir da pesquisa bibliográfica exploratória realizada neste estudo, percebeu-se que é útil estipular critérios rígidos para a leitura, pois boa parte das reflexões inclina-se para o campo da educação. Percepção que também foi destacada por Braga e Calazans (2001, p. 57) ao observarem “que geralmente as interações mais evidentes entre Comunicação e Educação são propostas a partir das intencionalidades educativas - no esforço de aperfeiçoar os processos comunicativos necessários à obtenção de aprendizagem”.

Pondera-se que a literatura recortada em campos específicos⁶, no interfaceamento dessas áreas, são consideradas à parte nesta reflexão inicial, pois tem-se em mente as características, assinaladas por Braga e Calazans (2001, p. 56), de que campos de abrangência “em vez de apenas gerar um campo específico na fronteira, tendencialmente penetra os dois campos, solicitando reconsiderações em largas porções de suas práticas e seus conceitos”. Para os autores, mirar apenas um recorte não é suficiente para abranger todas as questões da interface; com isso, compreende-se que não se deve reduzir as relações dos campos citados a uma ou outra abordagem. A sistematização que se fez nesta dissertação da literatura científica sobre as aproximações da comunicação e educação foi categorizar - as relações abrangentes e os campos específicos gerados.

Nesse sentido, parte-se do mapeamento traçado por Signates (2013), em que o autor remonta à história da tensão nas relações dessas instituições simbólicas distintas – educação e comunicação. Nesse primeiro momento, “em que as apropriações teóricas da Escola de Frankfurt, com sua ácida crítica da indústria cultural, serviram com perfeição para a produção de uma espécie de demonização escolar da mídia” (Signates, 2013, p. 41), a resposta da escola foi enfrentar a mídia.

Chamou-se isso de “educação para a leitura crítica da mídia” (Kellner; Share, 2008). Os produtos midiáticos seriam, a partir de então, trazidos de forma controlada para dentro da escola a fim de que se produzisse em sala de aula uma compreensão da mídia que fosse educadora no sentido de ensinar a resistir à sua influência deletéria (Signates, 2013, p. 42).

⁶ Os autores ilustram como exemplos de campo interdisciplinar específico os estudos da sociologia jurídica ou biofísica. Neles “se encontram as disciplinas originais, para determinadas tarefas específicas, que resultam de contribuições dos dois campos e constituem a substância do novo campo de estudos” (Braga; Calazans, 2001, p. 56). Assim entende-se as noções de educomunicação e mídia-educação, como campos específicos.

A mudança de paradigma contribuiu com a inclusão da mídia nos currículos escolares e vertentes de estudos, campos específicos do interfaceamento da comunicação e educação, que reconheceram a efetiva participação das mídias no cotidiano dos indivíduos. Segundo Braga e Calazans (2001), um ângulo de interface com longa história é o uso dos meios nos processos formais de ensino. Se por um lado, como aponta Signates (2013), o uso didático das mídias incorre no risco da redução do “processo comunicativo a um de seus suportes ou meios; [...] ou a redução do processo comunicativo às tecnologias de comunicação”. Por outro lado, nesse processo, o sistema escolar desenvolve competências para “compreender a sociedade mediatizada e para interagir com ela - e, portanto, gera conhecimentos e processos que serão fornecidos a seus estudantes” (Braga; Calazans, 2001, p. 59). Para os autores, essa relação da escola é tensionada pela imposição da presença da mídia, que gera concorrência e interação social mais ampla, além de uma aprendizagem difusa extraeducacional. Por sua vez, o sistema escolar desenvolve ajustes para resistir, absorver ou enfrentar a situação.

Nesse contexto, Braga e Calazans (2001) denotam outra possibilidade de relação dos campos da comunicação e educação: a "educação para os meios" e a "leitura crítica". Essa interface remete às abordagens da educomunicação e da mídia-educação e suas vertentes – *Media Information*, *Media Literacy* e Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Soares (2016a) faz distinção entre educomunicação e mídia-educação fundamentado na ótica comunicacional, pontuando ainda que a segunda abordagem é preferida pelos pedagogos na tentativa de resgatar a importância do campo educacional:

O primeiro conceito (Educomunicação) tem como foco a gestão dos processos comunicativos nos espaços educativos. Já o segundo (Mídia-Educação) tem sua origem nas preocupações da educação com o impacto da mídia, enquanto manifestação da cultura e ferramenta pedagógica (Soares, 2016a, p. 14).

Em outra publicação, Soares (2016b) explica as diferentes origens dessas mesmas noções. Enquanto a mídia-educação funda-se no campo da educação, na década de 80 na Europa, a educomunicação “emerge dos movimentos sociais da América Latina, na confluência entre a comunicação alternativa e a educação popular freiriana, a partir dos anos de 1960 e 1970” (Soares, 2016b, p. 9).

A partir da breve discussão sobre a distinção das abordagens, a reflexão que se seguirá discute a adequação da perspectiva da mídia-educação ao tema da dissertação.

2.2 O campo heterogêneo da Mídia-Educação

Belloni (2009, p. 9), quando do lançamento da obra “O que é mídia-educação”, em 2001, identifica duas áreas de estudo: mídia-educação e comunicação educacional. A primeira “diz respeito à dimensão 'objeto de estudo' ”, e a segunda “refere-se mais à dimensão ‘ferramenta pedagógica’, para substituir e ampliar a tecnologia educacional. A autora defendia a abordagem integradora do novo campo que vinha “se desenvolvendo desde os anos de 1970 no mundo inteiro: a educação para as mídias, cujos objetivos dizem respeito à formação do usuário ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias de informação e comunicação” (Belloni, 2009, p. 10).

Segundo Bévort e Belloni (2009), a expressão “mídia-educação” já é referida nos anos de 1960 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Mas é em 1982 que o termo é consagrado com a declaração de Grünwald, reunião na Alemanha ocidental com representantes de 19 países, que reafirmou “a importância das mídias e a obrigação dos sistemas educacionais de ajudarem os cidadãos a melhor compreenderem estes fenômenos” (Bévort; Belloni, 2009, p. 1085). Em 2007, realizou-se um balanço de vinte e cinco da Declaração de Grünwald, constatando que “nenhum sistema educativo integrou oficialmente a mídia-educação como uma prioridade ou conseguiu difundir seu espírito e sua importância entre os educadores em geral. Embora existam iniciativas interessantes, porém, em geral elas são paralelas, têm caráter facultativo” (UNESCO, 2007 *apud* Bévort; Belloni, 2009, p. 1095). Cenário que não é diferente no Brasil,

apesar da ênfase dada às mídias como objeto de estudo em documentos que traçam diretrizes para a Educação Básica, tal como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Básico, despachada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Na área de Linguagens, o texto faz referência acerca de oitenta componentes curriculares de interesse para os estudos de mídia-educação (Soares, 2015 *apud* Cerigatto, 2018, p. 161).

Ao mesmo tempo, há uma consolidação do campo de estudo que se amplia em diversas vertentes. Destaca-se inicialmente o caminho que a Unesco propôs, com a abordagem da AMI, para que fosse incorporada em diversos aspectos da sociedade, incluindo a educação formal e não formal. A organização apresenta o conceito, declinando do uso da expressão mídia-educação, para “buscar harmonizar as diferentes noções à luz de plataformas convergentes de utilização” (Wilson *et al*, 2013, p. 19). Para Soares (2014, p. 20), a ação articuladora da Unesco com o denominado “Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe”, tinha o âmbito do debate no desenvolvimento do continente “e não na discussão da

questão específica da influência da mídia na sociedade”. Ainda assim, a Unesco tem promovido a discussão desde então.

Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) apresentam os principais marcos relacionados à promoção da competência midiática e informacional, elencando declarações, manifestos e recomendações definidos por organizações internacionais como a Unesco e a IFLA⁷. Segundo as autoras, “a partir de 2011, a Unesco unifica os termos *media literacy* e *information literacy* e passa a adotar a expressão composta MIL”, de *Midia and Information Literacy*, “considerando-a como um conjunto combinado de habilidades necessárias para sobreviver no século XXI” (Dudziak; Ferreira; Ferrari, 2017, p. 226). O termo é traduzido para o português como Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). O documento explicitando o conceito composto MIL é publicado originalmente em 2011, com o título “*Media and Information Literacy: Curriculum for Teachers*”; no Brasil é lançado como “Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): currículo para a formação de professores”, em 2013.

A Unesco lançou outros dois documentos no Brasil, são eles: Alfabetização Midiática e Informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias, 2016 (Wilson *et al*, 2016); Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional: disposição e competências do país, 2016, também publicado antes com o título “*Global Media and Information Literacy Assessment Framework: Country Readiness and Competencies*”, em 2013 (UNESCO, 2016).

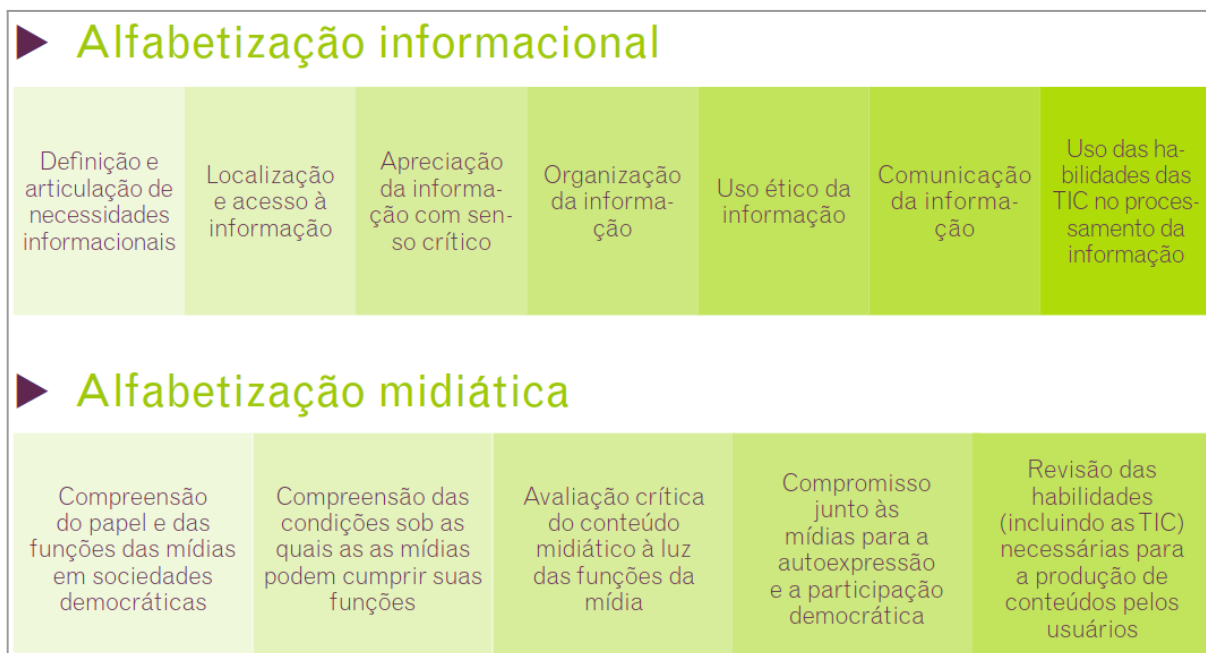
A organização distingue a Alfabetização Informacional (AI) da Alfabetização Midiática (AM), propondo a junção delas:

A AI está centrada no engajamento com a informação e no processo de se tornar informado. Está fortemente associada aos conceitos de “aprender a aprender” e de tomada de decisões por meio da ênfase na definição das necessidades, dos problemas e das informações relevantes, assim como no uso da informação de maneira crítica e com responsabilidade e ética. A AM tem uma ênfase semelhante, mas começa com uma perspectiva diferente. A pessoa alfabetizada em mídia compreende a natureza dos papéis e das funções da mídia e de outros provedores de informação na sociedade. Assim como na AI, o indivíduo está capacitado a analisar de maneira crítica o conteúdo ou a informação que encontrar. A AM vai além das fronteiras da AI e inclui, por exemplo, a representação dos grupos sociais e étnicos e as opiniões expressas na mídia, incluindo aquelas com as quais as pessoas se engajam para entretenimento (Wilson *et al*, 2016, p. 47-48).

⁷ A *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* compreende a AMI como a competência “para saber quando é necessária informação e qual é a informação necessária; onde e como obter essa informação; como avaliá-la criticamente, e uma vez encontrada como a organizar; e como usar essa informação de forma ética” (IFLA, 2014 *apud* Cerigatto, 2021).

A figura 1 delinea os elementos de cada área:

Figura 1 - Elementos da Alfabetização Informacional e Alfabetização Midiática



Fonte: Unesco (2016)

Utilizando os descritores “alfabetização midiática”, “alfabetização informacional” e “alfabetização midiática e informacional”, Souza e Valle (2021) realizaram uma revisão sistemática que apontou 24 trabalhos publicados entre os anos de 2010 a 2020 acerca do tema, nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Banco de Teses e Dissertações. Verificou-se que a AMI tem pouca discussão acadêmica no país. Contudo, a ausência de adesão aos termos nos estudos acadêmicos tem relação com a origem e histórico dessas áreas.

Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017, p. 217) mostram como os conceitos evoluíram separadamente: “A educação em mídia foi pela primeira vez mencionada em 1960 e a alfabetização em informação em 1974. Somente na última década a união das expressões foi proposta, a fim de consolidar um conceito composto”.

Cerigatto (2021) também aborda essas questões. Segundo a autora, nos primórdios da *information literacy*, “era mais voltada para a educação de usuários de bibliotecas”, mas passou a ter “como objetivo melhor gerir, organizar e avaliar a informação em vários contextos” (Cerigatto, 2021, p. 6). Para Gasque (2013, p. 6 *apud* Cerigatto, 2018, p. 108), não se restringe aos recursos das bibliotecas, “pois considera que as pessoas ao longo da vida buscam e usam informação constantemente em vários canais e fontes de informação”. Dudziak (2003, p. 28) explica esse aspecto que valoriza a inteligência na definição do

conceito como um “processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”. Em uma era de desinformação, tratar a comunicação dentro dos princípios democráticos também passou a ser uma atribuição dessa área, como afirma Cerigatto (2018, p. 96): “Mesmo que em primeira instância a competência informacional se preocupou mais com habilidades para lidar com o excesso das informações, mais adiante vai ‘abraçar’ outras perspectivas, como de responsabilidade social e ética”.

A autora também situa que a *media literacy* passou a ser mais abrangente. “Até então focava mais na leitura crítica dos veículos de comunicação de massa” (Cerigatto, 2018, p. 11), mas diante do potencial democrático da sociedade tecnológica, a massificação das habilidades de leitura e escrita em mídia, capacitando as pessoas para usar as tecnologias, passou a ser uma necessidade. Neste contexto, o órgão Ofcom (Office of Communications), criado no ano 2003 pelas diretrizes da política britânica de educação pública para usar os meios, propôs uma definição - bastante aceita atualmente - para *media literacy* como "a habilidade para acessar, compreender e criar comunicação, numa variedade de contextos" (Ofcom, 2004 *apud* Siqueira, 2008, p. 91). Não obstante a atualidade do conceito, segundo Siqueira (2008), na trajetória britânica o termo é empregado pela "segunda geração" dos pesquisadores da teoria da leitura desde pelo menos os anos 60.

2.3 A visada comunicacional nas competências midiáticas e informacionais

Buscar a centralidade da comunicação é uma provocação epistemológica que requer um esforço teórico até para os estudiosos com formação na área, tendo em conta que nem todos os cursos de graduação ou pós-graduação detêm-se sobre essa questão, ao contrário, o objeto da comunicação, por vezes, não é discutido, resignando-se à complexidade do fenômeno e a composição multidisciplinar das teorias e correntes existentes, ou seja, nem todos os estudos na comunicação tem uma perspectiva especificamente comunicacional.

No caso das pesquisas, o objeto do conhecimento é conceituado para atender ao rigor metodológico, mas a crítica na perspectiva da epistemologia é a subalternidade da comunicação. Como aponta Signates (2022, p. 8), os observáveis da pesquisa são tomados como comunicação em si mesmos, ou seja, quando os tradicionais meios de comunicação são identificados como objeto da comunicação, “sem que uma noção precisa do comunicar esteja presente na questão-problema da pesquisa”.

Essa linha de estudo, que abrange a ideia do especificamente comunicacional, é uma questão de grande relevância e de interesse particular para o professor Luiz Signates e o grupo de pesquisadores do GT Epistemologia da Comunicação, da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós), onde há mais de uma década o autor se propõe a problematizar as contribuições, para a própria comunicação, dos trabalhos realizados nos cursos e programas de pós-graduação em comunicação.

Signates (2015, p. 143) considera que é urgente a centralidade do conceito de comunicação como enfrentamento às exogenias das abordagens teóricas da comunicação, que tornam o objeto específico da comunicação secundário e subsidiário. O autor apresenta exigências que podem superar os fatores limitantes à formação do campo específico da comunicação: a) o entendimento de não instaurar um isolamento para a “constituição de um objeto inteiramente próprio, e sim de perceber, nas relações com os demais campos, o que seria especificamente comunicacional” (Signates, 2015, p. 146); b) a noção de relação de qualquer objeto de estudo da comunicação, ou seja, “a comunicação seria um campo de interfaces que abrigaria especificamente o estudo das interfaces” (Signates, 2015, p. 146); c) a “centralidade do conceito de comunicação, isto é, que se confira nos estudos uma abordagem prioritária do que for que se denomine comunicação (Signates, 2015, p. 146).

Duas outras exigências são complementares: a de abertura para o novo a partir das realidades empíricas, e a exigência da teoria construída à luz da experiência advinda da relação pesquisador-objeto, conforme recomenda o autor: “É preciso que o *insight* venha da pesquisa, que se desdobre o olhar sobre a condição do novo que exsurge na dinâmica social ou, mais especificamente, sobre a dinâmica comunicativa da sociedade” (Signates, 2015, p. 147).

A ideia de novo tem, no sentido que aqui se sugere, duas faces de apropriação: a teórica e a epistemológica. A noção epistemológica tem uma visada claramente fenomenológica: os estudos de comunicação só serão especificamente comunicacionais se fizerem surgir um novo saber a respeito das relações sociais, simbólicas etc. A abordagem teórica, contudo, tem aparecido numa visada próxima à da filosofia da alteridade: o que quer se seja comunicação, ela é emergência de alguma diferença (Signates, 2015, p. 147).

Permanece o interesse pelos estudos desenvolvidas nas disciplinas científicas correlatas, inclusive o autor demarca que os estudos de comunicação se vinculam diretamente às áreas de sociologia. Neste sentido, é uma ressalva de Signates (2015) que a construção do objeto não perca de vista o aporte dessas contribuições. Como destaca Signates (2021, p. 11),

contanto que não “terminem como trabalhos de segunda ou terceira qualidade, e não como contribuições efetivamente comunicacionais”.

Neste sentido, a reflexão que se seguirá tenta demonstrar o que há de comunicacional na abordagem da Mídia-Educação, a partir das noções de *information literacy* e *media literacy*. Já apresentou-se brevemente, no início deste capítulo, a problematização da noção instrumental de comunicação dentro da área da educação. Por outro lado, no campo de interface da Mídia-Educação há uma riqueza de viés comunicacional.

A noção de *media literacy* preocupa-se em centralizar a comunicação desde o conceito. Ao ter a proposição de tradução do termo para a língua portuguesa, os estudiosos enfrentaram questões para não tornar os meios de comunicação um instrumento técnico, como afirmam Martino e Menezes (2012). Termos como “letramento para a mídia, alfabetização ou educação para os meios ou para a mídia” são traduções que indicam um sentido instrumental da comunicação. “Isso leva em conta fatores sociais, econômicos e culturais no qual indivíduo, coletividade, instituições e meios de comunicação estão envolvidos e interligados de maneira orgânica, não instrumental – não se ‘usa’ a mídia como não se ‘usa’ a escola ou a família” (Martino; Menezes, 2012, p. 12).

No sentido do conhecimento técnico de funcionamento e utilização de um meio de comunicação, tem-se em mente a ponderação de Thomas Bauer (Universidade de Viena), citado por Martino e Menezes (2012), de que o desenvolvimento de competências não é para manusear dispositivos midiáticos, mas ter compreensão do fluxo de sentidos dentro de um ambiente midiático. A partir dessa perspectiva, Martino (2014) pontua algumas das propostas de Bauer, que destaca como as mídias ganham sentido na vida cotidiana, não se tratando de um estudo crítico dos meios de comunicação.

O processo não é de educação específica para os meios, mas de educação dialógica dos sentidos, das percepções e das práticas para uma sociedade que inclui os meios, seja em sua dimensão como tecnologia, como produtor/reprodutor de discursos ou como mediador da experiência relacional humana (Martino, 2014, p. 232).

Para Bauer (2016), os conceitos de competência para a mídia e alfabetização para as mídias são de valor público, em um contexto teórico da dimensão funcional do cotidiano. “O valor público emergirá como uma categoria inevitável da racionalidade e racionalização da diversidade de interpretação de significado da vida, assim como uma categoria inevitável de organização da ordem social da rotina” (Bauer, 2016, p. 19). Em outro trecho, o autor explica que a racionalidade se conecta com o conceito de competência e as mídias devem ser entendidas como instâncias da rotina diária. “Nesse sentido, a mídia conta como agência ou

agenciadora, e o uso da mídia conta como conectividade de atos da rotina social, e, nesse sentido, como a prática social de criação de valor público” (Bauer, 2016, p. 19).

Fraga (2019) cita o trabalho de mais de três décadas da teórica em *media literacy* Renee Hobbs, que compreende a prática como individual e comunitária. “A maioria dos estudiosos de *media literacy* defende a capacitação das pessoas para que pensem criticamente e se engajem de forma significativa, idealmente contribuindo positivamente para suas comunidades” (Hobbs, 2013 *apud* Fraga, 2019).

Compreende-se que essa visada de uma rede de comunicação dialógica e comunitária do *media literacy* tem total entrelaçamento com o trabalho. Dentro do campo da mídia-educação, a aplicação da abordagem é geralmente relacionada com a percepção de competência do usuário. Ao longo do trabalho recorre-se ao termo, inclusive como categoria de pesquisa, por isso, adiante é pertinente discutir o uso especificamente comunicacional do termo.

Mirabile (1997) distingue o termo competência de outros que acabam sendo colocados como sinônimos. O autor diferencia “competência de **aptidões**: talento natural da pessoa, o qual pode vir a ser aprimorado, de **habilidades**, demonstração de um talento particular na prática e **conhecimentos**: o que as pessoas precisam saber para desempenhar uma tarefa” (Mirabile, 1997 *apud* Fleury; Fleury, 2001, p. 184-185, grifos do autor).

O conceito de competência é problematizado na relação entre empregabilidade e educação, conforme alguns estudiosos citados por Miranda e Silva (2017). Para as autoras, a questão pode ser distinguida em duas esferas no panorama brasileiro: o uso como guia no sistema educacional, adotado a partir da instituição da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei 9394/96) e, por outro lado, a crítica da origem empresarial, ou seja, de que o termo é voltado para o aprimoramento do trabalhador. As próprias autoras aderem ao conceito de competência, voltado ao campo comunicacional, “empreendendo um esforço não só de considerá-la como um conjunto de outras competências, mas de tomá-la sob uma perspectiva interacional em contraposição à perspectiva individualizante que está na gênese da construção desse conceito, principalmente, no país” (Miranda; Silva, 2017, p. 319).

Fleury e Fleury (2001) sumarizam o conceito numa visada especificamente comunicacional, a de que as competências são sempre contextualizadas. “Os conhecimentos e o *know how* não adquirem *status* de competência a não ser que sejam comunicados e utilizados. A rede de conhecimento em que se insere o indivíduo é fundamental para que a comunicação seja eficiente e gere a competência” (Fleury; Fleury, 2001, p. 187).

2.4 Contextualização da abordagem da Mídia-Educação e a centralidade da dimensão comunicacional

Nesta dissertação, sinaliza-se que há expressões e teóricos distintos nos campos de interface da educação e comunicação referidos no trabalho. Quando depara-se com diversas terminologias, tais como mídia-educação, *media education*, alfabetização midiática e informacional, *media literacy*, *media information*, educomunicação, entre outros, observa-se que algumas nem mesmo são campos, apenas termos genéricos para se referir às áreas, como leitura crítica dos meios, educação para a mídia, literacia em mídia; ou apenas termos originais e suas traduções para o português brasileiro da mesma abordagem, como mídia-educação e *media education*. É o exemplo elucidativo sobre o uso da terminologia *media literacy*, conforme Siqueira (2008, p. 92): “Por extensão, o termo vem sendo usado para se referir à ação pedagógica necessária para promover tais habilidades. Nesse sentido, *media literacy* algumas vezes toma o lugar do termo *media education*”, ou seja, *media literacy* é um conjunto de habilidades e o resultado da ação pedagógica de *media education*.

Portanto, buscou-se compreender as origens dos conceitos, brevemente, contribuindo com a área de estudo, vez que alguns autores não se dão ao trabalho de distinguir entre elas, até mesmo porque, elas se complementam, têm os mesmos objetivos. Contudo, a educomunicação reivindica um campo próprio, por isso, a necessidade de distinção da Mídia-Educação.

Também analisa-se a dimensão comunicacional da abordagem adotada da Mídia-Educação e das categorias de pesquisa, centradas nas competências midiáticas e informacionais. Percebe-se que a noção de *media literacy*, desde sua tradução para o português, busca centralizar a comunicação, afastando-se de interpretações instrumentais como "letramento para a mídia, alfabetização ou educação para os meios ou para a mídia". Nessa mesma linha comunicacional, o desenvolvimento de competências se conecta à inserção na vida cotidiana, ou melhor, uma perspectiva interacional e contextualizada, não limitando-se a um estudo crítico dos meios de comunicação.

Diversos autores e instituições, como a Unesco, propõem metodologias e estratégias para avaliar as competências do usuário. Diante de tantos instrumentos, como se pode avaliar de um modo fidedigno a realidade de uso dessas competências? No próximo capítulo, serão exploradas algumas dessas diretrizes, relacionadas à vertente da AMI.

3 COMPETÊNCIAS MIDIÁTICAS E INFORMACIONAIS

Até este ponto, na análise da relação entre educação e comunicação foi apontado que boa parte das referências teóricas tem a intencionalidade educativa, por isso, priorizou-se os autores da comunicação, que destacam a forma que os produtos midiáticos foram socializados na escola, concluindo que houve um enfrentamento da mídia no primeiro momento até o surgimento da proposta de "educação para os meios" e a "leitura crítica". Essa interface remete às abordagens da educomunicação e da mídia-educação, já discutidas anteriormente, cuja compreensão dos princípios e interlocuções levou à adoção nesta dissertação da perspectiva da Mídia-Educação, mais especificamente a AMI.

Uma questão relevante passa a ser as competências midiáticas e informacionais, em razão delas serem uma das materializações do campo da Mídia-Educação. Para que não fique uma lacuna na dissertação quanto a um instrumento de avaliação das competências referidas, apresenta-se o Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (2020), como uma contribuição deste trabalho. Tais indicadores de níveis de competências seriam melhor explorados em metodologias quali-quantitativas. Nesta dissertação, as competências foram averiguadas com aplicação da metodologia de entrevista em profundidade, com um roteiro direcionado a responder a questão-problema.

O delineamento da pesquisa tornou crucial discutir a noção de cidadania comunicacional e de comunidade para fundamentar a análise dos dados. Na relação da AMI com o conceito de comunidade, buscou-se discutir o estabelecimento de um vínculo comunicacional dos líderes com os moradores do bairro a partir da participação nas demandas comunitárias, supondo que há uma conformação de comunidade decorrente desse vínculo. Já a relação da cidadania, nesta dissertação, é inclinada para as competências midiáticas, pois pensa-se nas condições de inserção dos indivíduos na comunicação pela via do jornalismo.

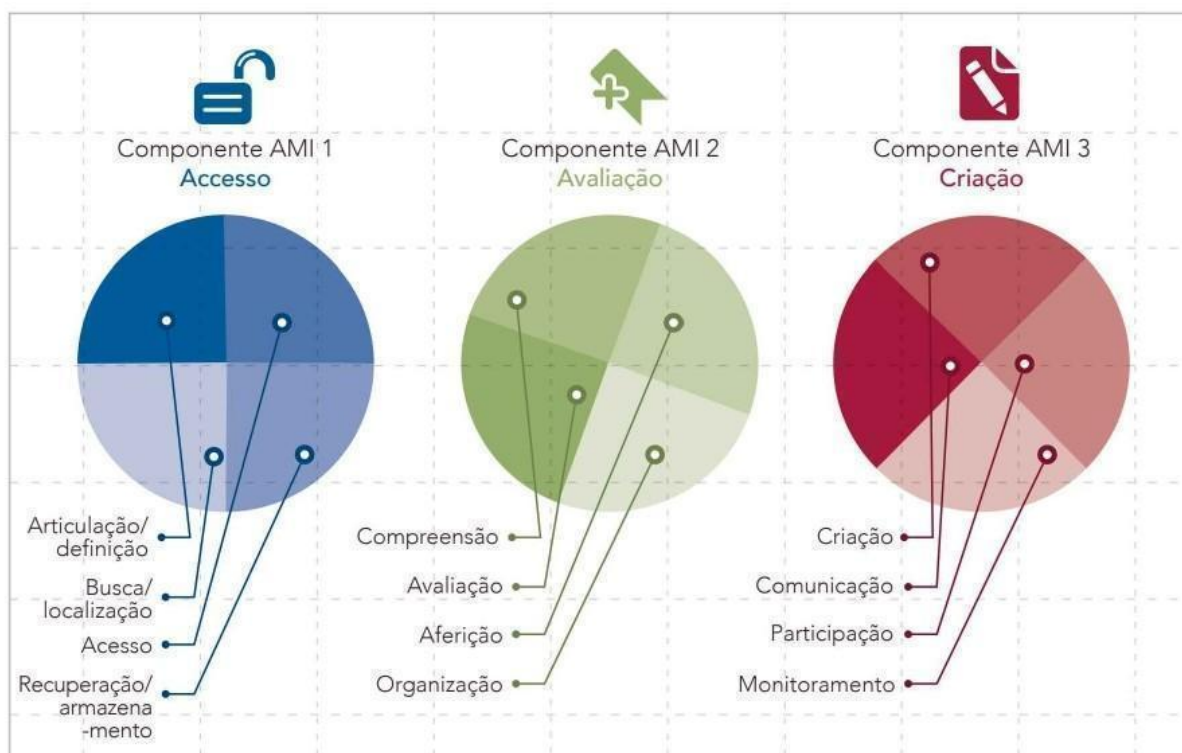
3.1 Indicadores de competências midiáticas e informacionais

A proposta da AMI, defendida pela Unesco, estabelece uma relação mais afinada com a escola. Contudo, a instituição sugere que a Matriz de Competências da AMI pode ser usada no desenvolvimento de ferramentas de avaliação de outros grupos. Essa matriz apresenta 12 competências principais e destrincha ainda 113 critérios de desempenho, no total, para todas as competências propostas pelo Marco de Avaliação da AMI. Para a organização, o conceito de competência é

compreendido como a habilidade de um indivíduo de mobilizar e usar recursos internos como conhecimento, habilidades e atitudes, além de recursos externos como bancos de dados, colegas de trabalho, pares, bibliotecas, ferramentas e instrumentos, entre outros, para resolver um problema específico, de maneira eficiente, em uma situação da vida real. Uma competência só pode ser observada em determinada situação e contexto. Uma competência pode ser melhorada com o tempo e localizada em uma sequência que varia do simples ao complexo. As noções de recursos internos e externos e situação da vida real são fundamentais. Esse conjunto de competências em AMI inclui desfechos observáveis sobre o que as pessoas sabem (conhecimento), o que elas fazem (habilidades) e como usam seu potencial (atitudes e valores) (UNESCO, 2016, p. 55)

Na figura 2 apresentam-se os três componentes da AMI integrantes da Matriz de Competências, que destrincha ainda 12 competências principais ligadas aos componentes (constante no Anexo B).

Figura 2 - Componentes associados às áreas da AMI pela Unesco



Fonte: UNESCO (2016)

A partir das competências listadas pela Unesco é sugerido traçar um perfil e não um conjunto único de níveis. “Esses perfis podem ser construídos para identificar os pontos fortes e fracos de uma dada população, antes de elaborar políticas apropriadas. É importante observar que um indivíduo pode ter um desempenho melhor em algumas dimensões e pior em outras” (UNESCO, 2016, p. 61).

Duran-Becerra e Lau (2020) questionam tanto o enquadramento da Unesco quanto os autores sobre os quais a abordagem teórica foi construída, apresentando uma nova interpretação para avaliar e projetar programas, ações ou currículos de alfabetização midiática e informacional. A proposta final dos autores consiste em um mapa de habilidades e competências que permite a criação de metodologias e estratégias para a visibilidade, promoção, fortalecimento ou avaliação da AMI. Tal proposição está organizada no Quadro 1, que distingue três dimensões em AMI definidas como *Information Literacy* (dimensão A), *Digital Literacy* (dimensão B) e *Media Literacy* (dimensão C), cujas traduções utiliza-se neste trabalho como Alfabetização Digital, Informacional e Midiática, respectivamente.

Quadro 1: Mapa de Habilidades e Competências em AMI

<i>Dimensão</i>	<i>Componente</i>	<i>Habilidade / Capacidade</i>	
A. Informação	A1. Prioridade de informação	Identificação de necessidades de informação	
		A2. Acesso	<u>Buscar/localizar informações e conteúdos</u> <u>Acessar informações e conteúdos</u> <u>Recuperar e armazenar informações e conteúdos</u> <u>Organizar e sistematizar informações</u>
	A3. Avaliação/compreensão crítica		Compreensão (compreensão de leitura) dos conteúdos e informações consultados
			<u>Avaliar as informações consultadas</u>
			<u>Avaliar a fonte/provedor da informação</u>
			<u>Avaliando o recurso consultado</u>
			<u>Diferenciar tipos e formatos de textos</u>
	A4. Usar		<u>Classificação e validação de páginas/sites localizados</u>
			Utilizar a informação consultada com uma finalidade específica
			<u>Criar, compartilhar e reproduzir informações e conteúdos</u> <u>Aplicar conteúdos aprendidos</u>
	A5. Uso avançado		Utilizar de forma ética as informações e recursos consultados ou produzidos
			<u>Utilizar recursos e serviços de TIC para a criação de informação e conteúdo de forma responsável</u>
			<u>Participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada</u>
			<u>Monitorar a capacidade de influência e os efeitos dos meios e informações consumidos</u>
A6. Limites/responsabilidades		Compreender o contexto jurídico, económico e social da informação, dos conteúdos e dos meios de comunicação social (direitos, deveres, responsabilidades)	
B. Digital	B1. Usar	<u>Acesso à informação/competências em TIC</u>	
		<u>Usando a Internet para fins gerais</u>	
		<u>Criação e consumo de conteúdo e informação</u>	
	B2. Uso avançado		<u>Usando serviços bancários on-line</u>
			<u>Compra de produtos on-line</u>
			<u>Trabalho on-line</u> <u>Estudar online (eLearning/uso educacional de plataformas digitais de aprendizagem)</u>

C. Mídia	C1. Usar	Gerar ferramentas TIC complexas (competências de programação e análise técnica)
		Capacidades cognitivas que permitem a utilização dos meios de comunicação e da informação
		Usando ferramentas de comunicação
		Usando redes sociais
		Usando a Internet
		Consumindo notícias online
		Criação de conteúdo
	C2. Compreensão crítica	Acessar, criar e reproduzir informações e conteúdos
		Ler, compreender e avaliar conteúdos midiáticos, informativos ou culturais
		Classificação de tipos e formatos de textos
		Compreender o comportamento dos usuários
		Classificar páginas/sites de acordo com tipo e propriedades (qualidade, oficiais, etc.)
		Classificar plataformas digitais e compreender as suas características
		Estar atento ao funcionamento e aos interesses dos meios de comunicação e dos fornecedores no consumo de conteúdos/recursos em geral
	C3. Compreensão crítica da mídia / conhecimento do contexto da mídia	Compreender o funcionamento dos meios de comunicação (lógicas de funcionamento, interesses, pertença a grupos empresariais)
		Compreender a regulamentação que rege os meios de comunicação social, especialmente o conhecimento dos conteúdos, da informação e dos bens culturais em geral
		Compreender as características do ambiente mediático (sistema político, concentração, pluralidade)
	C4. Uso avançado	Participar em utilizações avançadas da Internet (compras, trabalhos online, etc.)
		Utilizar as mídias de forma equilibrada (de forma abrangente, considerando limitações e responsabilidades, e sem gerar dependência)
		Criação de conteúdos de acordo com o público
		Criação de conteúdos interativos e criativos.
		Tomar decisões avançadas em TIC (segurança, programação, uso ético e legal)
		Utilizar as informações, conteúdos e mídias consultadas/criadas de forma ética e responsável
	C5. Participação cidadã/empoderamento	Participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada (cidadania ativa)
Usando serviços governamentais online		
Monitorar a capacidade de influência e os efeitos da informação/meios consumidos		
Utilizar a Internet para promover a cooperação		
Utilizar serviços baseados na web (redes sociais, solicitações, meios de comunicação, etc.) para demonstração de opiniões e controle político		
C6. Limites/responsabilidades	Conhecer a regulamentação que rege os meios de comunicação social e as responsabilidades que dela decorrem	
	Conhecer as autoridades reguladoras e os procedimentos legais para interpor reclamações ou recursos	
	Compreender os direitos de autor (propriedade intelectual, direitos econômicos e direitos de utilização/reprodução)	

Fonte: Duran-Becerra e Lau (2020, p. 61-63, tradução nossa)

A versão deste quadro baseia-se em 21 trabalhos⁸ publicados sobre indicadores e competências em AMI (Duran-Becerra; Lau, 2020), já atualizada desde a publicação do primeiro estudo, em 2016. Uma contribuição relevante dos autores é a sistematização de trabalhos, alguns não traduzidos para o português brasileiro, sobre os indicadores de competências na categoria Mídia-Educação, uma vez que se desdobra em estudos de diversos autores e vertentes, como já referido - *Media Information, Media Literacy* e Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), excetuando-se a educomunicação, que não incluiu-se neste trabalho.

Verifica-se que a dimensão (A) compreende componentes que abordam a capacidade de determinar a quantidade de informação necessária para o desenvolvimento de uma tarefa ou projeto específico; a capacidade de acessar a informação de forma eficiente e eficaz, bem como avaliar criticamente a informação consultada/consumida. Também subentende-se a utilização das TICs (Tecnologias da Comunicação e Informação) na dimensão A, componente A2 - Acessar informações e conteúdos. Além da capacidade de comunicar o uso da informação consultada, com usos mais complexos, inclusive, e de cidadania ativos. Por fim, consideram os limites e responsabilidades que envolvem a informação.

A dimensão B está relacionada à utilização das TICs. Os autores sugerem usos específicos como serviços bancários, compras online, estudos. Por fim, essa dimensão sugere até gerar ferramentas TIC complexas (competências de programação e análise técnica).

A dimensão C permite o uso e a compreensão crítica de conteúdos e funcionamento dos meios de comunicação. O componente (C5) é significativo, pois trata da participação e do empoderamento dos cidadãos.

Compreende-se que as competências referidas no Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (2020), aferem a autonomia e liberdade do indivíduo, e isso também reflete no coletivo, para ter acesso, usar (do básico ao avançado), avaliar, entre outras ações contempladas em cada uma dessas três dimensões. “Implica a capacidade de agir coletivamente e individualmente para partilhar conhecimentos e resolver problemas, e de participar como membro de comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais (Hobbs, 2010, p. 19 *apud* Duran-Becerra; Lau, 2020)”.

⁸ Segundo os autores, o mapa reúne as contribuições da *Association of College and Research Libraries*, da *Australian Curriculum, Assessment and Reporting Authority Acara* (Ainley *et al.*, 2012, p. 7), Pérez-Tornero (2007, pp. 18-19), Unesco (2008), Celot e Pérez-Tornero (2009, pp. 34-50), Lau e Cortés (2009); Hobbs (2010, p. 19), Unesco (2011b, pp. 14-15; 2013, pp. 56-60) e Giraldo-Luque *et al.* (2014), bem como as conclusões dos projetos Emedus (Duran-Becerra; Tejedor-Calvo, 2015; Petranová *et al.*, 2017), ANR Translit e COST (Frau-Meigs *et al.*, 2017).

Contudo, apresentamos o Mapa de Habilidades e Competências em AMI mais como uma contribuição da dissertação do que para a utilização sistemática na avaliação de competências dos participantes da pesquisa.

3.2 Contribuições das competências midiáticas para uma cidadania comunicacional

A contribuição de Braga (2022)⁹ é destacada na reflexão sobre a cidadania comunicacional que foi abordada nesta dissertação. Para o professor, hoje os movimentos ditos minoritários são fundamentais no país, pela possibilidade de reivindicação do subcidadão – não apenas no sentido de lutar por direitos, de expressar posições, voz – mas também no sentido de buscar desenhar (construir socialmente, fazer valer) sua identidade, o que demonstraria um processo comunicacional desde a origem. Braga (2022) distingue que o problema comunicacional que decorre dos processos interacionais estabelecidos é a “inexistência” de dispositivos interacionais em que exerçam cidadania, “pensar em dispositivos interacionais de superação de subcidadania implica conseguir transformações abrangentes na sociedade geral”.

Gentili (2005, p. 66) pontua o problema da hegemonia de veículos jornalísticos em nosso cotidiano, pois receber “apenas a informação não é suficiente para que os indivíduos, as pessoas que compõem a massa, formem posições autônomas e livre das manipulações de lideranças”.

O que alguns autores chamam de “necessidades sociais da informação” é hoje suprida sobretudo pelo jornalismo. [...] a realidade é que todas as informações indispensáveis para a vida em sociedade chegam, hoje, aos homens, de forma mediada e não direta (Gentili, 2002, p. 41).

Compreende-se o ideal de constituição de dispositivos interacionais amplos e próprios, mas a reivindicação de direitos comunicacionais surge também da não conformação com a tendência, que os teóricos apontam, do jornalismo tradicional reduzir o cidadão ao papel de consumir notícias.

É pertinente destacar que as emissoras privadas de rádio e televisão no Brasil funcionam por concessão pública, o que implica a necessidade de responsabilidade social em contrapartida. Ainda assim, há locais caracterizados como desertos de notícias. Além disso, também constata-se a inexistência de veículos de mídia cidadã de forma abrangente no

⁹ Anotações de aula da disciplina Epistemologia da Comunicação, no dia 23 de setembro de 2022.

território brasileiro, tanto pelas limitações de implantação de um veículo comunitário como pela falta de articulação dos grupos e/ou falta de habilidades técnicas.

Tem-se em conta, em alguma medida, que todos os meios de comunicação são bens coletivos, vez que seu papel é um serviço básico para a sociedade, por isso a instituição Panos London¹⁰ (2007) defende que a obrigação não se limita aos meios de comunicação públicos, estatais ou comunitários. “Os meios de comunicação comerciais e religiosos também podem cumpri-lo, combinados em vários graus com as suas outras funções de entretenimento, lucro ou evangelização”¹¹ (Panos London, 2007, p. 45, tradução nossa). Mas, a instituição também ressalta que alguns analistas questionam se é possível esperar que os meios de comunicação cumpram essa função. “O tipo de jornalismo que cumpre a função de serviço público – jornalismo que envolve procurar e verificar informações, questioná-las e analisá-las, e recolher diferentes perspectivas sobre questões – é caro de realizar e pode não ser rentável”¹² (Panos London, 2007, p. 46, tradução nossa).

Contudo, é justamente a qualidade do conteúdo que torna os meios de comunicação social atores significativos no desenvolvimento da sociedade, sejam eles de propriedade pública ou privada, como argumenta-se no documento. Dessa forma, vislumbra-se a abertura da produção do jornalismo às fontes de notícias em posição minoritária, contanto que essas fontes busquem competências em mídia e informação.

Panos London (2007, p. 3) enfatiza o protagonismo das pessoas, considerando seus saberes e inserção em processos de participação, para desenvolverem seu potencial e usufruírem de liberdades reais. Extraiu-se uma longa citação do documento “*The case for communication in sustainable development*” com esse manifesto:

Na sua essência, o desenvolvimento - para ser sustentável - deve ser um processo que permite às pessoas serem os seus próprios agentes de mudança: agir individual e coletivamente usando o seu próprio engenho e acessando ideias, práticas e conhecimentos na procura de formas de cumprir seu potencial. Requer o que o economista Amartya Sen chama de “liberdades reais”, a capacidade das pessoas participarem numa gama diversificada de decisões que as afetam e de desfrutarem de aspectos “funcionais” específicos que constituem uma vida saudável. Investir recursos em processos que permitam às pessoas participar de forma mais significativa nos debates e nos processos de tomada de decisão e fazer escolhas mais informadas é fundamental para a concretização destas “liberdades” e para o

¹⁰ Segundo o documento (Panos London, 2007), a Panos Londres faz parte de uma rede mundial de institutos independentes que trabalham para garantir que a informação seja utilizada de forma eficaz para promover o debate, o pluralismo e a democracia.

¹¹ *A public service role is not limited to publicly-owned, state-owned or community media. Commercial and religious media can also fulfil it, combined in various degrees with their other functions of entertainment, profit or evangelism.*

¹² *The kind of journalism that fulfils the public service role – journalism that involves seeking and checking information, questioning and analysing it, and gathering different perspectives on issues – is expensive to carry out, and may not be profitable.*

desenvolvimento eficaz e a redução da pobreza. Permitir que um maior número de pessoas fale, envolva-se e responda umas às outras é, em última análise, equipá-las para assumirem responsabilidade política, o que é um ingrediente chave para estabelecer mudanças profundas e sustentáveis¹³ (Panos London, 2007, p. 3, tradução nossa).

O pensamento de expansão das liberdades citado acima, defendido por Amartya Sen, economista indiano e nobel de economia, é de que “a eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (Sen, 2010, p. 57). Amartya também compreende os meios de comunicação como instituição que precisa ser desenvolvida e sustentada.

Essa linha de raciocínio reforça a questão destacada por Braga (2022): “a pessoa em posição minoritária imposta tem que se exercer nos dispositivos predominantes – que excluem quem não tem o *habitus* dominante¹⁴” (Braga, 2022). A perspectiva das competências midiáticas é justamente essa, promover as condições para a inserção dos indivíduos na comunicação e a criação de ecossistemas comunicacionais que correspondam às aspirações por uma nova sociedade, como pontua a abordagem educacional. Inclusive, inserindo na mudança a efetivação do papel social das mídias privadas.

A cultura da participação é assim fomentada e “renova o cenário da informação e da comunicação, assim como faz surgir demandas inéditas de alfabetização” (Cerigatto, 2018, p. 7), processos possibilitados principalmente pelas novas tecnologias.

¹³ *At its heart, development – if it is to be sustainable – must be a process that allows people to be their own agents of change: to act individually and collectively using their own ingenuity and accessing ideas, practices and knowledge in the search for ways to fulfill their potential. It requires what economist Amartya Sen calls ‘real freedoms’, the capacity for people to participate in a diverse range of decisions that affect them, and to enjoy specific ‘functional’ aspects that constitute a healthy life. Investing resources in processes that enable people to take a more meaningful part in debates and decision-making processes and make more informed choices, is central to realising these ‘freedoms’ and to effective development and poverty reduction. Enabling greater numbers of people to speak, engage and respond to one another is ultimately equipping them to take political responsibility, which is a key ingredient to establishing deep and sustainable change.*

¹⁴ Souza (2014) faz uma síntese da análise estrutural das formas simbólicas discutidas por Bourdieu, que auxilia a compreender sobre *habitus* dominante citado por Braga. “Esta então é a primeira síntese: Os sistemas simbólicos exercem poder através de estruturas estruturantes estruturadas. Em sua segunda síntese, Bourdieu nos diz que essas estruturas servem como instrumentos de dominação. Impõem uma ideologia à classe dominada. A violência simbólica é exercida pelo poder simbólico. [...] Os sistemas simbólicos servem como meios de dominação. A ideologia passada para a sociedade através dos meios simbólicos de dominação é passada como desinteressada, ou seja, como se não fosse uma ideologia ou instrumento de dominação, quando na verdade é de interesse da classe produtora dessa ideologia, a classe dominante. A classe dominante não possui o poder só por possuir o Estado ou o uso legal da violência física (por meio da polícia, das forças armadas, etc.), mas também por possuir o monopólio da violência simbólica. A ideologia dominante é tida como naturalizada. Os dominados não sabem que são vítimas de uma ‘violência simbólica’. [...] Essa cultura dominante é tida por naturalizada pelos dominados através do que Bourdieu chama de *habitus* [...]” (Souza, 2014, p. 141-142).

Essas ponderações convergem para um tema amplo e central nesta dissertação que é a cidadania. Ela amplia a visão sobre as competências midiáticas, que vão além da prática individual, mas envolvem diversos atores, da comunidade e instituições.

Moraes e Signates (2016) realizam uma revisão conceitual sobre cidadania com o objetivo de discutir o que há de especificamente comunicacional nessas definições, a partir da premissa que não há cidadania sem comunicação. O trabalho teórico de Moraes e Signates (2016) será exemplar nas reflexões deste capítulo.

Primeiro, é importante destacar duas posturas sobre o objeto da comunicação, em termos metodológicos: uma analítica ou crítica (parte do conceito) e a outra prospectiva ou abdutiva (busca um conceito). Signates (2021) as considera como produtivas para a análise, ponderando que não sejam delimitadoras:

[...] duas posturas diferentes e, não raro, antagônicas, mas ambas muito produtivas para o encaminhamento do pensar sobre o objeto da comunicação. A primeira vertente é a que toma o conceito como *partis pris*, isto é, como ponto inicial do empreendimento teórico; e a segunda, é a que eleva o conceito à categoria de problema a ser buscado, ou como ponto de chegada do esforço de pensamento e pesquisa (Signates, 2021, p. 12).

Portanto, Moraes e Signates (2016) seguem a postura analítica ou crítica, pois pressupõem, antes, uma definição geral de comunicação, como sendo “todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social” (Moraes; Signates, 2016, p. 23).

Quanto ao conceito de cidadania, ao considerá-la como produto social engendrado politicamente, pode-se inferir que ela seja um objetivo a ser alcançado por meio do processo democrático, segundo Moraes e Signates (2016). Por isso, seria admissível diferentes níveis, relacionados ao grau de efetivação da cidadania numa sociedade específica, como sustenta a tese de Jessé de Souza citada pelos autores. Contudo, o termo subcidadania utilizado por Souza é considerado problemático pelos autores.

Para analisar a noção de comunicação no conceito de cidadania, Moraes e Signates (2016) propõem duas abordagens: primeiro, a perspectiva instrumental e a segunda é a da permuta simbólica, da formação de vínculos sociais que permitem a circulação pública de sentidos. Eles identificam nas sinalizações categoriais articuladas pelo autor estudado - Jessé de Souza - a comunicação como formas subalternas de tratamento da informação, onde a comunicação pode ser subsumida da própria processualidade pela qual a cidadania é afirmada ou negada.

Em Souza, essa perspectiva aparece como viabilizadora e ratificadora das injustiças sociais que naturalizam o modo desigual da distribuição da cidadania na sociedade brasileira. Importante dizer que a desigualdade, mesmo viabilizada e mantida por processos comunicacionais, não é obrigatoriamente identificada com uma visão instrumental da comunicação, embora possa ser consequência de interações de tipo estratégico, no sentido habermasiano (Moraes; Signates, 2016, p. 29-30).

Os autores sugerem a definição de subcidadania comunicacional, fundamentada em uma breve análise do pensamento de Jessé de Souza, a partir da centralidade da comunicação. Assim, a proposta constata a posição da pessoa na “condição do subcidadão, ou seja, aquele que é silenciado no processo comunicacional, ou seja, é inserido como falado, referenciado, e não como falante” (Moraes; Signates, 2016, p. 32). Os autores evidenciam as barreiras de acesso à comunicação, vez que a própria cidadania está em crise, justamente pela atuação de redes invisíveis na produção de subcidadãos.

Como observa Gomes (2018), o sistema de comunicação sob a perspectiva do jornalismo como principal fonte que provê informações para o consumo dos cidadãos, introduz assimetrias injustas, com vantagens para grupos socialmente mais poderosos, enquanto há desengajamento e menor participação dos cidadãos. Esse é o ponto crucial da análise do autor sobre a importância da comunicação para a democracia, o fato de que ela pode se tornar uma força antidemocrática muito importante. Quando ela não cumpre a sua parte no contrato social "certamente haverá erros de julgamento e de decisão, falha na compreensão dos problemas sociais e das suas soluções, bem como interpretações defeituosas dos fatos políticos" (Gomes, 2018, p. 341). O mesmo autor alerta que há um arcabouço que ameaça a democracia constantemente. "Tudo o que pode ser usado para sustentá-la, promovê-la, também pode ser empregado para corrompê-la, burlá-la ou degradá-la" (Gomes, 2018, p. 337), por isso ele defende que a democracia pode se beneficiar de forma consistente da comunicação. O que se alinha às demandas para as competências midiáticas, principalmente, e também informacionais.

3.3 A AMI nas práticas de diálogo e cooperação nas comunidades

A mobilização do conceito de competência midiática, nesta seção, busca discutir o estabelecimento de um vínculo comunicacional dos líderes com os moradores do bairro sobre as demandas comunitárias. Depois da família que reside na mesma habitação, a instância coletiva mais próxima geograficamente é a vizinhança, já a organização formal que deve congrega os moradores de uma mesma região é a associação de bairro.

O processo para fortalecer a representatividade e legitimidade das associações deve começar pelo resgate da participação, pois é “a partir dela que acontece o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão e na busca de soluções para as necessidades comuns, reforçando o sentido de comunidade e fortalecendo os laços sociais e o desenvolvimento local” (De Marchi; Pinheiro; Pagani, 2021).

Os autores demonstram que a ausência de participação gera um esvaziamento do processo democrático:

Abers (1998, p. 50) ressalta que “onde a cooperação não é comum, as pessoas se ressentem da falta de bases para confiança mútua”, por isso, antes de tudo é necessário que haja um entendimento das potencialidades do processo de participação e cooperação (De Marchi; Pinheiro; Pagani, 2021).

De Marchi, Pinheiro e Pagani (2021) utilizam conceitos amalgamados nesse contexto. Primeiro, o binômio cooperação-confiança como um ciclo que se retroalimenta, sendo a confiança um elemento-chave do capital social, “entendido como uma forma de facilitar a cooperação mútua” (Putnam, 2005 *apud* De Marchi; Pinheiro; Pagani, 2021). O capital social, por sua vez, é um componente essencial da democracia (Banquero, 2001 *apud* De Marchi; Pinheiro; Pagani, 2021). Contudo, conforme destaca Banquero (2001 *apud* De Marchi; Pinheiro; Pagani, 2021), “o capital social não é suficiente e o cenário de desconfiança interpessoal e nas instituições ainda prevalece”, distanciando de uma cultura política democrática e participativa.

A dificuldade da participação se espaura pelas características históricas da democracia brasileira com reduzida abertura à população, e nos dias atuais, como mostra a literatura evidenciada por De Marchi, Pinheiro e Pagani (2021, p. 16), “constrói-se uma aversão ao serviço público ou, pelo menos, a ideia de dificuldade de acesso ao poder público”, que acaba minando a confiança e o capital social. Por isso, os autores chamam a atenção para a promoção de práticas de diálogo e cooperação na relação entre as instituições e a comunidade.

Nesse sentido, De Marchi, Pinheiro e Pagani (2021) verificam como as associações têm desempenhado o seu papel no desenvolvimento da confiança dos cidadãos nas instituições públicas, a partir da visão dos atores envolvidos - gestores de associações, representantes do poder público municipal e moradores da comunidade. Os dados obtidos na pesquisa dos autores indicam que a comunidade reconhece o papel das associações, mas não participa ativamente, sendo o principal problema encontrado, já que a participação é condição essencial no papel de desenvolvimento da confiança das pessoas nas instituições públicas.

A relevância da associação de bairro está ancorada na participação e isso se dá pela via da comunicação, perspectiva que foi analisada nos dados desta pesquisa, ao investigar como o processo comunicacional de participação nas demandas comunitárias fortaleceu os laços entre as pessoas, fundamentando esse argumento na conformação de uma comunidade pelo sentimento de pertencimento. Por isso, buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica para aprofundar o conceito de comunidade, amplamente discutido nas Ciências Sociais.

As dimensões histórica e sociológica de comunidade organizadas por Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017) servem como ponto de partida para esta discussão. Segundo os autores, nos aspectos históricos, da primeira forma de agrupamento humano - “um organismo compreendido como harmônico e uno em si”, a comunidade transforma-se “naquilo que representaria a noção de sociedade, colocada como oposta à comunidade e que impulsionaria o projeto industrial europeu”, a partir da formação dos estados nacionais, que buscavam uma formatação unitária e dominação territorial (Lazzari; Mazzarino; Turatti, 2017). A negação da tradição vai fortalecer os ideais acerca da comunidade e vai “subsidiar os ideais comunistas focados na visão de uma comunidade igualitária e utópica” (Lazzari, Mazzarino e Turatti, 2017). Em contrapartida, o industrialismo capitalista aposta “na recriação da comunidade em torno do lugar de trabalho para ‘toda a vida’ ” (Bauman, 2003, p. 37 *apud* Lazzari; Mazzarino; Turatti, 2017).

Os aspectos sociológicos sumarizados por Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017) abordam o pensamento dos autores que se dedicaram a compreender a relação entre comunidade e sociedade¹⁵. Os autores destacam o pensamento de Ferdinand Tönnies, que estabeleceu a oposição entre comunidade e sociedade.

Vejamos o pensamento töniesiano:

Para Tönnies, *Gemeinschaft* (comunidade) representava o passado, a aldeia, a família, o calor. Tinha motivação afetiva, era orgânica, lidava com relações locais e com interação. As normas e o controle davam-se através da união, do hábito, do costume e da religião. Seu círculo abrangia família, aldeia e cidade. Já *Gesellschaft* (sociedade) era a frieza, o egoísmo, fruto da calculista modernidade. Sua motivação era objetiva, era mecânica, observava relações supralocais e complexas. As normas e o controle davam-se através de convenção, lei e opinião pública. Seu círculo abrangia metrópole, nação, Estado e Mundo. Para Tönnies, a comunidade seria o

¹⁵ Os autores elencados por Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017) estabelecem pressupostos como: a limitação geográfica e politicamente, da comunidade, pelas suas normas ou um conjunto de subsistemas com funções integradas (Polsby, 1974; Bernard, 1974); diversas concepções de sociedade (organísmica, romântica, econômica, interacionista), que variam conforme as interações entre pessoas e tipos de atividades. Quanto às comunidades, para uns elas são unidades de base local, dentro de sociedades mais amplas; para outros, o termo comunidade faz referência a alguns aspectos da sociedade, tais como seus componentes de solidariedade ou espaciais. Outros, particularmente aqueles que seguem a tradição sociológica alemã, distinguem as comunidades como tipos de sociedades relativamente solidárias (Mayhew, 1974).

estado ideal dos grupos humanos. A sociedade, por outro lado, seria a sua corrupção. (Recuero, 2002, p. 2).

Recuero (2002) analisa as concepções de Max Weber e Durkheim, para os quais os conceitos não se excluem ou se opõem, mas sim que a maior parte das relações sociais tem o caráter de comunidade e de sociedade. Polivanov (2009) acrescenta a visão do historiador Edward Thompson, um dos fundadores dos Estudos Culturais na Inglaterra, discutida no segundo volume de “A formação da classe operária inglesa”, no capítulo “Comunidade”. Segundo a autora, Thompson também não corrobora a ideia töniesiana de que a comunidade seria substituída pela sociedade, mas sim “um ‘lugar’ heterogêneo, marcado pela multiplicidade de pensamentos e costumes, pelas negociações e disputas e pela convivência, conflituosa ou não, de antigos e novos hábitos” (Polivanov, 2009, p. 115).

Recuero (2002, p. 3) apresenta ainda a perspectiva contemporânea de Palácios (1998), que caracteriza comunidade: pelo sentimento de pertencimento ou “pertença”, que seria a “noção de que o indivíduo é parte do todo, coopera para uma finalidade comum com os demais membros (caráter corporativo, sentimento de comunidade e projeto comum)”; pela territorialidade, o *locus* da comunidade; e ainda pela permanência, “a ligação entre o sentimento de comunidade, caráter corporativo e emergência de um projeto comum, e a existência de formas próprias de comunicação”.

Nesta breve revisão do conceito de comunidade, foram apresentadas algumas referências teóricas para entender a evolução do termo. Para concluir, traz-se uma perspectiva comunicacional, a partir da proposta de Yamamoto (2014b, p. 438), de pensar um outro conceito de comunidade no cenário mediatizado, visto que o autor considera que a comunicação toma-o irrefletidamente da sociologia do século XIX, entendendo-o, “exclusivamente, enquanto substância comum compartilhada (território, cultura, etnia, classe etc)”.

Os problemas à pesquisa de comunicação, segundo o autor, seria “a ideia de comunidade enquanto verdade inquestionada uma vez que proveniente do povo” (Yamamoto, 2014b, p. 440). Ele critica especialmente os setores da comunicação comunitária e da cibercultura, ao trabalhar a ideia de um comum proveniente, “ora de atributos naturais, ora de eventos acidentais ora, simplesmente, de uma manifestação espontânea da vontade coletiva” (Yamamoto, 2014b, p. 439).

Segundo Yamamoto (2014b, p. 440), uma ontologia consistente e “capaz de sustentar uma multiplicidade de fenômenos no domínio comunicacional”, adequada ao contexto desterritorializado da “midiatização” é contida na noção de *communitas*, palavra latina para

designar comunidade, que será interpretada por Roberto Esposito segundo o entendimento do *donum* compartilhado. É também de Esposito (2007 *apud* Yamamoto, 2014b) a distinção dos estudos "sobre o conceito de comunidade em duas perspectivas:

[...] a perspectiva substancialista da comunidade abarcaria toda a “filosofia política” tradicional, onde se arrolam correntes teóricas e conceitos como a *Gemeinschaft*, o neocomunitarismo norte-americano e a ética da comunicação. Tal perspectiva, afirma Esposito (2007, p. 156), “parte sempre dos indivíduos pré-constituídos – conservando-os como tais, ou fundindo-os num indivíduo maior”. Em outra perspectiva (dessubstancialista), pelo contrário, que “parte sempre da relação do compartilhamento”, Esposito vê despontar do “grande pensamento da comunidade”, onde comparece a noção de *communitas* (Yamamoto, 2014b, p. 442).

Conforme explica Yamamoto (2014b, p. 445), “a crítica de Esposito à ideia substancialista de comunidade o conduz a um aprofundamento ontológico”, que é o ponto de inflexão do ser da comunidade, ocultado pelo pensamento moderno. Na reflexão de Esposito (2007 *apud* Yamamoto, 2014b) com o objetivo de recobrar a semântica originária de comunidade, ele extrai os radicais *cum* e *munus* da palavra *communitas*. “Ao passo que *cum* revela a presença incontornável de um outro (um além de mim), no segundo radical (*munus*), Esposito encontra três significados possíveis: *onus*, *officium* e *donum*” (Yamamoto, 2014b, p. 442), que indicam dever, dívida, obrigação, à exceção de *donum* (dom), levando à conclusão que *donum* institui uma doação obrigatória. “[...] *cum+munus* (ou *communitas*) significa um tipo de relação em que o sujeito doa-se incondicionalmente ao outro (qualquer, indefinido), logo, à comunidade enquanto outro na condição de virtual” (Yamamoto, 2014b, p. 442).

O sentido antigo, e presumidamente originário, de *communis*, devia ser ‘quem compartilha uma carga (um cargo, um encargo)’. Portanto, *communitas* é o conjunto de pessoas que une não uma ‘propriedade’, mas justamente um dever e uma dívida. Conjunto de pessoas unidas não por um ‘mais’, mas por um ‘menos’, uma falta, um limite que se configura como um tributo ou, inclusive, uma modalidade de carência para quem está ‘afetado’, a diferença daquele que está ‘isento’ ou ‘eximido’ (Esposito, 2007, p. 29-30 *apud* Yamamoto, 2014a).

Para Yamamoto (2014a, p. 29), o movimento hermenêutico de Esposito se completa ao recolocar “a questão da comunidade segundo uma outra ontologia fundadora: a abertura, o acolhimento, a vinculação. Numa palavra: *Mitsein*. Sua presença, como afirma o autor, se dá a partir da experiência da desapropriação subjetiva, descentramento do sujeito ou reinvenção de si”. O autor fala, a propósito, que é como “um chamado que vem de fora para dentro e extrai o si do indivíduo ou sujeito” (Yamamoto, 2014b, p. 29), difere-se do movimento de dentro para fora nas formas associativas convencionais, que mais representa uma projeção da vontade individual, de caráter narcisista ou etnocêntrico.

Neste sentido, Yamamoto (2014a, p. 30) infere como base do pensamento da comunidade, desde o século XIX, um vínculo restrito, “do mesmo com o mesmo, um tipo de relação que acolhe somente os iguais a mim ou aqueles que pensam como eu, que atua no reforço mútuo da identidade e da individualidade”. Segundo o autor, para romper essa base subjetiva da comunidade (paradigma substancialista ou subjetivista) faz-se necessário “pensar num vínculo originário que compreenderia não apenas o acolhimento do mesmo, mas também o vínculo com o diferente” (Yamamoto, 2014b, p. 30).

A partir dessa introdução ao conceito de comunidade, é certo afirmar a polissemia do termo. A visada comunicacional, proposta por Yamamoto (2014b), para ser aferida em uma pesquisa científica, ao que parece, deveria incluir os movimentos da comunidade e não apenas o ponto de vista do presidente de bairro como o fazemos neste trabalho. Dessa forma, por falta de subsídios, não adere-se à noção comunicacional de comunidade proposta pelo autor. Definiu-se “comunidade”, termo recorrente nesta dissertação, a partir do sentimento de pertencimento pela participação, como aponta Palácios (1998 *apud* Recuero, 2002), o que atende à problematização que circundou-se na dissertação.

3.4 Reflexão sobre instrumentos de avaliação das competências midiáticas e informacionais e como se relacionam com os conceitos de cidadania e comunidade

Apresentamos o Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (2020), mais como uma contribuição da dissertação do que para a utilização sistemática na avaliação de competências dos participantes da pesquisa. Dentre os indicadores de competências do Mapa, as dimensões apontadas ultrapassam o escopo deste estudo, pois há um interesse maior quanto à dimensão midiática. De todo modo, as competências informacionais são intrínsecas às diversas aéreas no mundo digital que vivemos, inclusive o próprio jornalismo. O enfoque no midiático baseia-se nas problemáticas que justificam a pesquisa, pois observamos o reforço da subcidadania na forma com que a mídia se apropria da comunicação e da insatisfação espacial da periferia para produzir ou vincular suas pautas aos conflitos inerentes às periferias urbanas (territorialidades) e não necessariamente aos direitos (cidadania) das pessoas nesses espaços. A categoria “subcidadania comunicacional”, denotada no trabalho referencial de Moraes e Signates (2016) e Braga (2022), embasou a compreensão do conceito de cidadania discutido nesta dissertação.

Também buscou-se discutir a relação da AMI com a comunidade. Este último conceito é recorrente na dissertação e amplamente discutido nas Ciências Sociais, por isso, realizou-se

uma pesquisa bibliográfica para aprofundá-lo. A perspectiva de Palácios (1998), trazida à dissertação pela leitura de Recuero (2002, p. 3), apresentou-se como a possibilidade real de comunidade, caracterizada pela “noção de que o indivíduo é parte do todo, coopera para uma finalidade comum com os demais membros (caráter corporativo, sentimento de comunidade e projeto comum)”.

Esses fundamentos teóricos apoiaram a leitura dos dados das entrevistas, apresentada no próximo capítulo, no qual aferimos as competências das participantes e como elas as mobilizam em seu trabalho comunitário, que teria o potencial de fortalecimento da cidadania e da comunidade.

4 AS COMPETÊNCIAS (AMI) DOS LÍDERES DE BAIROS DE ARAGUAÍNA-TO NA RELAÇÃO COM A MÍDIA LOCAL E A COMUNIDADE

A mobilização das competências midiáticas e informacionais, relevante para o escopo deste trabalho, foi concebida em função das condições de inserção dos indivíduos na comunicação, principalmente pela via do jornalismo. Reitera-se a discussão, em Panos London (2007), do papel significativo dos meios de comunicação social, privados ou públicos, no desenvolvimento da sociedade, ao circular temas de interesse público, ou melhor da comunidade, e não apenas os de interesse da mídia.

O desenvolvimento referido nesta dissertação é sustentável, referenciado em Amartya Sen, de que “um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (Sen, 2010, p. 57). Ou seja, permitir às pessoas participarem nos processos de comunicação pode contribuir para outras escalas de participação. O que remete à relação que se faz neste trabalho, a conformação de uma comunidade pelo sentimento de pertencimento pela participação.

4.1 Contexto da pesquisa

O cerne da dissertação foi realizar um diagnóstico das práticas de comunicação de líderes de bairros periféricos de Araguaína, Tocantins (TO). A cidade contou com a inscrição de chapas para representantes de mais de 100 setores da cidade no último processo eleitoral, em 2022, organizado pelo Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA). Privilegiou-se nesta dissertação dois bairros com regularização fundiária precária (área irregular do setor Cimba e setor Alto Bonito). A formação desses locais, como em qualquer projeto de cidade, dá-se pela ocupação desordenada.

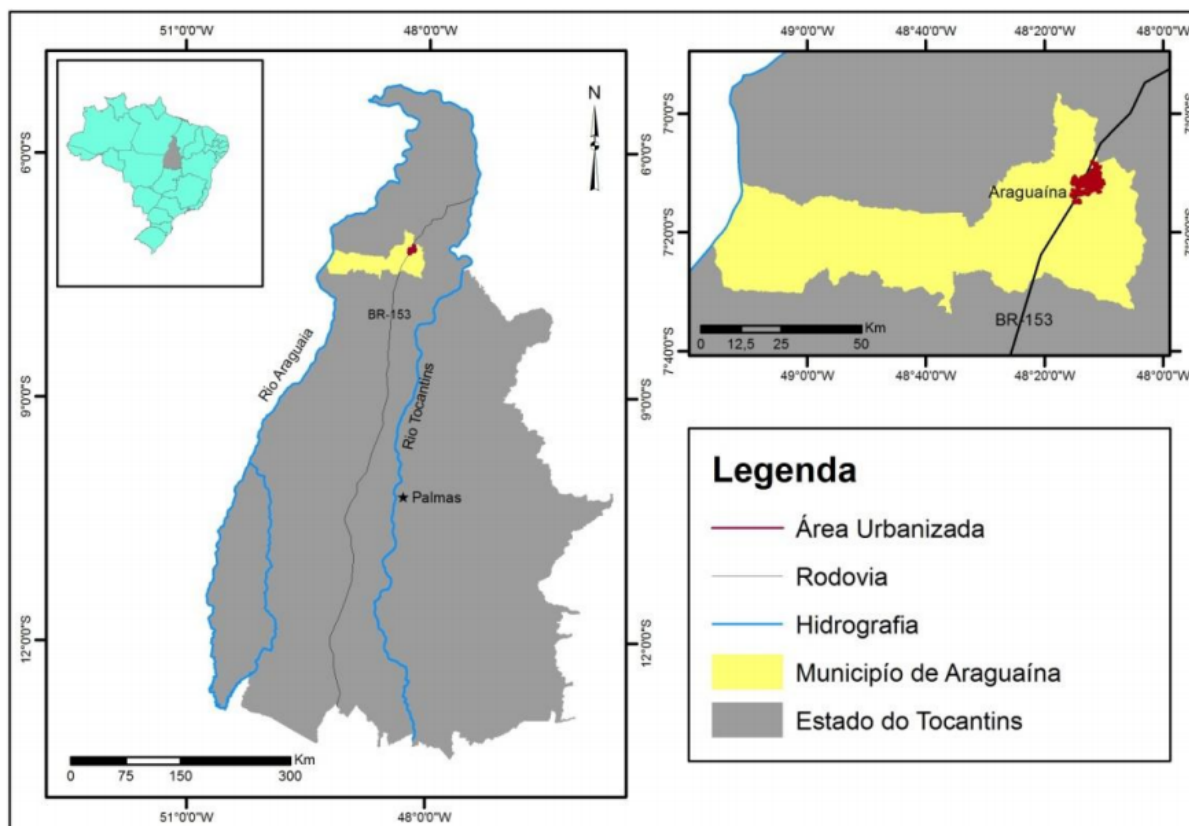
No caso de Araguaína, Sousa e Brito (2012) apontam como dificuldades das classes de menor poder aquisitivo no acesso à moradia tanto as restrições impostas pelo capital como a falta de políticas voltadas aos projetos habitacionais, “o que possibilitou inúmeras invasões (ocupações indevidas) em loteamentos privados, áreas públicas, áreas de preservações ambientais, etc. Proporcionando assim, um desordenamento urbano sem precedentes, devido à omissão do poder público frente a tais ações” (Sousa; Brito, 2012, p. 47).

O processo de expansão do espaço urbano de Araguaína foi iniciado, principalmente pela construção da Rodovia Belém-Brasília na década de 60, quando a cidade ainda integrava o Estado de Goiás (o Tocantins foi criado em 1988).

Verificou-se que em 1958 o centro urbano da cidade compreendia somente seis ruas, sendo elas Cônego João Lima, 1º de janeiro, Rua das Mangueiras, Falcão Coelho, Santa Cruz e Rui Barbosa, composta por palhoças e sem calçamento. Segundo Palmeira e Pereira (2011), o núcleo urbano da cidade não ultrapassava dois mil habitantes, sendo pessoas que não possuíam grau de escolaridade e desprovidas de qualquer serviço de saúde ou infraestrutura urbana. Além do mais, ressaltam que os atores sociais que compunham o espaço, viviam em sua maioria na zona rural, desenvolvendo as atividades do campo. Conforme os autores infra mencionados, foi com a chegada da rodovia a cidade que surgiu dois ciclos migratórios, um interno e outro externo. O ciclo interno compunha-se pela população que vivia na zona rural e deslocaram-se para o núcleo urbano na busca de outras atividades, como o comércio, já o ciclo externo era composto pelos trabalhadores da empreiteira responsável pela obra de construção da rodovia, onde também passaram a residir na cidade. Palmeira e Pereira (2011) destacam que foi a partir desse novo fluxo de pessoas, equipamentos comerciais foram instalados na cidade no intuito de atender a demanda crescente, serviços de alimentação, hospedagem entre outros (Santos, 2019, p. 63-64).

A figura 3 mostra como a BR-153 incide no espaço urbano de Araguaína:

Figura 3 – Mapas da localização de Araguaína



Fonte: IBGE (2015 *apud* Nascimento; Sousa; Guedes, 2017).

A "urbanização extensiva" (Monte-Mór, 2006, *apud* Pacífico Filho *et al*, 2020), servindo-se do eixo viário, posiciona Araguaína na década de 80 como "a quarta maior cidade do Estado de Goiás, ficando atrás apenas das cidades de Goiânia, Anápolis e Luziânia – o que

permitiu ser considerada a capital econômica do Norte Goiano” (Sousa; Brito, 2012, p. 43). Já naquela época, segundo os autores, a cidade tinha como principais atividades econômicas a agropecuária e prestação de serviços em saúde e educação, setores que ainda se destacam na economia da cidade.

Com mais de 140 anos de ocupação e mais de 65 anos de autonomia geopolítica, concedida pela Lei Estadual nº 2.125/58, Araguaína teve seu primeiro Plano Diretor (PD) pelo projeto de Lei nº 110/1989 e a posterior Lei nº 1000/90, de 5 de fevereiro de 1990, conforme levantamento de Santos (2019). Como se percebe, a cidade de Araguaína não destaca-se por um planejamento urbano, assim a constituição de centenas de bairros, até por serem mais antigos, ocorreu de modo irregular ou desordenado. É o caso do setor Cimba, apesar de constituído como loteamento desde 1993, conta com uma pequena área (foco da dissertação) cujos proprietários ou ocupantes jamais tiveram a situação jurídica / fundiária resolvida junto às instituições responsáveis. E também o caso do setor Alto Bonito, que passa por um processo jurídico de ameaça à reintegração de posse.

Cabe ressaltar que as localidades estudadas estão situadas em entornos privilegiados da cidade, conforme marcado no mapa de Araguaína na figura 4 (ver no final desta seção do trabalho). O Cimba é um setor centralizado na cidade, a apenas cinco minutos do principal centro comercial situado na Avenida Cônego João Lima; já o Alto Bonito é um setor um pouco mais distante. Ambos os locais são beneficiados, diretamente ou em seu entorno, por uma diversidade de equipamentos públicos como creches, escolas, posto de saúde; no caso do setor Cimba, parque público e instituições de ensino superior públicas.

Esse cenário remete a conceitos teóricos imprescindíveis para compreender como essas comunidades são afetadas pela sua localização no território. Focaliza-se uma “geografia de oportunidades”, “associada à disponibilidade e às diferenças quanto à localização, qualidade e facilidade de acesso a recursos e serviços [...]. Nos espaços onde se concentram os grupos mais vulneráveis esse acesso é um fator negativo” (Carvalho, 2020, p. 272). E também se evidencia a luta pelo direito à cidade, conceito criado, em 1968, pelo filósofo francês Henri Lefebvre. Para Helene (2019), o conceito vem se expandindo para muito além da forma como foi pensado:

A luta por moradia expandiu-se para a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade, levantando a necessidade de viver em locais dotados de infraestrutura, equipamentos sociais e empregos. Enquanto muitos movimentos por moradia atuam ocupando glebas vazias nas margens urbanas, afirmando que a ocupação organizada pode reivindicar a correta distribuição de infraestrutura urbana, os movimentos das regiões centrais disputam uma área consolidada, com grande potencial de lucros para a especulação imobiliária e de grande poder simbólico (Helene, 2019, p. 968).

Também com o foco na urbanização, Santos (2007) problematiza que a rede urbana não é real para todos. Santos (2007) critica essas distorções da distribuição da rede de serviços e demonstra que a posição financeira do indivíduo define os significados da cidade:

Há, num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes ou podem sair à busca daqueles bens e serviços que desejam e podem adquirir. Na outra extremidade, há os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais (Santos, 2007, p. 140).

Assim, a mobilidade urbana deve ser considerada. Para Santos (2007) são várias possibilidades, sendo plena, limitada ou nula: mudar para um local onde o mesmo salário permita ter acesso a mais serviços e produtos; a possibilidade inversa, quando as condições de vida são piores em outro local ou à medida do tempo, piora no seu próprio bairro; a permanência em um bairro desprovido de serviços, onde “os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor” (Santos, 2007, p. 111).

Segundo Santos (2007), o próprio Estado favorece o surgimento de áreas de especulação, que acabam por aumentar exorbitantemente o preço dos imóveis. “Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos” (Santos, 2007, p. 63). Isso porque os serviços de natureza privada visam o lucro, por isto, se instalam conforme a procura e poder aquisitivo dos consumidores, sendo geralmente em grandes aglomerações, assim, não alcançam todos os territórios, como explica Santos (2007, p. 143): “se, em sua proximidade, a população é demograficamente rarefeita ou economicamente fraca, frequentemente não é atingido o limiar indispensável à sua operação rentável, e tais serviços deixam de se instalar”.

Já os serviços públicos não respondem às exigências do mercado. Para Santos (2007), trata-se de um direito à cidade e de uma existência digna. “Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão” (Santos, 2007, p. 157-158).

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. Vimos, já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe (Santos, 2007, p. 144)

A indignidade se reflete no acesso à saúde, educação, moradia, transporte, direitos que são imprescindíveis à sobrevivência humana. No espaço vivido podemos mensurar o impacto do ‘lugar’, de forma que, se a acessibilidade aos direitos básicos é menor em uma localidade, menos cidadania, entendendo que o ideal de cidadania seria a participação plena na sociedade, como exercer o direito a decidir sobre como acontece a urbanização.

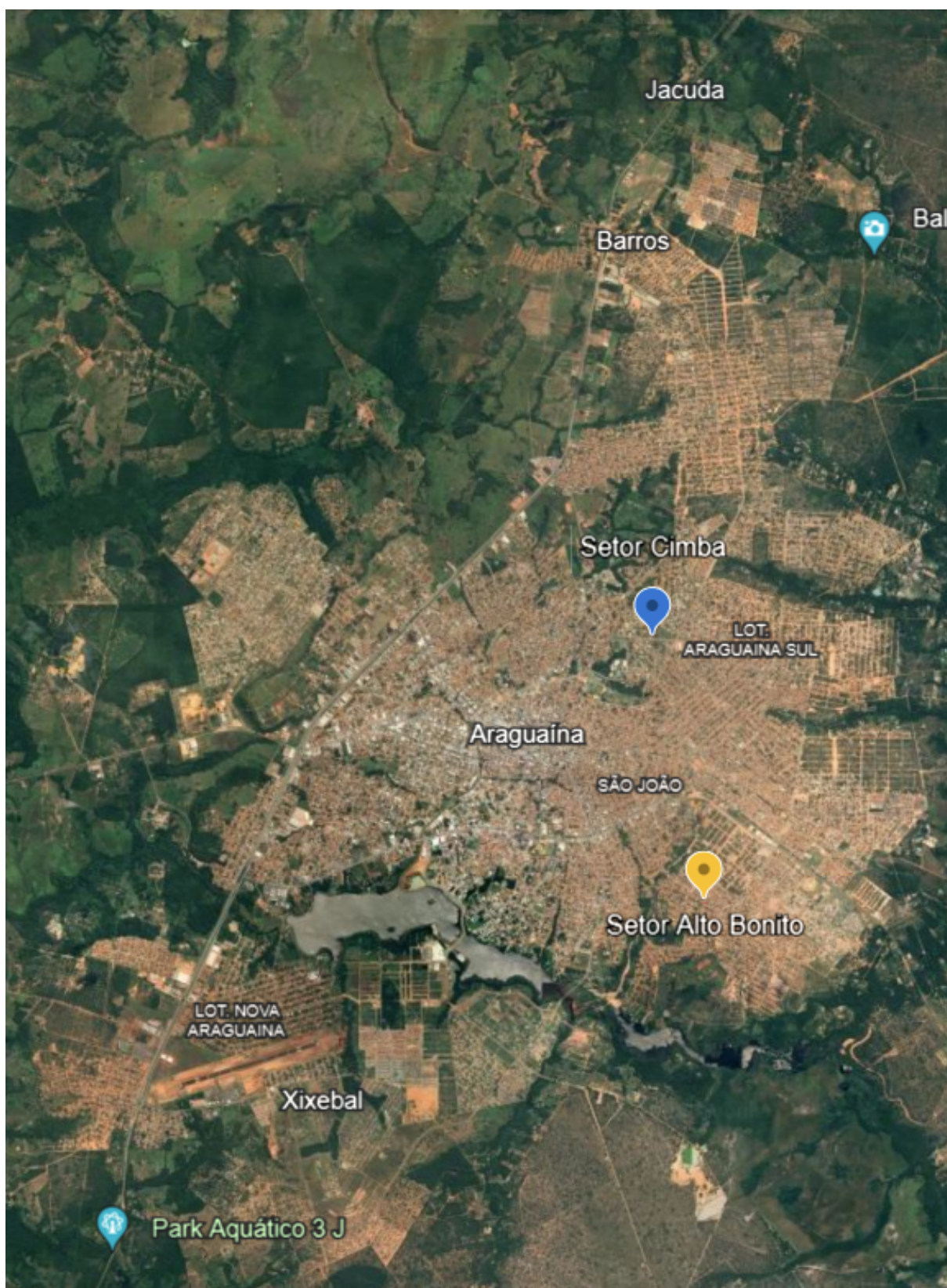
Tendo em consideração esse aporte teórico, a leitura que fizemos sobre a situação das comunidades pesquisadas explicitou um processo de expulsão dos moradores de áreas centrais e equipadas. Um ponto de vista contraditório na ocupação do setor Cimba, vez que foi observada a ausência de benfeitorias.

Ao tempo que consideramos esta dissertação um estudo-investigação ou um trabalho prévio de um diagnóstico, retoma-se aqui alguns direcionamentos da metodologia de Diagnóstico Social, na qual inclinou-se a intenção inicial deste trabalho.

No diagnóstico, não só é necessário conhecer os problemas e necessidades das pessoas como também os seus centros de interesse, já que, em determinadas ocasiões, a estratégia de ação mais oportuna pode derivar de um desses interesses, em vez de partir de um problema ou necessidade. Isto, por uma razão básica: às vezes, um centro de interesse pode ser mais motivador e mais mobilizador do que um problema grave, sobretudo, quando este último seja entendido de forma fatalista ou seja, determinado ou muito condicionado por fatores sobre os quais se tenham poucas possibilidades de intervenção (Ander-Egg; Idáñez, 2008, p. 37).

Neste sentido, partimos da identificação de fatores que positiva ou negativamente tinham alguma influência sobre a questão-problema desta pesquisa: saber quais as competências de AMI para uma cidadania comunicacional dos líderes de bairro. De forma que buscou-se evidenciar um dos fatores - falta de regularização fundiária - que poderia favorecer processos comunicacionais. A obtenção desta informação, que é o próprio trabalho dissertativo ora apresentado, foi viabilizada pela familiarização com a situação.

Figura 4 - Setor Cimba e setor Alto Bonito no mapa de Araguaína



Fonte: Google Earth (2024)

4.1.1 Setor Cimba

O setor expressa nitidamente a segregação espacial, contrastando na mesma área residencial edificações milionárias e uma parte periférica, onde há ruas intrafegáveis, área suscetível a alagamento pelas águas da chuva porque “apresenta em torno de 10 a 15% de declividade com ocorrência de solo arenoso” (Silva; Veloso, 2015, p. 63) e não existe estrutura de drenagem na localidade, mesmo sendo fronteiro ao centro da cidade, evidenciando a incompletude da relação entre indivíduos e direitos sociais.

O início da urbanização do setor remonta às décadas de 1960 e 1970. Segundo Fernandes (2017), em 1965 foi implantada pelo grupo Boa Sorte, no setor, a Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica - Cimba, uma indústria de extração vegetal do babaçu que teve curto prazo de funcionamento: “De acordo com Silveira (2009), a indústria encerrou suas atividades no ano de 1970 devido à morte de um dos sócios e pelo esgotamento da matéria prima” (Fernandes, 2017, p. 26).

Nas pesquisas de Silva (2010) e Kédina Nascimento (2012) são analisados os processos de desenvolvimento do setor com a instalação do Centro de Atendimento do Trabalhador - CAT, do Instituto Federal do Tocantins - IFTO, e da Universidade Federal do Tocantins - UFT (hoje Universidade do Norte do Tocantins - UFNT), este último foi um dos equipamentos urbanos que mais valorizou o bairro à época.

Os loteamentos do setor Cimba que, até então, eram procurados somente por aquelas pessoas que não possuíam poder aquisitivo para comprar lotes em áreas mais valorizadas ou centralizadas da cidade, passaram a ser procurados por outros grupos da sociedade, principalmente pelas imobiliárias. Estas monopolizam a área na expectativa gerada pela instalação que a obra traria para o setor (Cunha *et al.*, 2007, p. 52 *apud* Nascimento, 2012, p. 41)

Conforme consta na pesquisa de Silva (2010), a comercialização de lotes teve início por volta dos anos 2000 custando a partir de R\$2.500,00 reais. Todavia, foram as ocupações irregulares que impulsionaram o processo de urbanização do local: “O setor não possuía energia elétrica, e só passou a ter quando os moradores se reuniram para comprar um poste. A Saneatins forneceu os canos para a população que abriram os primeiros dutos de fornecimento de água interligando-os às casas” (Silva, 2010, p. 22).

Apenas em 2011 o Grupo Boa Sorte (re)lançou as vendas de lotes¹⁶. Brito (2016) destaca como a política atuou em benefício do loteador, “pois apesar de ser numa área central,

¹⁶ Ver a notícia “Grupo Boa Sorte lança empreendimento imobiliário na cidade” no link: <https://www.portalonorte.com.br/noticias/araguaina/araguaina-5956-grupo-boa-sorte-lanca-empreendimento-imo-biliario-na-cidade/5956/>

o Setor Cimba já havia sido lançado há 19 anos, mas ficou praticamente sem investimento por parte do grupo” (Brito, 2016, p. 30). O autor aponta novos investimentos públicos no setor a partir daquele momento, como a construção de uma Unidade Básica da Saúde, entregue em 2013, e a promessa da criação do primeiro parque público na cidade - com um orçamento por volta de cinco milhões de reais, o que possibilitou a venda dos lotes com valor bem maior do que seria anteriormente, passando a custar a partir de R\$1.000 (um mil) reais de entrada e 180 parcelas de R\$200,00 reais.

Nascimento (2012) acrescenta que o loteamento foi regularizado pelo Decreto nº287/93, de 23 de setembro de 1993, com área equivalente a 1.113.276,31 m², fracionada em 1.670 lotes residenciais, 32 lotes comerciais, 50 lotes institucionais¹⁷, e três áreas verdes. Segundo informações levantadas por Nascimento (2012) em entrevista ao presidente do setor Cimba, em 2012, na época de abertura do loteamento houve ocupação irregular de duas quadras do setor, sendo uma área verde, de responsabilidade da prefeitura, e outra pertencente à construtora.

Fernandes (2017, p. 34) colaciona informações pertinentes à violação da legislação ambiental no loteamento:

No ano de 2013 houve, em relação à referida construtora, a propositura da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual do Tocantins, nos autos de nº 5013612-69.2013.827.2706 em trâmite na 1ª vara da fazenda de registros públicos de Araguaína, pleiteando a condenação da construtora pela violação de legislação que protege o ambiente com base nos relatos de moradores, que noticiaram que no loteamento não há projeto de escoamento de água e que na área há um Córrego denominado Canindé, no qual foi observado um avançado processo erosivo devido à falta de um eficiente sistema de drenagem, além de outros problemas informados na demanda.

Segundo Fernandes (2017), o loteamento não respeitou a legislação de preservação das margens de cursos d'água. Conforme Veloso (2013, p. 9 *apud* Fernandes, 2017, p. 33), “a porcentagem para área verde é apenas de 1,551%, verifica-se que é uma porcentagem bem pequena em relação à área total”. Na realidade, a área periférica que já referimos sobrepuja essa área verde.

Silva e Veloso (2015) constataram as péssimas condições das moradias e vulnerabilidade da maioria dos habitantes da área verde no entorno da nascente do córrego Canindé. Trata-se de uma ocupação desordenada que resulta em contínuo processo de degradação ambiental devido ao desmatamento da mata ciliar e poluição causadas pela

¹⁷ Segundo Nascimento (2010), quando a área foi aprovada uma porção de lotes foi doada para a prefeitura pelo processo de dação em pagamento - termo técnico para designar a doação fundiária como forma de pagamento de IPTU.

expansão urbana sem infraestrutura básica como galerias pluviais ou saneamento de esgoto, conforme apontam os autores.

Ao analisar o entorno da comunidade estudada, na Figura 5, visualiza-se as moradias não-regularizadas, que ficam situadas entre a rua dos Jatobás e rua dos Muricis, também delimitadas pela rua Padre Cícero. O Parque Cimba e o córrego são atravessados pela ocupação residencial.

Figura 5 - Dimensão territorial do Parque Cimba e entorno



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024); Fernandes (2017)

A questão ambiental e de preservação das nascentes, contudo, é um imbróglio em Araguaína, a exemplo do “Projeto de Saneamento Integrado Águas de Araguaína”¹⁸, que canalizou parte do córrego Canindé e parte do córrego Neblina. A obra, entregue em 2020,

¹⁸ O projeto financiou R\$ 220 milhões para a execução das obras junto ao CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (Gazeta do Cerrado, 2020).

criou uma via de trânsito rápido, a Via Norte (1,5 quilômetro de extensão), entre o centro e 14 bairros de Araguaína - TO, interligando as Avenidas Cônego João Lima e Castelo Branco. Inclusive, seguindo pela rua dos Jatobás - que delimita a ocupação pesquisada no setor Cimba - chega à Via Norte em menos de 500 metros. Na região impactada pela Via Norte houve deslocamento de moradores e valorização da área. Em entrevista ao portal da Prefeitura de Araguaína, o prefeito Ronaldo Dimas, pontuou:

Há construções que foram feitas quase em cima dos córregos, vamos notificar todos eles, avaliar, ver que tipo de indenização - que não é pagamento pelo local, pois a propriedade ali não existe, é Área de Preservação Permanente (APP) - mas queremos fazer negociações com aqueles que ali têm o seu patrimônio (Prefeitura de Araguaína, 2017)

Essa é uma perspectiva macro da gestão urbana em Araguaína. Focalizando a ocupação do setor Cimba, é observada a vulnerabilização daquele espaço. A ausência de benfeitorias fica explícita na figura 6, mostrando que o asfalto passa até na rua anterior à área periférica.

Figura 6 - Limite (pelo asfalto) da parte regularizada e não-regularizada



Fonte: arquivo da autora, 2024.

No setor Cimba, particularmente, a ação estatal é negada pela ausência de regularização fundiária, agravando os processos de periferação, o que nos pareceu impor-se como demanda prioritária da comunidade do bairro. Contudo, há uma outra visão por parte das lideranças daquela localidade. Essa questão não se mostrou preponderante para a

presidente Marinalva Carneiro Guimarães, que tem 42 anos e como ocupação é vigilante em agência bancária. De todo modo, no decorrer da entrevista, foi perguntada a respeito:

“Primeiro que eu não tenho nem muito acesso a essas coisas, não é?! o que a gente fica sabendo aqui, quase ninguém conversa nada” (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

Ela e alguns parentes são moradores do bairro há mais de 30 anos nas contas da família, que seria uma das primeiras a ocupar a área, em uma casa pequena de dois cômodos. No momento da entrevista, encontrava-se presente o pai da presidente e 1º secretário da Associação, Vanadir Rodrigues Guimarães, que passou a fazer intervenções durante o diálogo da pesquisa¹⁹.

“Era eu, a mulher, duas filhas, e era um ‘bucado’ de gente” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

O sr. Vanadir contextualizou o início da ocupação:

“Tinha o CAT ali, uma casa ali perto, o resto aí tudo era chapadão, não tinha nada, nada, nada, nada [...] aí nós fizemos o carreirinho aqui para esses ‘menino’ ir pra escola. A água aqui nós fizemos foi um açude [...] aí nós lavava roupa, bebia, banhava tudo com essa água aí, nesse tempo a água era limpa porque não tinha ninguém aqui” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

A rede de energia era gambiarra, cedida por uma moradora da parte regularizada:

“A dona Alba ali com muito tempo - dois ‘ano’, três ‘ano’ - foi que deu a energia dela para nós. [...] Aí ‘puxemo’ uma rede aí ó. ‘Compremo’ uns fio, ‘fizemo’ uma rede lá da casa dela” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

Cientes de que a área era de propriedade da imobiliária Boa Sorte, a família chegou a pagar um valor simbólico para eles.

“Aqui foi pago, essa nossa aqui foi paga. [...] Escritura não tem, mas tem os documentos que a gente pagou, né? o lote. [...] Pra cá não tem nenhuma casa que tem documentação” (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

Os entrevistados relataram que agentes públicos da Prefeitura Municipal visitavam a área constantemente, principalmente as casas próximas à nascente do córrego. Esse tipo de ação foi intensificada na época da criação do Eco Parque Benedito Vicente (Parque Cimba), equipamento público na área, mas não solucionou a situação das moradias às margens do córrego Canindé, que estão em sobreposição às áreas de preservação permanente até hoje. Uma questão levantada pelos entrevistados é que o interesse não seria desocupar somente por questões ambientais, mas também de revalorização da área.

¹⁹ Curiosamente, a chapa é composta apenas por moradores da área não-regularizada, apesar da Associação representar todo o setor Cimba. O pai da presidente, Vanadir (74 anos), e o marido dela são membros da chapa.

Segundo os entrevistados, a Prefeitura conseguiu desocupar três casas²⁰, a partir da inserção dos moradores em programa habitacional localizado no setor Costa Esmeralda, distante sete quilômetros do setor Cimba, ou seja, do centro da cidade.

“Muitos que trocaram aqui é porque são ‘desorientado’. [...] Quando foi para nós ‘trocar’ isso aqui [...] aí eu fui lá no promotor [...] eu pedi a ele uma opinião. Aí ele falou para mim assim: ‘oia’, você troca se quiser, porque a Prefeitura não tem casa, isso aí é programa do governo federal. Se trocar é porque você quer trocar, mas lá você tem que pagar a casa de lá. Falei: nam!” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

Conforme os entrevistados explicaram, o fato de ser um programa habitacional com parcelas a pagar se espalhou (mesmo um valor acessível) e ninguém mais quis negociar com a Prefeitura, pois se sentiram “ludibriados”.

“Aí negocea, ‘vamo’ trocar, ‘vamo’ pegar uma casa, aí ninguém quer mais porque foram ‘enganado’. Ali tem um ali que trocou a casa no Costa Esmeralda, deu a casa dela, eles deram a casa para cada um lá no Costa Esmeralda e tiveram que pagar a casa, eles ficaram sem nada” (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

“Daqui nós não sai não. [...] O promotor perguntou assim: quantos anos você tem lá? nós ‘falemo’ tem mais de 20 anos. Ele falou: não, homem nenhum tira vocês de lá mais não. Tira assim, num acordo, fazendo um acordo, indenizando” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

Embora a presidente tenha se referido à questão fundiária como um "caso sem solução" (Marinalva Guimarães, Apêndice D), os moradores permanecem no local, buscando alternativas para garantir sua moradia. A própria presidente, com muitos esforços, está construindo uma casa em outro bairro.

O não reconhecimento estatal da propriedade, apesar da posse pacífica, reflete na negativa de prestação de serviços públicos básicos. No mandato da presidente Marinalva não houve resposta positiva de nenhuma solicitação. Contudo, ela afirmou que a falta de retorno sobre um único pedido de roçagem desestimulou novos ofícios e a comunidade seguiu fazendo serviços por conta própria, como os reparos nas ruas, por exemplo:

“Os moradores ‘mermo’ que organizam aqui. [...] Quando começa a chover nós ‘arruma’ aqui, nós tampa um buraco dali, pega uma areia dali e tampa aqui [...] não tem ninguém para mexer com nada para nós aqui não” (Marinalva Guimarães, Apêndice D). Vanadir acrescenta: “Passou a política, ‘nego’ nem olha para cá” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

Para Marinalva, a participação dela na mídia para reivindicar melhorias é proibitiva, conforme justificou:

²⁰ Há um burburinho de que um gestor público chegou a indenizar uma família, cujo valor foi de mais de cem mil reais, com fins de desocupação de uma quarta casa na área não-regularizada.

“Eu também não posso ‘tá’ me metendo nessas ‘questão’, porque eu trabalho em empresa privada, aí a empresa é muito rígida. [...] ir na televisão cobrar alguma coisa, eu não poderia fazer, eu não posso, que vai me ‘projudicar’ lá na frente” (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

Além disso, a presidente do setor Cimba não participa das redes sociais do setor, mas relata que a irmã faz parte e informa sobre tudo que está acontecendo.

4.1.2 Setor Alto Bonito

A ocupação urbana para fins de moradia no Setor Alto Bonito data dos anos 2000. Segundo Pinto (2021), à época era uma parcela de um loteamento chamado Brejão – 3ª Etapa, cujo empreendedor imobiliário ajuizou uma ação de reintegração de posse, pedindo a remoção dos ocupantes. Conforme registrado nos autos nº 5000600-71.2002.827.2706, foram encontradas 92 pessoas ocupando o local em janeiro de 2002, passando a 160 lotes ocupados em 2003 (Pinto, 2021).

Em 2003, a avaliação realizada por Oficial de Justiça apurou o valor de R\$35.475,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e setenta cinco reais) como custo total de todas as residências autoconstruídas. O *quantum* apurado indica a precariedade dos prédios e o relato descritivo do meirinho esboça o desenho do Alto Bonito no início do século XXI: [...] Foram observadas construções edificadas, sendo estas na sua grande maioria de mínimo valor comercial, pois são rústicas e improvisadas, sem qualquer estrutura ou melhoramento, em que foram utilizados materiais de reaproveitamentos, ou seja, pedaços de madeira (tábuas, ripas, caibros, etc), além de pedaços de plásticos, compensados, aglomerados e diversos outros materiais (Pinto, 2021, p. 23)

Em 2017, em razão de uma audiência pública para tratar do cumprimento da reintegração de posse, foi mensurado que o setor tinha 600 moradores (140 lotes).

Apesar do litígio ser antigo, apenas em 2015 a justiça manifestou-se sobre a reintegração de posse. Não é um erro gráfico de data, houve um lapso temporal de mais de 15 anos na ação judicial, porém não há mais recurso nessa esfera, pois o processo encontra-se transitado em julgado, ou seja, encerrado na justiça (Defensoria Pública do Tocantins, 2017)²¹.

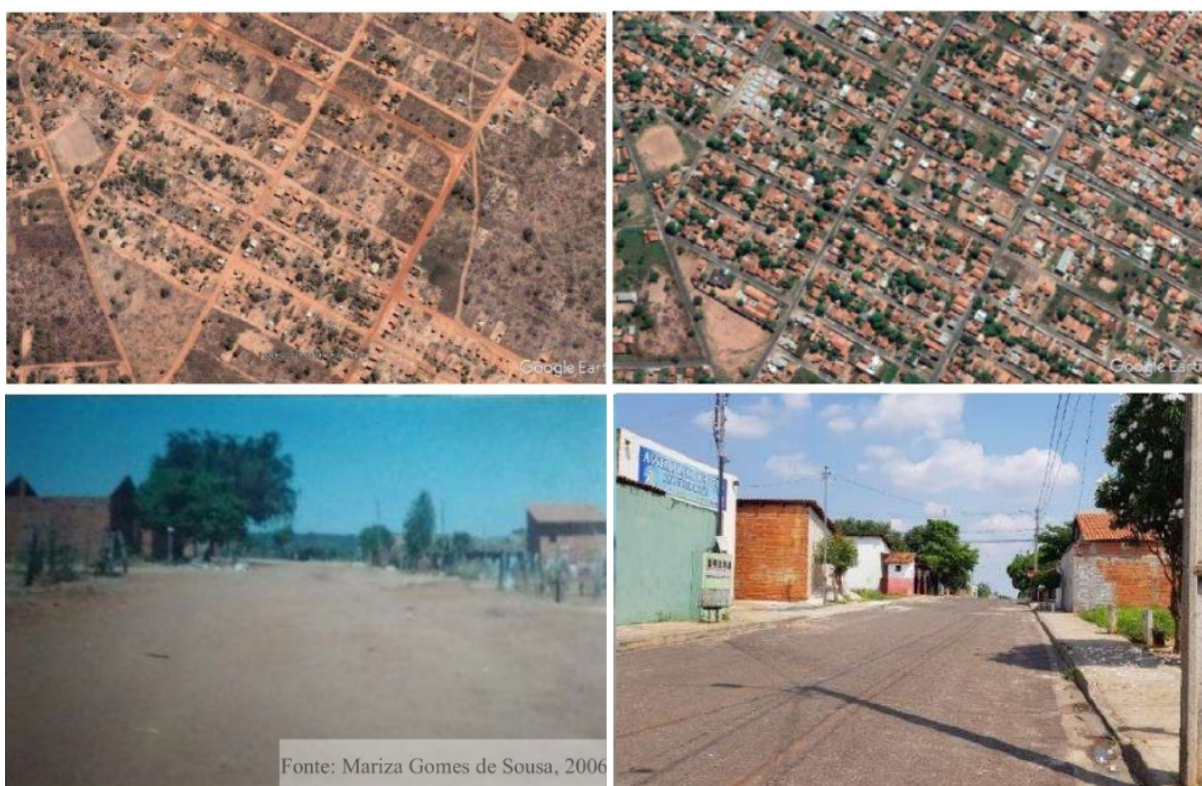
Retomando aos primórdios da ocupação da área, Pinto (2021, p. 115) entrevista lideranças que evidenciaram como foram “engenhosas e trabalhosas as ações executadas pelos próprios moradores para conseguirem acessar energia elétrica e água potável no início da ocupação”. Apesar dos esforços, as ligações de redes de água e energia elétrica eram alvo,

²¹ Ver DEFENSORIA PÚBLICA DO TOCANTINS. **Solução para Setor Alto Bonito, em Araguaína, precisa de articulação interinstitucional**. 17 out. 2017. Disponível em: <<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/solucao-para-setor-alto-bonito-em-araguaina-precisa-de-articulacao-int-institucional>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

frequentemente, das ações da concessionária para serem desligadas, sendo apreendidos os materiais utilizados pelos moradores.

Durante os longos 15 anos de ocupação, muitos benefícios foram direcionados ao local. A notícia “Comunidade do setor Alto Bonito é beneficiada com inauguração de obras” comprova a instalação de equipamentos públicos como creche e unidade de saúde: [...] o prefeito Valuar, declarou que a obra é fruto da parceria entre a Prefeitura Municipal e Ministério da Educação que investiu aproximadamente R\$ 1.200.000,00 na construção das obras, que custaram aproximadamente R\$ 1.700.000,00 no total (Portal O Norte, 2011)²². A figura 7 mostra a expansão das construções e melhorias estruturais em mais de uma década:

Figura 7 - Setor Alto Bonito: imagem aérea em 2005-2020; rua do setor em 2006-2021



Fonte: adaptado de Pinto (2021)

A valorização da área, tanto pela ocupação de pessoas como pela instalação de equipamentos públicos, criou uma complexidade quanto ao valor de indenização dos imóveis. “Ocorre que o cálculo foi realizado sobre o valor das benfeitorias no início do processo – no

²² Ver PORTAL O NORTE. **Comunidade do setor Alto Bonito é beneficiada com inauguração de obras**. 1º jul. 2011. Disponível em: <<https://www.portalonorte.com.br/noticias/araguaina/araguaina-3994-comunidade-do-setor-alto-bonito-e-beneficiada-com-inauguracao-de-obras/3994/>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ano de 2002. [...] em razão de regras processuais, tudo que fora construído depois da citação dos ocupantes originais não seria objeto de avaliação e indenização” (Pinto, 2021, p. 134). A moradora Wadia Corado concedeu entrevista à reportagem da TV Anhanguera confirmando os valores irrisórios dos imóveis: “[...] eles vão me indenizar com R\$160 reais, não é R\$160 mil. [...] o que falam: a casa é de vocês, mas o terreno não é. Como que eu vou carregar minha casa nas costas, né?” (G1 Tocantins, 2018)²³.

No setor Alto Bonito, confirmou-se a regularização fundiária como pauta mais importante do movimento comunitário. Foi o que levou a presidente Mariza Gomes de Sousa, que tem 45 anos e é pedagoga da rede municipal de ensino, a começar a se envolver com a Associação de Bairro; justamente quando a justiça se manifestou sobre a reintegração de posse, em 2015.

Moradora do bairro há cerca de 20 anos, Mariza já tinha conhecimento da forma de ocupação da área, mas quando adquiriu o imóvel acreditava que havia sido regularizada. Mesmo porque presidentes de bairro anteriores e alguns moradores propagavam que não havia risco de perda dos imóveis. Para Mariza, a situação era utilizada como curral eleitoral e em reuniões da própria associação a presença de políticos confirmava esse direcionamento.

“ ‘Pra’ uns políticos isso aqui já tava resolvido, ninguém tirava nós [...] nunca levaram a sério. [...] em várias reuniões que a gente fez. Vocês podem construir, que tá tudo certo” (Mariza Gomes de Sousa, Apêndice E).

Até mesmo uma minuta de um projeto de lei para a criação de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) foi um instrumento para manipulação política dos moradores, contudo, o documento nunca foi levado à aprovação na Câmara de Vereadores.

Ainda como vice-presidente, Mariza começou a se inteirar da real situação no judiciário e falou da mobilização comunitária para reverter o caso:

“[...] juntei a comunidade, tirei foto, mandei ‘pra lá’ e ‘vamo’ amostrar para a juíza, isso aqui não é do jeito que ela tá pensando” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Ela também falou da exposição na mídia:

“a imprensa tem as suas formas de trabalhar. Opa! isso aqui é verídico, isso aqui não é. Aí quando eles viram que tinha documentação mesmo, aí foi a hora que veio algumas entrevistas até nós” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Com uma grande mobilização pública, até mesmo acampamento em frente ao paço municipal, e movimentação na via judicial houve a suspensão temporária da ordem de

²³ Ver G1 Tocantins. **Bairro tem casas avaliadas em R\$ 75 e moradores podem ser despejados**. 18 jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/bairro-tem-casas-avaliadas-em-r-75-e-moradores-podem-ser-despejados.ghhtml>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

reintegração de posse (Bom dia Tocantins, 2020)²⁴, concomitantemente com a negociação de valores entre algumas famílias e a imobiliária detentora do título de propriedade, o que levou algumas famílias ao endividamento; mas até hoje também há famílias aguardando a solução do problema, pois não tiveram condição financeira de arcar com o valor proposto: R\$9.000,00 reais de entrada e 12 parcelas de R\$500,00 reais.

Mesmo que não resultou em uma decisão definitiva favorável aos moradores, a mobilização da imprensa foi crucial para alcançar a suspensão da ordem de reintegração. Conforme relatou a presidente, os veículos davam maior credibilidade à questão quando tinha como porta-voz a própria representante do bairro, além de documentação sobre o caso.

“Quando eles ‘chamava’ (os moradores), os repórteres não queriam vir. Porque não queria vir de qualquer jeito [...] aí quando eu falava que tinha os ‘documento’ em mãos, assim, que não era só um boato...” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Moradores com maior conhecimento da realidade do setor, especialmente aqueles com mais tempo de moradia, eram selecionados cuidadosamente pela presidente para conceder entrevistas.

Atualmente, o processo judicial continua em andamento, e a presidente do bairro repassa informações da causa dos imóveis em um grupo de aplicativo de mensagens instantâneas com mais de 70 pessoas, além de repassar informações de ações de instituições como o CCABA ou outras utilidades:

“o que eu vejo que interessa a comunidade e que for bom, eu passo no grupo, informo, né? Porque muitas vezes essa pessoa não tem conhecimento, né? [...] Gente, vamos procurar informação. Não fica só dentro de casa não. Vamos ver o que que facilita ‘pra’ vida de vocês, né? [...] ‘Vamo’ lá, ‘vamo’ buscar informação. Eu sempre ‘tô’ incentivando a eles procurar os direitos deles, né?” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Assim, a presidente segue atuante nas demandas cotidianas. É exemplo a destinação de uma área no setor para uma praça pública. Para isso, buscou os órgãos responsáveis, inclusive independente do CCABA - vez que o Conselho é procurado por alguns presidentes para a confecção e envio de ofícios, e solicitou informações sobre a área, cuja resposta foi falta de recursos para implementar o equipamento público. Ela não viu a necessidade de procurar a imprensa neste caso, nem identificou demandas importantes além da regularização fundiária, observando que os serviços públicos básicos no setor (creches, unidade de saúde, etc.) estavam satisfatórios no momento:

²⁴ Ver Bom Dia Tocantins. **Justiça suspende ordem de reintegração de posse do setor Alto Bonito em Araguaína**. 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8237823/>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

“[...] um postinho de saúde a gente tem, uma creche a gente tem perto, um asfalto tem, uma iluminação boa, sobre isso a gente não tem o que reclamar”

[...]

a não ser uma ‘luizinha’ que queima. Tem que fazer um ofício, que através dos pedidos dos parlamentares que pede. Manda para a Câmara. A única coisa que pedem... só tira a foto da lâmpada e manda para mim” (Mariza Gomes de Sousa, Apêndice E).

A entrevistada respondeu a uma questão preponderante da pesquisa, a visão dela sobre os meios de comunicação, principalmente a mídia local, e como se dá essa relação. Para ela, a principal fonte de informação é o jornalismo:

“ ‘Numa’ rede social tem muito fake, né? e através do jornal a gente percebe que o jornalista, ele antes de ‘tá’ expondo aquilo ali, tá divulgando aquilo ali, ele precisa fazer uma matéria, ele precisa verificar se aquilo realmente é verídico. Então, assim, eu confio muito no jornal” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Quanto ao jornalismo local, ela acompanha, e desaprovou algumas coberturas jornalísticas de demandas da própria comunidade que não seguiram os parâmetros de checagem:

“tem jornal aqui que não vê o fato direito, né? Que foi o que a gente teve uma época, que eles não viam, não ‘soube’ a nossa história direito e ‘tava’ levando pro ar, né? o que não era verídico, né? [...] por isso que eu falo, tem uns jornalista... que não verifica direito... só ouviu. Às vezes pega matéria de outro canal, ele vai falar aquelas conversas que não foi ao pé da letra para ver [...] eu mesmo tive fato com a gente aqui, né? que viu que a pessoa não chegou até nós, não procurou saber e tava jogando. Um canalzinho aí né?” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

“tem uns programas que ‘faz’ a demanda do bairro, né? vê o que ‘tá’ precisando e passa sim, amostra um pouquinho da realidade. Mas, eu acho que não deveria ficar só como uma crítica [...] o pouco que a gente vê em alguns programas aí, eles usam muito a mídia para se engrandecer e não para ajudar [...] quer uma história, quer um assunto... [...] quer ibope [...] não tem o que apresentar e vai lá e pega qualquer coisa e bota no ar” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Tal crítica ao jornalismo local reflete problemáticas sobre as restrições de acesso, intrínsecas a esta pesquisa. A entrevistada percebeu a via de mão dupla:

“talvez é aquele fato que eu falei, né? ‘pra’ o jornalista passar, precisa da comunidade, né? levar até ele. [...] Aí talvez a imprensa fica sem a comunidade levar aqueles assuntos. E aí ele: o que eu vou botar? eu tenho que procurar alguma coisa né?

[...]

e eu também vejo que às vezes não adianta qualquer assunto você levar para o jornalista que apurar, ele não vai colocar [...] um programzinho qualquer ele coloca, qualquer coisa que tú for lá falar, ele coloca. Agora o maior, ele não coloca” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Contudo, ela ainda levantou as seguintes ponderações:

Às vezes um presidente que ‘tá’ passando dificuldade, ‘vamo’ chamar a imprensa, que acha que ela pode resolver, e não, às vezes a imprensa não resolve, né? mas ela é uma fonte de comunicação, é uma forma de levar, né? um fato que tá bem escondidinho, e você não sabe como pôr para todo mundo saber, [...] e aquilo ali pode ajudar [...]. Muitas vezes só joga ali e acaba é prejudicando (Mariza de Sousa, Apêndice E).

“Às vezes não é preciso, porque acho que a pessoa (agente público), com a imprensa, também se acha coagido, [...] às vezes nem chegou na pessoa, nem tem conhecimento daquilo ali. E a pessoa já leva de cara. Não, ‘vamo’ logo com a imprensa [...] acaba sendo político mesmo” (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Por fim, Mariza apontou a necessidade de orientação sobre tratativas com a mídia:

“você falou se precisava de um curso, eu acho que precisava, porque só assim as pessoas ‘sabiam’ como lidar com a imprensa, né? E aí às vezes a gente não sabe [...] porque as pessoas: o que que eu vou fazer numa entrevista?” Mariza de Sousa, Apêndice E).

“E você tendo uma formação para como agir naquele momento. De que forma a imprensa pode me ajudar nisso aqui? seria interessante para um presidente de bairro” “(Mariza de Sousa, Apêndice E).

4.2 Avaliação das competências midiáticas e informacionais das líderes de bairro

Relacionamos as ações comunitárias e opiniões declaradas durante a entrevista ao Mapa de Habilidades e Competências em AMI (ver apêndice C, no qual sinalizamos as competências das participantes da pesquisa), avaliando a presença ou ausência de competências midiáticas e informacionais nas ações relatadas no decorrer da entrevista estruturada pelos questionários para diagnóstico das práticas de comunicação (apêndices A e B), conforme detalhamos na análise a seguir.

Sinalizamos a mobilização da capacidade de **‘participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada’**, quando houve uma união para formar os setores e ter acesso às redes de água e energia elétrica. Para Pinto (2021, p. 122), “a construção de redes alternativas opera estratégia de resistência e sobrevivência”, assim como sedimenta os laços comunitários.

[...] Eram conexões solidárias, como bem explicou a liderança do Setor Alto Bonito. Numa das soluções, segundo relatou a liderança, conquistavam-se pontos de acesso pelos caminhos formais e de lá os recursos eram distribuídos em redes solidárias informais. A moradia agraciada com o bem integrava uma espécie de coletivo distribuidor. Quem conseguia a água ou a energia não abandonava os pares que ainda não haviam alcançado o serviço. Os recursos eram compartilhados junto às casas ainda não atendidas e assim “aos pouquinho a gente foi construindo o Setor, né” (Mariza), explicou a liderança (Pinto, 2021, p. 116-117).

“[...] a história da implantação do serviço, carregada de sentido, impregnada de afetos, grava a oferta do serviço. Vários ocupantes mencionam a água e energia elétrica como uma conquista da comunidade e não um beneplácito governamental. Logo, no Alto Bonito, a oferta dos serviços públicos gera uma espécie de pertencimento dos moradores ao lugar – um sentimento de coletividade atrelado ao serviço conquistado – uma marca da autenticidade da apropriação comunitária, do comum urbano” (Pinto, 2021, p. 132).

A presidente Marinalva (setor Cimba) relata que era criança na época da “gambiarra” para instalar os serviços básicos citados, mesmo assim, havia o esforço do pai, hoje participante da chapa da Associação de Bairro, e da vizinhança. Já a presidente Mariza de Sousa (setor Alto Bonito) tem uma memória viva dessa empreitada comunitária, da qual ela participou, conforme relatado a Pinto (2021):

E da energia, e água, não tinha, era tudo gambiarra né; os primeiros moradores ia recebendo e cedendo para outras pessoas, inclusive eu fui cedendo para as pessoas que ia chegando aqui na minha rua. Era 5 a 6 moradores que moravam abaixo da minha casa e era energia cedida da minha casa, porque eu já moro próximo da avenida e eu puxei essa energia de lá né; a água também da mesma forma, e assim aos pouquinho a gente foi construindo o setor né. Em relação de quando chegou à rede de energia e de água eu não me recordo a época, mas eu acredito que foi depois de uns 02 (dois) anos que eu já estava morando aqui no setor, demorou um pouquinho pra chegar essa rede de energia e de água, assim em busca, e depois de muita luta a gente atrás e do poder público que eles colocaram a rede de água e de energia (Pinto, 2021, p. 114).

A presidente também cedeu a Pinto (2021) registros ilustrativos desses primeiros momentos do setor, ver Figura 8:

Figura 8 - Moradores do setor Alto Bonito trabalhando nas redes clandestinas de energia e água



Fonte: Pinto (2021, p. 123)

A ação coletiva trouxe uma conformação de comunidade, como afirmou Mariza em entrevista a Pinto (2021):

Cada necessidade que a gente sente a gente se reúne e vai em busca daquilo né, que no primeiro fato foi energia, a água que **a gente se reuniu foi até a câmara e pediu ajuda ao poder público**, aí depois vem o asfalto que a gente conseguiu, então cada coisinha é através da comunidade porque se todo mundo não se reunisse a gente não teria conseguido isso tudo né, e em busca como eu sempre falo, em busca da melhoria para comunidade, então eu acredito que todos estão junto e ligado no que acontece aqui dentro do setor (Pinto, 2021, p. 125, grifos nossos).

Neste último trecho de fala da presidente Mariza ela mencionou a Câmara Municipal / Poder Público como ente a ser procurado para solucionar a demanda do setor. Essa informação tem obviedade, mas nem sempre a população tem confiança em procurar os serviços públicos, como discutimos no capítulo 3 sobre o contexto que solapou a participação democrática (De Marchi; Pinheiro; Pagani, 2021).

Como verificamos no relato da presidente Marinalva (setor Cimba), o cenário de desconfiança é atual. Ela explicou que a falta de atendimento ao seu primeiro pedido de roçagem a desmotivou a buscar o serviço público para futuras demandas, e a própria comunidade passou a fazer pequenos serviços no setor; a presidente não soube dizer a qual setor foi encaminhada a demanda para cobrar a prestação do serviço público necessário. Ou seja, a desconfiança da presidente nas instituições agrega a ausência de competência informacional para a ‘participação democrática informada’.

Por outro lado, também observamos a capacidade de “**recuperar e armazenar informações e conteúdos**” na desconfiança dos líderes do bairro sobre o real interesse do poder público em desocupar a área, ao lembrarem de outras regiões impróprias à moradia na cidade que sofreram processos de gentrificação²⁵. Para além das motivações do ente público, os moradores demonstraram a capacidade de “**utilizar a informação consultada com uma finalidade específica**”, ou seja, entre partir ou ficar, eles conjecturaram que a real solução do poder público de abandonarem suas residências em troca de imóveis em programas habitacionais poderia resultar em perda de patrimônio, como ficou destacado na entrevista dos membros da associação de moradores:

“Falei: nam! Vou pegar minha casa que já tá prontinha, no jeito, **e ainda vou tá em dívida**, vou nada [...] pode tirar o cavalo da chuva que eu não vou trocar isso aqui mais não, **não sou ladrão de mim mesmo não**” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

²⁵ O processo de gentrificação, para Sequera (2020, p. 10, tradução nossa), resulta no deslocamento, ou melhor, “expulsão de pessoas, práticas e conhecimentos de um determinado território”, o qual é uma área urbana popular que recebe reinvestimento de capitais públicos e/ou privados, este último visando a especulação imobiliária, para a incorporação de uma população com maior capital econômico ou cultural.

Essa comunidade está em situação de degradação, pois nenhuma manutenção pode ser realizada no local; o contraste é o entorno, que dispõe de facilidade de acesso a recursos e serviços, cujas benesses são mais vantajosas para o sr. Vanadir do que a realocação em uma área adequada:

“Qualquer um que vier aqui, até o presidente da República, se vier aqui falar para mim, eu falo: meu amigo, eu dependo ficar aqui. [...] Se for obrigado a sair, eu saio, não vou brigar com ninguém não. Mas, a minha vontade, o meu gosto, eu não saio não. Sabe porquê? **Eu vou bem no centro aí, u saio daqui cedinho, mexo por lá, pula ‘por’ o mercado, pago uma conta lá numa loja, quando for de uma hora dessa (11 horas) até mais tarde um ‘poquim’, eu tô aqui em casa. Se eu morar lá, na ‘baixa d’égua pra acolá’ [...] como que eu ando? Um homem na idade que eu tenho**” (Vanadir Guimarães, Apêndice D).

Analisando o cenário exposto, mobilizamos o conceito de “efeito de território”²⁶ para demonstrar os mecanismos que acabam por produzir vulnerabilidades. Compreendemos que a permanência dos moradores na ocupação não será pleiteada via regularização fundiária. De fato, a comunidade resiste na área sem nenhuma assistência pública, mas é uma forma de morar que fortalece os vínculos comunitários construídos ao longo de mais de três décadas.

Vejamos também o caso do setor Alto Bonito quanto ao processo de regularização fundiária. Apesar de alguns presidentes de bairro anteriores e alguns moradores propagarem que não havia risco de perda dos imóveis daquela área, a ação judicial precisou ser revertida a favor dos moradores. Para isso, houve uma mobilização comunitária para **“organizar e sistematizar informações”** e também **“criar, compartilhar e reproduzir informações e conteúdos”** para alcançar o poder judiciário e conseguir a suspensão temporária da ordem de reintegração de posse. As competências informacionais foram imprescindíveis neste caso, sem mencionar as competências midiáticas, que trataremos mais à frente.

Vale mencionar o entendimento crítico da líder Mariza sobre a situação, ainda como vice-presidente. Ela percebeu o uso político como curral eleitoral, ou seja, a eleição política garantia a permanência na área, mas observamos a ausência de competência informacional quanto à avaliação da promessa de criação de uma ZEIS, o que demonstraria a capacidade de **“avaliar o recurso consultado”**, ou seja, verificar se o projeto de lei havia sido submetido à Câmara de Vereadores, ação que nunca foi realizada e só foi descoberta depois pelos moradores.

A mobilização de competências midiáticas só puderam ser aferidas na atuação da presidente do setor Alto Bonito, mesmo assim, Mariza vê a necessidade de orientação

²⁶ “O efeito-território é compreendido na literatura sociológica como os benefícios ou prejuízos socioeconômicos que acometem alguns grupos sociais em função da sua localização no espaço social das cidades” (Andrade; Silveira, 2013, p. 381).

adicional. A atuação da presidente e moradores no caso em análise, da regularização fundiária do setor Alto Bonito, acionou habilidades como **“capacidades cognitivas que permitem a utilização dos meios de comunicação e da informação”**, **“usar ferramentas de comunicação”**, **“criação de conteúdo”**.

Houve uma pressão da própria comunidade para acionar os veículos de comunicação, até mesmo passando por cima da ação da presidente, porém, o papel dela como porta-voz da comunidade era o que gerava credibilidade para a cobertura da imprensa, mesmo porque ela comprovava os argumentos da comunidade com evidências do processo judicial. Além disso, ela selecionava os moradores mais aptos a falar do caso, aqueles que tinham mais tempo de moradia, mais conhecimento sobre a realidade do setor. A mobilização das competências midiáticas demonstrou que elas foram cruciais para alcançar a suspensão da ordem de reintegração, mudando a percepção da sociedade e do judiciário:

“às vezes a gente se sente tão calada, assim, ‘pra’ sociedade, e quando joga na imprensa, explode. Aí todo mundo já tem uma visão diferente, aquelas pessoas que não vê a gente [...] (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Ao explorar o potencial da mídia, a presidente apresentou mais capacidades: **“estar atento ao funcionamento e aos interesses dos meios de comunicação e dos fornecedores no consumo de conteúdos/recursos em geral”**, **“compreender o funcionamento dos meios de comunicação (lógicas de funcionamento, interesses, pertença a grupos empresariais)”** e também **“utilizar as mídias de forma equilibrada (de forma abrangente, considerando limitações e responsabilidades, e sem gerar dependência)”**. Isso foi demonstrado quando ela ponderou que demandas mais qualificadas, como a criação de uma praça pública, é preferível buscar os órgãos públicos responsáveis e conhecer o trâmite necessário para solicitar o serviço. Além disso, ela entende que os agentes públicos se sentiriam coagidos por serem expostos na imprensa, quando não são procurados primeiro, administrativamente.

Por último, a presidente demonstrou capacidade de **“ler, compreender e avaliar conteúdos midiáticos, informativos ou culturais”**. Ela consegue perceber a propagação de desinformação nos meios de comunicação, destacou a relevância do jornalismo profissional, principalmente porque ela compreende os mecanismos de checagem da profissão, já dialogando com outra capacidade, a de **“conhecer a regulamentação que rege os meios de comunicação social e as responsabilidades que dela decorrem”**.

5 O PAPEL DO CCABA E A MEDIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS MIDIÁTICAS E INFORMACIONAIS DOS LÍDERES DE BAIROS DE ARAGUAÍNA-TO

No decorrer da dissertação pontuou-se que as competências de AMI estão além da autonomia individual. A pedagogia freiriana agrega à discussão: “ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 39). O educador é enfático sobre a educação problematizadora, que realiza-se como prática de liberdade, constante ato de desvelamento da realidade pela reflexão, por isso, supera a contradição entre o educador e os educandos e se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos.

O que se quer enfatizar é que há um vínculo educacional, não hierárquico, na relação dos presidentes de bairro e o Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA), que poderia proporcionar condições para buscar as competências discutidas nesta pesquisa. De antemão, toma-se como horizonte que o papel de uma associação comunitária é diverso. De Marchi, Pinheiro e Pagani (2021) pontuam o papel de

promover engajamento da população, debates políticos, formação de agenda, fortalecimento do capital social na comunidade, desenvolvimento da confiança entre os cidadãos e nas instituições públicas, representação popular, canal de comunicação com as instituições públicas, bem como cobrança dos órgãos públicos. Para que tenha efetividade, no entanto, ela precisa reafirmar o seu papel com os diferentes atores envolvidos na comunidade e interessados no desenvolvimento de sua região (De Marchi; Pinheiro; Pagani, 2021, p. 15).

Dessa forma, entende-se que as ações comunicacionais espontâneas ou organizadas das entrevistadas - as presidentes dos bairros Cimba e Alto Bonito - guardam relação com a atuação do conselho, por isso, um dos objetivos específicos desta dissertação foi verificar o papel dessa instituição na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro.

5.1 Perfil e trajetória da presidente do CCABA

O contexto de atuação do CCABA junto aos presidentes de bairro de Araguaína (TO) reflete a visão de mundo de quem está à frente da instituição. Por isso, o objetivo nesta seção foi traçar o perfil e trajetória da presidente do CCABA, Josirene da Silva Lima, 49 anos, que tem formação em Serviço Social. Ela também faz parte do Conselho Gestor Municipal de Habitação de Interesse Social e do Conselho Municipal da Mulher e é coordenadora de Ações

nos Bairros como servidora pública comissionada do município de Araguaína. Em 2022 foi homenageada com o título de Cidadã Araguainense²⁷.

Em entrevista à pesquisa, ela explicou a relação entre sua vida cristã, desde sua função de catequista à líder da Pastoral da Criança, e os movimentos sociais; e como começou sua atuação na própria comunidade que mora, no setor Tereza Hilário Ribeiro:

“[...] a igreja em si, principalmente a nossa ali quando nós começamos, nosso setor ele era muito carente. Então nós ‘fazia’ muita ação social dentro do bairro. E aí veio a Pastoral da Criança ‘pra’ dentro da igreja e logo eu entrei na Pastoral da Criança como líder. [...] eu fui capacitada para ser líder da Pastoral da Criança, né? A gente era capacitado para isso. [...] fazia as ‘alimentação’ saudável, a multimistura, fazia os ‘sopão’ comunitário, reaproveitamento de frutas e verduras” (Josirene Lima, Apêndice F).

“Tem muito tempo que eu decidi me envolver assim com as causas sociais, eu iniciei minha trajetória na igreja católica [...] e eu conheci também uma... uma organização não governamental que era o CCU, que é o Centro Comunitário União. E lá eu comecei como agente de visitação, eu era voluntária, visitando as famílias no Tereza Hilário, porque a gente precisava levar a situa o das famílias para eles ‘poder’ trabalhar com essas famílias, mais a situa o de vulnerabilidade social. Depois eu... eu me tornei funcionária de l , n ? Trabalhei muitos anos no CCU [...]” (Josirene Lima, Apêndice F).

Segundo Josirene, o Centro Comunitário tinha um convênio com a organiza o não-governamental - ONG *World Vision*, conhecida como Visão Mundial²⁸ no Brasil. Ela lembrou que a atua o era o apadrinhamento de crianças e outras a es, como melhorias nas moradias dos beneficiados:

“[...] tinha um projeto l  de moradia, que era... no início era só para fazer o banheiro, que a gente fez um levantamento daquelas famílias que ‘morava’ ali no Tereza Hilário, no Raizal, no Araguaína Sul. Naquela época havia uma necessidade muito grande de banheiros, n ? E algumas famílias ‘optava’ para fazer um c modo, quando o recurso chegava” (Josirene Lima, Apêndice F).

Josirene foi perguntada se a experiência com o CCU foi a que mais se aproximou, ou melhor, apontou para o trabalho que seria desenvolvido no CCABA. A entrevistada atribuiu   atividade um sentido de despertar:

“[...] realmente a minha trajetória no... no CCU, foi onde eu... eu me descobri mais assim com o potencial de liderança que eu tenho, até ‘mermo’ porque como eu tava falando eu comecei como agente de... de visita o, depois eu fui ‘pa’ agente de saúde, n ? já

²⁷ Ver a notícia “Câmara Municipal realiza primeira sessão solene para outorga de títulos de cidadão Araguainense”. Disponível em <<https://araguaina.to.leg.br/noticias/camara-municipal-realiza-primeira-sessao-solene-para-outorga-de-titulos-de-cidadao-araguainense-2/>> Acesso em: 18 abr. 2024.

²⁸ Conforme o site da institui o, a ONG está no Brasil desde 1975, atuando com foco nas crianças e adolescentes em situa o de maior vulnerabilidade. A Visão Mundial desenvolve programas e projetos nas áreas de prote o, educa o, meios de vida, incidência política e resposta a emergências”. Mais informa es no site <https://visaomundial.org.br>.

contratada. Depois eu fui ‘po’ setor de relacionamento com o cliente e depois eu fiquei diretamente com o setor, né? [...] Eu fiquei... eu fiquei como agente de desenvolvimento de liderança. Então eu tinha que fazer o trabalho com as lideranças, nós ‘tinha’ grupos de mulheres, grupo de homens, grupo de adolescente, de criança. Então nós ‘tinha’ já esse trabalho [...]” (Josirene Lima, Apêndice F).

A entrevistada recordou que quando se desvinculou do CCU (1998-2007) já integrava a Associação de Bairro do setor que residia (Tereza Hilário Ribeiro), na função de secretária. Naquela ocasião, o vice-presidente Geneval Gonçalves faleceu e o presidente afastou-se para atividades políticas (campanha de vereador nas eleições de 2008), tendo que Josirene responder interinamente pela presidência da instituição, na qual permaneceu três meses, quando retornou o presidente anterior, Lourival Guimarães, que apesar de angariar mais de 300 votos no setor, não foi eleito vereador.

No relato da entrevistada, ela não atribuiu sentido à vontade de ser presidente de bairro:

“[...] passou alguns tempos... eu sei que eu... eu quis ser... presidente, foi em 2013 que eu fui eleita presidente do Tereza Hilário [...] disputei com o irmão José Alves lá, meu vizinho” (Josirene Lima, Apêndice F).

Naquele pleito, Josirene venceu com 201 votos contra 197 de seu adversário. Antes, ela o convidou para vice-presidente, assim como ele a convidou, mas Josirene não aceitou:

“Eu também não queria ser vice, entendeu? E aí ele disputou comigo. ‘Mia fia’, foi uma disputa grande!” (Josirene Lima, Apêndice F).

Na eleição posterior, Josirene entrou na chapa como vice, mas acabou assumindo novamente a presidência da associação do bairro, após desistência de Genilson Alves dos Santos apenas dois meses após a posse, em 2017. Na sequência, com dois mandatos de presidente de bairro cumpridos (2013-2016, 2017-2020), Josirene lançou-se como presidente do CCABA (2021-2024) e foi eleita com 187 votos, de 279 válidos dos sócios fundadores, ex-presidentes e atuais presidentes de bairros, que foram os eleitores exclusivos do pleito.

A atual gestora do CCABA destaca a execução do projeto “Valorizar e Crescer”, cuja intenção da presidente era ir além das atribuições administrativas do Conselho: “eu fiquei pensando... meu Deus eu vou ficar no CCABA só realizando eleição nos bairros, só resolvendo problema, fazendo officio, acompanhando presidente em dificuldade” (UNITPAC, 2023)²⁹, o que a motivou a trazer a experiência que teve no CCU para a atuação no CCABA.

²⁹ UNITPAC Araguaína. Bate-Papo Podcast. **Ep. 1 - Conhecendo o CCABA**. 4 out. 2023. Disciplina “Projeto de Extensão II”, ministrada pela profa Ana Lucia. Disponível em <<https://youtu.be/QMf62YcWm5M?si=cefk9LUQWabSQ9J>> Acesso em: 6 out. 2023.

“Eu lembro que a primeira vez que ele saiu do papel eu vim chorando de lá até lá em casa, eu fiquei tão emocionada, e assim, ele é um projeto transformador” (UNITPAC, 2023).

A ministração de cursos é uma prática prevista no Estatuto, seção III, art. 4º, que dispõe que a atuação do CCABA abrange a luta por políticas públicas, entre outras, na área de qualificação e formação profissional (CCABA, 2009). Santos (2019) registra a fala da ex-presidente Sra. Maria José Pereira de Sousa, em ata da reunião de assembleia geral do CCABA de 04/08/1991, em que menciona esse tipo de atuação já nos idos dos anos 90:

A presidente do CCABA continuou com a palavra lembrando sobre a legalização de todos os associados, às quais estão irregulares falou sobre as ministrações dos cursos que estão em atividades. **Lembrou também dos projetos os quais estão em desenvolvimento que são: cerâmica, creche, bordado à máquina, curso de gestante e micro confecções;** pediu ao senhor prefeito que precisa do seu apoio e colaboração, para injeção de recursos para que possamos ter êxitos nos nossos trabalhos, porque são cursos profissionalizantes que beneficiarão as nossas comunidades carentes. Falou da carência de escola nos nossos bairros, principalmente na área da alfabetização; prontificou-se também para acompanhar todos os presidentes, para melhor solucionar os nossos problemas (Conselho Consultivo dos Bairros de Araguaína, 1991 *apud* Santos, 2019, p. 72, grifos nossos).

O projeto “Valorizar e Crescer” é desenvolvido nos bairros urbanos e na zona rural, pelo menos a cada 15 dias, em parceria com os líderes comunitários da região, oferecendo oficinas (produção de tempero completo caseiro, sabão líquido e em barra, detergente e sabonete líquido, pedra sanitária, e remédios como vermífugo e xarope, entre outros), palestras e cursos profissionalizantes. A ação é finalizada com um sopão, entrega de alimentos para a comunidade e bazar de roupas. Em 2023 alcançou cerca de 300 pessoas com 13 edições do projeto; mais 400 pessoas com 51 edições do projeto em 2022; em 2021 não foi realizado e de 2024 não foram apresentados os dados consolidados. Alguns registros dessas ações podem ser conferidos na figura a seguir:

Figura 9 - Ações do projeto “Valorizar e Crescer”



Outra atuação da gestão 2021/2024 foi a capacitação dos presidentes das associações de bairro. Em abril de 2024, mais de dez lideranças participaram do I Fórum Tocantinense das Entidades Comunitárias, em Palmas.

Regulamentar as associações era um objetivo da presidente Josirene, mas não houve concretização no mandato que finda no início de 2025, sendo cerca de 20 associações formalizadas em Araguaína apenas. Estruturar as associações possibilitaria associar os moradores dos bairros, com adesão paga, e assim receber recursos desses membros para ampliar a atuação; embora a maioria das associações não tenha custos operacionais, por não terem sede própria, com exceção de pelo menos quatro bairros: Bairro São João, Garavelo, Presidente Lula, Raizal e Vila Norte. Essa regulamentação também possibilitaria adequar o sistema de eleição à presidente de bairro, de voto aberto para voto dos membros, ou seja, dos moradores associados, atendendo às normas estatutárias de associações. Com isso, a realização de eleições unificadas para presidentes de bairro, que ao que parece é uma ação inovadora no Tocantins, não aconteceria mais.

Sobre a relação entre presidentes de bairro e disputa de cargos eletivos, Josirene afirmou que já teve muitos líderes comunitários que se tornaram vereadores³⁰:

“[...] muitos presidentes de bairros, não são todos, mas alguns que tem sim um interesse, né? de sair candidato, eles começam a testar a força deles pela comunidade, porque o período que eles ‘fica’ sendo presidente de bairro, eles vão ter contato com o povo, eles vão desenvolver um trabalho [...] então assim, ele já vai sair da comunidade dele com a base, mas a gente sabe que não é só a nossa comunidade que vai nos dar uma estrutura de uma eleição na cidade de Araguaína. [...] Eu acho assim, que a gente tem que aproveitar a potencialidade que a gente tem, né? Se você tem o desejo no seu coração, eu acho mais do que louvável você ter coragem de enfrentar” (Josirene Lima, Apêndice F).

A própria entrevistada lançou candidatura nas eleições municipais de 2024. Durante o percurso da pesquisa, cinco meses após a primeira entrevista, a presidente do CCABA informou sua pré-candidatura à vereadora. Ela tirou 270 votos (0,29% dos votos válidos), mas os eleitos entre a primeira e última das 19 vagas tiraram entre 2.670-1.182 votos³¹.

³⁰ Josirene Lima (Apêndice F) citou alguns ex-presidentes de bairro em Araguaína-TO que tiveram cargo político de vereador: Cleudo Negão, Abrão, Luzimar, Vilarinho do Eucalipto (suplente de vereador).

³¹ Ver a notícia “Araguaína - TO: apuração dos votos das eleições e resultados”. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2024/apuracao/1turno/to/araguaina/92410.shtml>> Acesso: 06 out. 2024.

Figura 10 - Santinho da pré-candidatura de Josirene da Silva Lima



Fonte: Josirene da Silva Lima (2024)

A entrevistada afirmou que tem filiação partidária de longa data, atualmente filiada ao partido Podemos:

“[...] quando a gente é de movimento comunitário, a gente é do movimento político” (Josirene Lima, Apêndice F).

“A maioria dos presidentes de bairro são políticos, aí um tá ligado a fulano e outro tá ligado a ciclano” (Josirene Lima, Apêndice F).

Essa declaração da presidente entra em conflito com uma questão histórica, segundo De Marchi, Pinheiro e Pagani (2021). Os autores consideram que os movimentos sociais não

são espaços políticos, e são enfraquecidos por serem utilizados como espaços de interesse pessoal e político-partidário, ou como “trampolim eleitoral”. Também corrobora essa linha de pensamento como Boschi (1987, p. 16) caracteriza-os: "pela ação coletiva que se desenvolve fora dos canais existentes de acesso ao Estado como o partido político ou o movimento sindical".

Numa relação semelhante, a política consegue cooptar alguns líderes comunitários, aqueles com interesse em participar mais efetivamente do poder. A exemplo de quando assumem a função de intermediar um programa social, como aponta Da Guia (2004). Segundo ela, “eles se transformam em verdadeiros pelegos, representantes dos interesses do governo na comunidade, isso impede de que os mesmos atuem como elemento organizador e mobilizador da comunidade”. Isso Boschi (1987, p. 25) já alertava: “Embora ampliem a esfera da representação política e promovam a afirmação de novas identidades coletivas e hábitos de participação, podem até mesmo reforçar os laços com o sistema partidário, ao invés de se contrapor a ele”.

Essas relações não serão aprofundadas neste trabalho, mas observamos como elas refletem nas questões de pesquisa: as competências midiáticas e informacionais. De Marchi, Pinheiro e Pagani (2021) trazem dados de um estudo, realizado no município de São José (SC), sobre o papel das associações no que tange à comunicação, e mostram que apesar de alguns gestores das associações comunitárias possuírem pleno conhecimento do papel desempenhado pela comunicação, na prática ela ainda é precária e questões políticas ainda interferem na atuação.

Como observa-se, essa também é a realidade de Araguaína (TO), pois não há na atuação do conselho qualquer ação que vise o estímulo às práticas comunicacionais dos presidentes de bairro – ou qualquer líder comunitário.

5.2 Atuação do CCABA no estímulo das competências midiáticas e informacionais junto aos presidentes de bairro de Araguaína-TO

Movimentos sociais como de associações de bairro surgem nos últimos anos da década de setenta e os primeiros anos da década de oitenta após a abertura democrática no país, como registra Da Guia (2004).

A luta pelos direitos e o início do debate em torno da questão dos direitos humanos, num processo simultâneo com o acirramento das contradições de vida nos aglomerados urbanos, aprofundaram-se em reivindicações sociais, as quais suscitaram os movimentos populares de base e os movimentos populares urbanos (Nunes, 1988, apud Da Guia, 2004, p. 176).

É o que comprova-se na fundação do CCABA, criado como entidade filantrópica beneficente em 27 de abril de 1989, por 70 sócios fundadores³². De acordo com informações prestadas pela presidente do CCABA, Josirene Lima, em entrevista a esta pesquisa, antes da fundação oficial já existia a atuação dos presidentes de bairro, que se uniram para criar a entidade na cidade.

Santos (2019) entrevistou lideranças que estiveram à frente das discussões de criação do conselho. Um dos sócios fundadores, Joaquim Barros, lembra a pequena quantidade de presidentes de bairro: “[...] nós éramos 33 associações de bairro naquela época, dentro de Araguaína somente. Hoje tem quase chegando em torno de 90, 100, associações, mas naquela época só tinha 33, então nós formamos o grupo para criar o CCABA” (Santos, 2019, p. 80-81). Os relatos dos entrevistados, alguns dos sócios fundadores do CCABA, demonstrou a ausência de representatividade local de uma instituição que abrangia as associações já existentes:

Maria José: Olha foi assim, nós vimos que Araguaína tava muito a desejar [...] nós começamos a articular pra nós reunir um grupo para ter força junto ao prefeito [...] Aí nós articulamos pra nós fazer essa associação, como uma associação só num tinha tanta força, aí nós pensamos de um conselho entendeu, ou um conselho ou um fundação, aí ficamos de um conselho e aí nós era um grupo de uns vinte amigos e fundamos (Santos, 2019, p. 80).

Além da fundação do conselho, as lideranças obtiveram uma sede para os trabalhos, cuja localização à época não foi possível determinar. A sede atual estava em reforma, mas funcionava no mesmo local há 33 anos, em um prédio cedido pela Prefeitura de Araguaína, localizado na Avenida Rio Branco, setor Urbano. O espaço provisório, ocupado desde maio de 2024, estava funcionando na sede da Associação Comunitária do Bairro São João, conforme registro abaixo (figura 11):

³² A relação de nomes dos sócios fundadores consta na pesquisa de Santos (2019).

Figura 11 - Sala provisória do CCABA (mai/2024)



Fonte: arquivo da autora

A manutenção da sede tem apoio da Prefeitura, que paga a energia. Já os demais gastos, como água, material de escritório e combustível do veículo, são custeados com o aluguel de um espaço de evento que há na sede, bem como doações dos membros da diretoria. A cada eleição de presidentes de bairro há também a arrecadação com a inscrição das chapas, que monetiza cerca de R\$10.000,00 reais. O órgão conta com uma funcionária cedida pela Prefeitura e a atuação voluntária da presidente e dos demais membros da Diretoria, que são acionados conforme a necessidade.

O CCABA organiza as eleições dos presidentes de bairro de forma unificada. Contudo, no último pleito, em 2022, devido às recomendações de distanciamento social para prevenir a Covid-19, não ocorreu o processo eleitoral unificado, mas houve um esforço do conselho para nomear os candidatos que apresentaram chapas únicas, sem necessidade de votação, fundamentado no Estatuto do CCABA. Não foi possível recuperar a portaria de nomeação de 47 presidentes inscritos em chapas únicas, constando no anexo C desta dissertação apenas o Edital de Convocação das eleições - Edital nº 003, de 23 de fevereiro de

2021 (Diário Oficial do Município de Araguaína, 2021a), ou melhor, edital de prorrogação do pleito, no qual consta a exclusão dos setores com presidentes já nomeados, por unanimidade, que inscreveram chapa única.

Há várias portarias com nomeações, desde 2021 e também em 2023. De toda forma, as chapas cumprirão mandato até 2024, obedecendo aos quatro anos previstos, independente da data da nomeação. Inserimos nos anexos portarias que trazem algumas nomeações de presidentes, são elas: Portaria nº 006, de 24 de março de 2021 (Diário Oficial do Município de Araguaína, 2021b), constante no anexo D, nomeando 43 representantes; e a Portaria nº 003, de 09 de agosto de 2022 (Diário Oficial do Município de Araguaína, 2022), constante no anexo E, nomeando mais 17 representantes.

Segundo Josirene Lima, há um histórico de cerca de 80% de representação dos 127 bairros de Araguaína, dos quais há locais mais estruturados que não contam com representação popular por falta de interesse:

“[...] tem alguns ‘bairro’ que o pessoal nem interessa porque tem escola, tem asfalto, tem iluminação de LED, aí o povo... vai ser presidente ‘pra’ quê? meu setor tem tudo, é igual aqui ó, o Santa Helena. O Santa Helena aqui não tem presidente. [...] E o Santa Helena é um dos ‘setor’ mais contemplado que tem... tinha... tava faltando o asfalto ali de umas ‘rua’, o município já fez, só tem uma ‘ruinha’ ali que tem um problema... não sei... parece que é judicial. O Santa Helena aqui é o setor que ‘tá’ todos os poderes, tá a OAB aqui, tá o corpo de bombeiro, o quartel [...]” (Josirene Lima, Apêndice F).

Em oposição a esse pensamento, Josirene elucidou que

“o presidente não é para resolver problema, porque para isso nós temos o prefeito e os ‘vereador’ ” (Josirene Lima, Apêndice F).

Ela ponderou que o papel do presidente é representar o bairro, podendo “trabalhar o social” ou cobrar o poder público para solução de problemas pontuais - como lâmpada queimada, rua esburacada, mas o essencial é representar a comunidade.

“Porque às vezes tem algumas ‘coisa’ que... tem que ter alguém da comunidade e quem é que tem que tá lá? o presidente de bairro” (Josirene Lima, Apêndice F).

Questionada sobre levar esse tipo de demanda da comunidade à imprensa e a efetividade desse recurso, Josirene respondeu que

“às vezes dá uma impulsionada quando o problema é exposto. [...] não acho que teria essa necessidade não, de ‘tá’ fazendo essas coisas. Acho que tem algumas coisas que a gente através do diálogo consegue mais rápido” (Josirene Lima, Apêndice F).

Em outro momento, ela ratificou o seu pensamento, com ressalvas:

“às vezes, dependendo da situação não precisa procurar a imprensa, é mais fácil você procurar a pessoa responsável pelo departamento. Porque na minha visão, eu vejo o

seguinte, quando o presidente de bairro é aquela pessoa que não se abre ao diálogo com o poder público, com quem resolve, e fica indo na imprensa, às vezes a comunidade é prejudicada, porque aquele presidente vai ser mal visto [...] perde até o nome... ah é o fulano, aquele enjoado e aí ele cria uma certa antipatia onde poderia ser resolvido” (Josirene Lima, Apêndice F).

Sobre os usos das mídias, a presidente demonstrou conhecimento dos alcances:

Se for um público local não adianta você ir numa televisão [...] o projeto valorizar e crescer não tem como eu ir num canal de televisão e divulgar que tal dia eu vou estar no setor, porque como eu trabalho com oficinas, se eu colocar num canal de televisão e for um setor que tem mil pessoas, eu não vou dar conta de atender a demanda, vai ser muito grande (Josirene Lima, Apêndice F).

Em se falando de informação para a comunidade de um bairro, a indicação foi pelo uso do carro de som, conforme a entrevistada Josirene:

“Eu acredito muito na potência do rádio, na potência dos canais de televisões locais e principalmente nos carros de som. O carro de som, esse sim atinge o que nós queremos comunicar, levar a mensagem direta para as pessoas” (Josirene Lima, Apêndice F).

A presidente do CCABA considerou que os líderes de bairro também são conscientes sobre os meios de comunicação:

“Eles também têm essa visão, de fazer uma chamada no grupo deles (aplicativo de mensagem instantânea), ou quando eles querem atingir um público maior da comunidade eles chamam através do carro de som” (Josirene Lima, Apêndice F).

“difícilmente vai ter uma necessidade deles ‘ir’ num canal de televisão ‘pra’ chamar a cidade, porque eles trabalham local, no bairro” (Josirene Lima, Apêndice F).

O fluxo de comunicação ‘CCABA-presidentes de bairro’ é via aplicativo de mensagem instantânea, principalmente o WhatsApp, sendo também a ferramenta mais utilizada na relação “presidente de bairro-comunidade”. Contudo, a presidente Josirene pontuou a dificuldade de pessoas mais velhas, na realidade de trabalho do CCABA, de acompanharem essas novas mídias, por isso, reforçou os usos de veículos mais tradicionais, como televisão, rádio e carro de som.

Josirene avaliou o interesse comunitário nos programas jornalísticos locais:

“passa assim uma coisa que o governador veio, um vereador fez não sei o quê, mas só passa mais agora só morte, acidente, prisão, só. Então, assim, não sei, se até onde isso soma com o crescimento da comunidade [...] não tem assim um papel social de informação” (Josirene Lima, Apêndice F).

5.3 Avaliação das competências midiáticas e informacionais da presidente do CCABA

A avaliação do perfil da presidente do CCABA forneceu informações relevantes para a investigação do papel da instituição na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro. Para Lerbach (2012, p. 145), a liderança é um dos elementos que deve ser considerado nas análises sobre os movimentos sociais e ações coletivas em geral. “[...] atentar para o papel desempenhado por esses atores é de extrema importância para que se possa ter uma compreensão mais plena dos processos que envolvem os movimentos”.

Neste sentido, a marca da gestão é o projeto social “Valorizar e Crescer”, que conta com um pequeno apoio de parceiros privados e públicos. É um trabalho árduo e pessoal da presidente Josirene, resultando capital social e político para ela, cujos números podem ser mobilizados: mais de 700 pessoas beneficiadas no projeto; 270 votos para ela na candidatura de vereadora. Não foi uma votação tão expressiva, mas provavelmente são eleitores que conhecem pessoalmente o trabalho da líder comunitária. Ela teria um potencial ainda maior, não fosse a divisão de votos nos bairros, pois a disputa foi acirrada em Araguaína, no bairro em que a presidente mora (Tereza Hilário Ribeiro) foram três candidatos a vereador.

De certa forma, com o projeto ela articula a capacidade de **“Participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada (cidadania ativa)”**. Além disso, o projeto é divulgado localmente em cada setor beneficiado, demonstrando **“Capacidades cognitivas que permitem a utilização dos meios de comunicação e da informação”**. Inclusive, atentando-se à dificuldade de acesso de um dos públicos-alvo, pessoas idosas, por exemplo, mobilizando a capacidade de **“Criação de conteúdos de acordo com o público”**.

Quanto às atividades-fim constantes no Estatuto do CCABA, destacamos aquelas com alusões às necessidades dos bairros, como destaca-se nos objetivos b e c:

Art. 3º O CCABA – Tem por objetivo:

- a) Defender os interesses da população organizada em suas entidades e movimentos representativos de moradores, comunitárias, de agricultura familiar, clube de mães, associação de mulheres e associação de habitação e interesse social e defesa da infância e da adolescência;
- b) Mobilizar seus representantes pela implementação de políticas públicas, com vista à solução dos diversos problemas do cotidiano dos moradores e comunidades;**
- c) Lutar pela qualidade de vida dos moradores;**
- d) Incentivar e desenvolver em suas bases representativas, atividades de educação política, cultural, esportiva e recreativa em parceria com entidades públicas e privadas;
- e) Estabelecer entendimento, firmar convênios e trocar experiências com outros setores sociais e organizações nacionais ou internacionais, pessoas físicas ou

jurídicas, públicas ou privadas com vistas à elevação do padrão de vida dos moradores e das entidades associadas;

f) Representar em qualquer nível nacional e em qualquer outro nível, isolada ou conjuntamente com as entidades de base, nas esferas judiciais ou extrajudiciais, os interesses de suas associadas ou de quaisquer outras pessoas ou grupos de pessoas físicas ou jurídicas, no tocante às matérias versando sobre moradia, saúde, educação, trabalho, lazer, segurança pública, transporte de massas, do consumidor, do meio ambiente, dos direitos das crianças e dos adolescentes, da assistência social e outros afins;

g) Prestar, da forma ao seu alcance, solidariedade às comunidades atingidas por catástrofes naturais, como inundações, estiagens prolongadas, geadas, epidemias e outras;

h) Prestar assessoria técnica aos programas de proteção a infância, de moradia popular, e de medicina preventiva em parcerias, monitorando experiências em andamento e incentivando a adoção de experiências comunitárias, que objetivem a melhoria do padrão de vida das populações;

i) Promoção da assistência social, e promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza; (CCABA, 2009, grifos nossos).

Inferese que esses objetivos têm relação com infraestrutura. Não obstante, a entrevistada Josirene pontuou que a comunidade cobra, erroneamente, essa atuação de fiscalização da estrutura pública:

“Tem uma lâmpada queimada, o povo não vincula aquela lâmpada queimada ao poder público, à secretaria de infraestrutura, ao departamento de iluminação pública. Ele destina ao presidente: Presidente, a lâmpada da minha rua tá queimada, quero que você resolva!” (Josirene Lima, Apêndice F).

De outro modo, não seria papel do presidente de bairro esse tipo de atuação, cabendo ao ocupante do cargo representar o bairro em outras questões. O Regimento Interno e o Estatuto do CCABA não mencionam a função dos presidentes de bairro, indicando a ausência de um sistema estruturado para auxiliar os presidentes de bairro. Porém, percebe-se que a mobilização de competências midiáticas e informacionais não é considerada essencial na atuação, o que leva à interpretação de que há uma preferência por não apresentar as reivindicações dos bairros nos meios de comunicação.

A presidente corrobora tal inferência quando ilustra o caso de um ex-presidente que demonstrava outros interesses ao procurar a imprensa e a “comunidade deixava de ser atendida pela má atuação do presidente”:

“era só ‘pra’ arrumar uma rua de acesso e esse presidente ‘tava’ direto nos canais de televisão, é batendo, e batendo, e batendo, e batendo, e todo mundo via que aquilo ali não era interesse dele pela comunidade, mas sim, era uma briga política, a pessoa queria chamar atenção que o prefeito não dava atenção [...] no dia que a comunidade praticamente não quis mais ele para lhe representar, que ficou sem presidente, o problema foi resolvido” (Josirene Lima, Apêndice F).

A percepção da presidente sobre a mídia, vista unicamente como divulgadora, sustenta essa visão. Além disso, as declarações da entrevistada demonstraram influência política na

gestão do conselho e falta de inclinação da instituição para promover ações de comunicação junto aos líderes de bairro. Considera-se que o ambiente comunicacional é um elemento das estruturas de oportunidades, como define Lerbach (2012):

[...] compreendemos as estruturas de oportunidades políticas como o contexto no qual o movimento está inserido e que abarca as relações com outros movimentos, ONG's, com o Estado, a mídia, etc. diante de situações e das teias de interações tecidas por eles. De certa forma, trata-se do próprio jogo político, no qual, como propõe Tarrow (1996), estão contidas as “estruturas de conflito e de aliança que provêem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos” (Lerbach, 2012, p. 150).

[...] o relacionamento com a mídia faz parte do grande contexto que abarca as estruturas de oportunidades políticas [...] seu uso é crucial para como os movimentos são vistos e retratados na mídia de massas, sendo que os líderes têm uma atuação importante, assumindo a função de porta-vozes e traçando estratégias de mídia (Lerbach, 2012, p. 151).

Contudo, a presidente não demonstrou ausência de competências midiáticas. Trata-se do inverso. Ela demonstrou a capacidade de **“Monitorar a capacidade de influência e os efeitos da informação/meios consumidos”**, ou seja, considerou negativa a exposição dos agentes públicos na mídia. As competências midiáticas são ainda mais prevaletentes. Para usar, ela tem as capacidades já apontadas e outras, como capacidade de **“Acessar, criar e reproduzir informações e conteúdos”** e no nível mais avançado tem compreensão crítica, como a capacidade de **“Ler, compreender e avaliar conteúdos mediáticos, informativos ou culturais”**.

Todas essas competências ficaram evidentes na forma como a presidente se relaciona com as mídias e na tratativa de informações provenientes do conselho para seus públicos. O que reforça o argumento de Lerbach (2012, p. 136), que “os estilos de liderança influenciam o próprio perfil dos movimentos e organizações, afetando sua atuação e, conseqüentemente, os resultados por eles obtidos e os rumos por eles tomados”. Neste caso, “as estruturas de oportunidades políticas” interferem negativamente no reconhecimento das competências midiáticas e informacionais para a efetiva participação democrática. Lançando um outro olhar, fora do viés comunicacional, as estratégias utilizadas pela presidente do CCABA angariam recursos para o funcionamento do conselho, o que não pode ser deslegitimado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As competências midiáticas e informacionais foram as categorias de análise mobilizadas para o desenvolvimento desta dissertação, que buscou conhecer as práticas de comunicação de líderes de bairros periféricos de Araguaína (TO), para responder à questão central de pesquisa: quais as competências de AMI de indivíduos em posição minoritária na comunicação?. Pressupunha-se que a participação social no ambiente comunicacional local ainda não se constituía um fator relevante, sendo o baixo nível de competências em AMI como uma hipótese de pesquisa. De forma que evidenciou-se o fator de falta de regularização fundiária como catalisador de processos comunicacionais.

Essas competências foram averiguadas com aplicação da metodologia de entrevista em profundidade, com um roteiro direcionado a responder as problemáticas desta dissertação. Identificamos as competências midiáticas e informacionais das participantes da pesquisa à medida que recuperamos as ações comunitárias relatadas e opiniões declaradas pelas entrevistadas, relacionando ao Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (ver apêndice C, no qual sinalizamos as competências midiáticas e informacionais das participantes da pesquisa). É importante ressaltar que o objetivo não foi averiguar todas as habilidades do Mapa.

A Unesco (2016) sugere traçar um perfil de pessoas, grupos pesquisados, e não um conjunto de níveis de competências. “Esses perfis podem ser construídos para identificar os pontos fortes e fracos de uma dada população, antes de elaborar políticas apropriadas. É importante observar que um indivíduo pode ter um desempenho melhor em algumas dimensões e pior em outras” (UNESCO, 2016, p. 61).

Na avaliação das competências em AMI das presidentes de bairro, convém destacar que não tínhamos a intenção de contrapor as competências das entrevistadas, as comparações ocorreram porque o roteiro de entrevista foi padronizado, direcionando para similaridades nos elementos pesquisados apenas com duas líderes de bairro.

Algumas competências se mostraram essenciais à atuação de um líder comunitário. Destacamos a mobilização da capacidade de ‘**participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada**’, quando houve a união para formar ambos os setores e ter acesso às redes de água e energia elétrica. De outro modo, quando a presidente do setor Cimba não foi atendida no primeiro pedido de roçagem, mas não soube dizer a qual setor foi encaminhada a demanda para cobrar a prestação do serviço público

necessário, a desconfiança da presidente nas instituições agregou-se à ausência de competência informacional para a capacidade de ‘participação democrática informada’.

Também é bastante ilustrativo como as competências em AMI são preponderantes na situação de regularização fundiária dos setores. Observamos a capacidade de **“recuperar e armazenar informações e conteúdos”** na desconfiança dos líderes do bairro sobre o real interesse do poder público em desocupar a área, ao relembrares de outras regiões impróprias à moradia na cidade que foram revalorizadas após expulsão dos moradores. Para além das motivações do ente público, os moradores demonstraram a capacidade de **“utilizar a informação consultada com uma finalidade específica”**, ou seja, entre partir ou ficar, eles conjecturaram que a real solução do poder público que propôs abandonar suas residências em troca de imóveis em programas habitacionais poderia resultar em perda de patrimônio. As mesmas capacidades foram mobilizadas para suspender uma ordem de reintegração de posse no setor Alto Bonito, que desconsiderava os benefícios de ocupação da área, ou seja, os moradores perderiam todos os investimentos materiais na construção de suas residências e receberiam apenas o valor correspondente à estrutura rústica de ocupação, como cercas, tijolos, etc. Isso porque o judiciário baseou-se na perícia de 2002, ano do ajuizamento da ação, que tramitou por 15 anos.

Em relação à hipótese inicial, que os líderes de bairro demonstrariam um baixo nível de competências em AMI, alguns fatores externos interferem nesta relação. Acentuou-se a pressuposição, denotada no decorrer das entrevistas, de que a relação política na gestão do conselho influenciou a atuação comunicacional das presidentes de bairro participantes da pesquisa. Neste sentido, destacamos, primeiro, que as competências midiáticas e informacionais da presidente do CCABA se enquadram desde o nível básico ao avançado. Porém, a partir da capacidade de **“Monitorar a capacidade de influência e os efeitos da informação/meios consumidos”**, ela considera negativa a exposição dos agentes públicos na mídia. De maneira análoga, notou-se a mesma visão na forma como as presidentes de bairro se relacionam com os veículos de comunicação jornalísticos, vistos como uma arena de confronto no espaço público. Dessa forma, para não inviabilizar a articulação política junto a agentes públicos ou até mesmo evitar a exposição da imagem na vida pública, as entrevistadas afirmaram evitar o acionamento da imprensa sobre as demandas do setor.

Essas são percepções gerais. Outros fatores que influenciam na hipótese deste trabalho serão abordados na síntese a seguir, na qual rerepresentamos a análise de dados dos capítulos 4 e 5, demarcando as discussões em torno dos objetivos específicos, e também trazendo excertos novos das entrevistas.

Perfil das entrevistadas quanto às competências midiáticas e informacionais

As competências em AMI não são requisitos para pleitear o cargo de presidente de bairro, por isso deveriam ser proporcionadas pela instituição que congrega as associações de bairro, o CCABA, tendo como ponto de partida a definição do papel e as responsabilidades do cargo.

Vejamos o que foi enunciado pela presidente Marinalva. A atuação idealizada por ela, em sua fala na entrevista, seria mais para roçagem de lote baldio, iluminação, entre outras demandas estruturais, e ação social, como entrega de cestas básicas e eventos sociais comunitários, o que vai na contramão do que é apregoado pela presidente do CCABA: *“Aqui, assim, é mais trabalho social, fazer alguma coisinha, que é idoso, fazer uma brincadeira com uma criança, um dia de mãe, um dia de pai. Aqui ninguém faz nada, aqui você não tem apoio para fazer nada”* (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

Marinalva aceitou ser presidente de bairro por motivação de uma amiga que também é presidente, no setor Araguaína Sul. Ao se inscrever no processo eleitoral (chapa única) tinha como justificativa o trabalho social que já fazia: *“Nunca mexi com essas coisas não, mas quem sabe, né? vai até dá certo, aqui a gente sempre gosta de ajudar um ou outro, ajuda numa coisa, ajuda numa cesta (básica)”* (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

Contudo, uma desilusão política veio em seguida. A desilusão foi na campanha política de 2022 quando ela apoiou um candidato a deputado estadual, inclusive trabalhando como cabo eleitoral, além de ter arregimentado outros moradores do setor para o trabalho; no final, ninguém foi pago pelo serviço na campanha, que foi vitoriosa, mas mesmo assim o político não cumpriu os compromissos com esses trabalhadores. Desde então a presidente desiludiu-se e revelou que, atualmente, não desejava mais responder pelo cargo, mas seguiu mesmo assim. *“ ‘Pra’ mim foi uma experiência que não gostei muito, ‘pra’ te falar a verdade. Você não ganha nada, você corre atrás das coisas você não consegue. Você pede ajuda, ninguém te ajuda. Então assim, essa vai ser a última vez. Primeira e última, não quero mais me envolver com essas coisas. Porque eu não dou conta de ficar me ‘omilhando’, nem pedindo nada para ninguém. Não nasci para isso não, de ‘tá’ correndo atrás de político, não consigo”* (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

Sobre vários assuntos ela demonstrou não ter preparo ou conhecimento para resolução. A respeito da regularização fundiária ela disse: *“Primeiro que eu não tenho nem muito acesso a essas coisas, não é?! o que a gente fica sabendo aqui, quase ninguém conversa nada”*. Sobre a atuação como presidente: *“Como eu não entendo de nada, ninguém entende, o pessoal da*

minha chapa também ninguém entende, e também não adianta correr atrás que ninguém vai fazer nada” / “Eu entrei sem saber de nada, eu não tive o auxílio de ninguém” (Marinalva Guimarães, Apêndice D).

É muito desalentadora a declaração da presidente Marinalva: “[...] Você não ganha nada, você corre atrás das coisas você não consegue. Você pede ajuda, ninguém te ajuda”. As declarações “como eu não entendo de nada”, “eu entrei sem saber de nada” demonstraram a carência de competências em AMI para um melhor exercício do cargo.

A necessidade de formação sobre o papel do presidente de bairro é evidente, como demonstrado pela fala da entrevistada e confirmado pela representante do CCABA, que afirmou não ter havido qualquer capacitação nesse sentido. Pesa ainda a falta de disponibilidade para a dedicação exclusiva ao cargo: “*Eu não corro muito atrás porque não tenho tempo, e assim, ‘pa gente’ tá conseguindo essas coisas tem que estar direto, né? E eu não tenho tempo, eu tenho meu serviço [...] eu não vou largar meu serviço pra tá correndo atrás de político, que eu não vivo atrás de político, eu trabalho tem 14 anos, que eu trabalho de vigilante (Marinalva Guimarães, Apêndice D).*

A disponibilidade de tempo, especialmente na época da ameaça de despejo aos moradores do setor Alto Bonito, foi um dos motivos que alçou a entrevistada Mariza ao cargo de presidente: “*eu tive uma necessidade de atuar como presidente. Por quê? Na época como vice, eles ‘têm’ aquela burocracia na hora de resolver os problemas que a gente tinha aqui. Ele trabalhava, então eu não trabalhava. E eu tive a necessidade de momentos tá em local que ele precisava estar e ele não poderia e eu fui. E aí como eu estava desocupada, eu sempre fazia o papel” / “Eu gosto do social, mas acredito, para você gostar mesmo do social, para você dedicar a sua vida ao social você tem que ter um apoio financeiro, porque você precisa pagar suas contas. E como ir para o social [...] você vai viver pra outra pessoa, né? E aí meu emprego já já não me oferece isso, porque entro cedo quando chego ainda trago trabalho do serviço para casa aí como que eu vou acompanhar a minha comunidade? (Mariza de Sousa, Apêndice E).*

Já a presidente Mariza, por ter uma trajetória com alguma inclinação para a política como candidata à vereadora (pelo partido PHS - Partido Humanista da Solidariedade, hoje incorporado ao Podemos), e como vice-presidente antes de ser a titular da associação, tinha uma visão qualificada da atuação como presidente de bairro: “*Como a gente já ‘tava’ envolvido numa situação que precisava de pessoas que realmente já tinham conhecimento do problema do setor, para que não deixasse em outra mão, para aquele problema parasse, eu resolvi botar meu nome à disposição como presidente” (Mariza de Sousa, Apêndice E).*

Da mesma forma, a presidente do CCABA tem uma longa participação social. Para Josirene Lima, a trajetória dos presidentes de bairro está ligada a um fazer coletivo, geralmente atuação religiosa, e é uma trajetória nata: *“Eu acredito que a maioria dos presidentes de bairro eles nunca ‘vem’ ser presidente de bairro só por... pelo impulso. Na maioria das vezes ‘ele’ já são de algumas... de alguma... de algum segmento. Ou ‘duma’ igreja, seja ela católica ou evangélica. [...] então assim, quando uma pessoa vem se candidatar a ser presidente de bairro, ele já tem uma liderança dentro de si. É porque ele vê uma situação da comunidade dele, ele vê que a comunidade dele tem muita gente carente, ele tem uma... um projeto dele fazer um projeto por aquela comunidade. Ele vê que o setor dele ainda tem uma rua que não tem asfalto e ele tem o desejo de que através da gestão dele, ele consiga buscar um apoio para fazer aquele asfalto. Ele... ele ver que a escola não tá bem, ele quer tá dando a parcela de contribuição dele. Então assim, essa liderança.. ela... ela já é nata de cada um”* (Josirene Lima, Apêndice F).

Notou-se que o engajamento social prévio à liderança de bairro contribuiu para o empoderamento das entrevistadas que mais demonstraram competências em AMI. Apesar da experiência frustrante relatada pela presidente do setor Cimba, o movimento social é um contexto propício para o empoderamento, que se dá “num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos” (Kleba; Wendausen, 2009. p. 736).

O que percebemos é que a ausência de formação, principalmente na área da comunicação, não possibilitou o desenvolvimento de autonomia, o que acabou por refletir na atuação da liderança citada. Ainda segundo Kleba e Wendausen (2009. p. 739), o empoderamento “implica um processo de integração na comunidade, em que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo, contribuindo para fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento”.

Relacionamento das líderes de bairro com a mídia local e comunidade

A mobilização dos moradores em torno de projetos comuns suscita o “sentimento de pertencimento”, fundamental para a formação de uma comunidade, como a luta pelo acesso à água e energia no início da formação dos setores. A pesquisa de Pinto (2021) corrobora essa afirmação. A luta pela regularização fundiária também se mostrou importante para gerar um

senso de pertencimento, além de catalisadora de processos comunicacionais, como observado no setor Alto Bonito, onde essa pauta mobilizou a comunidade.

A participação da líder comunitária no encaminhamento das demandas e cobrança dos órgãos responsáveis fortaleceu os laços comunitários, e essas ações aconteceram pela via da comunicação, notadamente, pelas competências informacionais e midiáticas. Na época de maior movimentação no âmbito judicial, a partir de 2015, com o risco de despejo, a comunidade utilizou todos os recursos para manter suas moradias: *“A comunidade ‘tava’ daquele jeito. ‘Mariza, eu vou ligar para a imprensa, ‘tú tá’ com a gente?’. Eu falei: [...] se todo mundo estiver junto, vamos estar juntos”* (Mariza de Sousa, Apêndice E).

Conforme a necessidade da comunidade, ela distingue demandas urgentes de projetos mais complexos e define os usos dos veículos de comunicação. Ela exemplificou que, ao buscar soluções para as demandas cotidianas do bairro, prefere buscar auxílio junto aos órgãos competentes antes de expor na mídia, como no caso da criação de uma praça pública: *“quando chega um certo momento que eu vejo que meu diálogo, as nossas conversas não tá tendo efeito, aí acredito que a gente precisa partir para outro lado”* / *“eu acho que se tiver mais uma pessoa para ter disponibilidade, para ir correndo, ‘vamo’ fazer isso aqui, talvez já tinha até saído, mas isso aí [a praça] futuramente uma hora sai. [...] não é por nada que depois disso lá não é mais cheio de mato, já botaram uma placazinha ‘não jogue mais lixo’, que queira ou não avançou um tiquinho”* (Mariza Gomes de Sousa, Apêndice E). De todo modo, não descartou acionar os veículos de comunicação: *“quem sabe um dia possa chegar. Porque aí eu já tenho provas, essas coisas... por que hoje estou aqui para apresentar? é porque através de outros meios não teve um suporte que a gente precisava”* (Mariza Gomes de Sousa, Apêndice E).

Constatamos que a presidente adotou uma estratégia de comunicação eficaz. Ela socializa as informações de forma eficiente entre os moradores, onde o canal de comunicação mais utilizado é um aplicativo de mensagens instantâneas, com participação da presidente.

No caso da presidente do setor Cimba, a falta de compreensão do fluxo de comunicação e a preocupação com a preservação da sua imagem interferem no desenvolvimento do trabalho comunitário. Ela reconhece a ausência de competência para lidar com as informações, e prefere não manter canais de comunicação junto à comunidade. Compreendemos que, mesmo sem mobilização para reivindicar a permanência na área, a comunidade do setor Cimba demonstra resiliência, construindo vínculos comunitários ao longo de mais de três décadas e resistindo à falta de assistência pública.

Papel do CCABA na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro

As inferências desta dissertação sobre o papel do CCABA na promoção de práticas comunicacionais dos líderes de bairro apontam que não há uma inclinação da instituição para promover esse tipo de ação e percebe-se que a relação política na gestão do conselho interfere no reconhecimento das competências midiáticas e informacionais para a efetiva participação democrática, evidenciando a necessidade de revisão do papel do conselho. Apesar de contar na estrutura organizacional da Diretoria Administrativa com o cargo de Diretor de Imprensa e Comunicação Social, sabe-se que são cargos voluntários, que, de fato, contribuem apenas de maneira simbólica.

Compreender a importância da alfabetização midiática e informacional desafia o conselho a promover ações para os líderes comunitários reconhecerem e articularem competências em AMI. Como os mandatos dos presidentes são de quatro anos, poderia ser implantada uma política permanente de comunicação no CCABA, desvinculada de amarras políticas.

Uma proposta de intervenção, a partir dos resultados apontados, envolveriam as seguintes estratégias: aplicação de questionário sobre as práticas de comunicação a todos os presidentes para um diagnóstico mais amplo (a fim de alcançar os mais de 100 presidentes de bairro na cidade), que poderia ser realizado pela plataforma *Google Forms*; e a realização de oficinas educacionais.

O objetivo seria a qualificação de presidentes de bairro como fontes de notícias, abrangendo as competências midiáticas e informacionais, que seriam estimuladas com as oficinas teóricas e uma nova *práxis* de comunicação de líderes de bairro com interesse comunitário, que seria a produção - com os próprios recursos pessoais (usos de celulares próprios) - de produtos audiovisuais/jornalísticos do interesse comunitário para veicular em plataformas pessoais (redes de sociabilidade) e veículos de comunicação da localidade pesquisada, tendo-se em consideração que a mídia mais expressiva são emissoras de televisão.

Tais processos de letramento poderiam contribuir para um maior engajamento cidadão, mirando os meios de comunicação como estratégia de reivindicação dos direitos da comunidade.

Últimas reflexões

Não ter a competência para acessar as informações adequadas à própria necessidade torna-se o único empecilho diante dos ilimitados recursos e conhecimentos disponíveis na contemporaneidade, cada vez mais canalizados por meios digitais. Volume que acaba por colaborar na distorção de informações, cuja checagem requer pessoas capazes de avaliar a pertinência da informação acessada.

A própria dinâmica da sociedade exige habilidade dos cidadãos para lidar com o volume exacerbado de informação. “Saber lidar com o fluxo acelerado de informações e, principalmente, dar-lhes significado e interpretá-las, é tarefa indispensável dos sujeitos modernos” (GUARESCHI, 2000 *apud* Nascimento; Smith, 2019, p. 35). Além disso, capazes de continuar aprendendo à medida que se expõem ao conhecimento. De acordo com Delors (1998 *apud* Nascimento; Smith, 2019, p. 36), “a educação ao longo de toda a vida é o meio de se chegar ao exercício de cidadania ativa, a fim de contribuir para que cada indivíduo seja autônomo e saiba conduzir o seu destino”. Essa é uma preocupação a mais na educação de adultos que não frequentam mais ambientes escolares ou acadêmicos.

O acesso à alfabetização midiática e informacional, em ambientes não-escolares, como é a proposição que fazemos de formação dos presidente de bairro em AMI pelo próprio CCABA, pode expandir a capacidade de interação deles com a comunidade e para agirem criticamente na sociedade, habilitando ainda esses cidadãos para interagirem nos processos midiáticos e informacionais.

REFERÊNCIAS

- AF NOTÍCIAS. **Araguaína fica entre as 25 melhores cidades do Brasil para negócios, aponta Revista Exame**. 14 out. 2019. Disponível em: <<https://afnoticias.com.br/estado/araguaina-fica-entre-as-25-melhores-cidades-do-brasil-para-fazer-negocios-aponta-revista-exame>>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ANDER-EGG, Ezequiel; IDÁÑEZ, Maria José Aguilar. **Diagnóstico social: conceitos e metodologias**. Porto: Cadernos REAPN, 2008.
- ANDRADE, Luciana Teixeira; SILVEIRA, Leonardo Souza. **Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 13, n. 2, p. 381-402, 2013. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.14295>>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira doCouro. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados**. 1ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BAUER, Thomas A. **O valor público da Media Literacy**. LÍBERO, n. 27, p. 9-22, 2016. Disponível em <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/356>>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, v.30, 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BRAGA, José Luiz. **Anotações de aula da disciplina Epistemologia da Comunicação**, no dia 23 de setembro de 2022. Goiânia: UFG, 2022.
- BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Maria Regina. **Comunicação e Educação: questões delicadas na interface**. São Paulo: Editora Hacker, 2001.
- BRITO, Domingos Rodrigues de. **Análise da política de urbanização da cidade de Araguaína exemplificada no setor Cimba**. 2016. TCC (curso de Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5002>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. **Segregação, vulnerabilidade e desigualdades sociais e urbanas**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 20, p. 270-286, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2020.2.28393>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CCABA. **Estatuto do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína.** 2009.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Diálogos possíveis entre competências informacional e midiática:** revisão da literatura e posicionamento de instituições da área. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2018. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153455>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Unindo media literacy e information literacy na era da desinformação:** habilidades para lidar com as fake news. *Comunicação Pública*, vol. 15 n.º 28, 2021. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cp/6143>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CLEBER TOLEDO. **Araguaína entre as 100 melhores cidades com mais de 100 mil habitantes para realizar negócios na indústria e mercado imobiliário.** 06 jan. 2023.

Disponível em:

<<https://clebertoledo.com.br/tocantins/araguaina-entre-as-100-melhores-cidades-com-mais-de-100-mil-habitantes-para-realizar-negocios-na-industria-e-mercado-imobiliario/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

DA GUIA, Maria Santos-Gareis. **O urbano - uma experiência em comum:** os bairros de periferia e a ação das associações de bairro em Campina Grande. *Territorios*, n. 11, p. 173-193, 2004. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/357/35701109.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DE MARCHI, Julia; PINHEIRO, Daniel Moraes; PAGANI, Camila. **O papel das associações comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas.**

Administração Pública e Gestão Social, vol. 13, núm. 3, 2021. Disponível em

<<https://www.redalyc.org/journal/3515/351566982006/html/>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA. **Edital nº 003, de 23 de fevereiro de 2021.** 2021a. Disponível em

<https://api-araguaina.barcodigital.com.br/arquivo/araguaina.to.gov.br/diarios/2251.pdf>.

Acesso em: 1º de nov. de 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA. **Portaria nº 006, de 24 de março de 2021.** 2021b. Disponível em

<https://diariooficial.araguaina.to.gov.br/Arquivo/DiarioOficial/pdf/2272.pdf>. Acesso em: 1º de nov. de 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA. **Portaria nº 003, de 09 de agosto de 2022.** 2022. Disponível em

<https://diariooficial.araguaina.to.gov.br/Arquivo/DiarioOficial/pdf/2611.pdf>. Acesso em: 1º de nov. de 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information Literacy:** princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, 2003. Disponível em

<<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>> Acesso em: 26 de jun. de 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. **Competência Informacional e Midiática**: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 13, n. Especial, p. 213-253, 2017. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/bitstreams/ae79628f-c926-494b-9b77-f169692b67ef>> Acesso em: 26 de jun. de 2022.

DURAN-BECERRA, Tomás; LAU, Jesús. **MIL Competency Framework**: mapping media and information competencies. *Anagramas Rumbos Sentidos Comun.*, Medellín, v. 19, n. 37, p. 49-67, Dez. 2020. Disponível em <<https://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/view/2695/3109>>. Acesso em: 09 out. 2023.

FERNANDES, Lillian Fonseca. **O parque ecológico Cimba**: território e cultura como elementos da percepção ambiental em Araguaína. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/947>. Acesso em: 30 jan. 24.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. **Construindo o conceito de competência**. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, edição especial, p. 183-196, 2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rac/a/C5TyphygpYbyWmdqKJCTMkN/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FRAGA, Renata. **Media Literacy**: uma tentativa de resgate da mediação do jornalismo—o caso BBC News Brasil. In: 17º Encontro da SBPJor. 2019. Disponível em: <<https://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/1943/1071>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAZETA DO CERRADO. “**Araguaína chegou a um patamar histórico**”, diz Dimas sobre obras com recursos internacionais. 18 ago. 2020. Disponível em <<https://gazetadocerrado.com.br/araguaina-chegou-a-um-patamar-historico-diz-dimas-sobre-o-bras-com-recursos-internacionais-noticias-do-tocantins/>>. Acesso em: 1º de abr. de 2024.

GENTILLI, Victor. **O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais**: os vínculos com a Comunicação. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3184>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas - jornalismo e cidadania**: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Wilson. Por que a Comunicação é tão importante quando se pensa a Democracia?. In: MENDONÇA, R.F.; CUNHA, E.S.M. (Orgs.). **Introdução à Teoria Democrática**: conceitos, histórias e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia.** Cadernos Metrópole, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbjkMZB7PYMvxTwZrXf9t/>>. Acesso em: 6 jan. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.** 2022. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento:** processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde e sociedade, v. 18, p. 733-743, 2009. Disponível em <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2009.v18n4/733-743/pt>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

KOWARICK, Lúcio. **Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo:** uma análise da literatura. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 3, p. 38-50, 1987. Disponível em <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_03.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAZZARI, Artur; MAZZARINO, Jane M.; TURATTI, Luciana. **Comunidade:** a busca de um conceito. Revista Espacios, v. 38, 2017. Disponível em <<https://revistaespacios.com/a17v38n03/a17v38n03p04.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

LERBACH, Brena Costa. **Liderança e movimentos sociais.** Simbiótica, Vitória, v. ún, n. 1, 2012. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/5759/575967274016.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

LEITE, João de Deus; FILHO, Miguel Pacífico; PIRES, Maria Cilene. **Araguaína/TO:** cidade e discurso na amazônia brasileira. o caso do espaço cultural Agnaldo Borges Pinto. Cidades - Comunidades e Territórios, n. 42, 2021. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cidades/4013>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MENEZES, José Eugenio de O. **Media Literacy:** competências midiáticas para uma sociedade midiaticizada. Libero, n. 29, p. 9-18, 2012. Disponível em <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Texto-em-contexto-Media-Literacy.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Ler as linguagens digitais:** um caminho da media literacy. IN: Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, Lyana Virgínia Thédiga de; SILVA, Luiza Monica Assis da. **Competência midiática e cidadania digital:** reflexões teórico-metodológicas. Revista de Estudos Universitários – REU. Sorocaba, SP, v. 43, n. 2, 2017. Disponível em <<https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/3127>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MORAES, Angela; SIGNATES, Luiz. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. IN: MORAES, Angela; SIGNATES, Luiz (orgs). **Cidadania comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: FIC/UFG, 2016.

MUNIZ, Marcelo Trilha. **Produções de sentido do telejornalismo em Araguaína**: o discurso dos telejornais locais da rede Globo e Band. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território). Universidade Federal do Tocantins, 2017.

NASCIMENTO, Aline Pimenta & SMITH, Marinês Santana Justo. **Alfabetização midiática e informacional**: competências em prol de valores coletivos e da sustentabilidade. Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade - RICS, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10484>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

NASCIMENTO, Atevaldo dos Anjos do; SOUSA, Benilson Pereira de; GUEDES, Luciano da Silva. **Uso de geotecnologias na espacialização dos acidentes de trânsito com vítimas no perímetro urbano de Araguaína-TO, ano de 2015**. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.10, n.1, pub.5, 2017. Disponível em: <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/revista/2017-1/Artigo_5.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2013.

NASCIMENTO, Kédina Zeisa Pinto. **Análise das mudanças espaciais sob a perspectiva da especulação imobiliária**: o bairro da Cimba em Araguaína-TO como estudo de caso. 2012. TCC (curso de Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2012.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 16ª ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

PACÍFICO FILHO, Miguel; BORGES, Thelma Pontes; TELES, Marcela Pereira Lima; CANÇADO, Airton Cardoso. **Cidades médias na Amazônia Legal**: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. Revista Redes, v. 25, p. 1477-1503, 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15139>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

PANOS LONDON. **The case for communication in sustainable development**. London, Panos London, 2007. Disponível em <<http://panoslondon.panosnetwork.org/resources/the-case-for-communication-in-sustainable-development/>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PINTO, Sandro Ferreira. **Conexões entre o comum urbano, cultura política e território nas ocupações Alto Bonito e Jardim Deus é Fiel em Araguaína – TO**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território). Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3422?mode=full>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

POLIVANOV, Beatriz. **Reapropriações do conceito de “comunidade” na contemporaneidade**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.], v. 11, n. 21, 2015. Disponível em <<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/186>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Ronaldo Dimas implantará Via Norte para desafogar trânsito de Araguaína.** 11 jan. 2017. Disponível em <<https://www.araguaina.to.gov.br/noticias/2017/ronaldo-dimas-implantar-a-via-norte-para-desafogar-tr-ansito-de-aragua-ina>>. Acesso em: 1º abr. 2024.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Eleição para presidentes de bairro em Araguaína é adiada para 21 de março.** 03 mar. 2021. Disponível em <<https://araguaina.to.gov.br/noticias/2021/eleic-ao-para-presidentes-de-bairro-em-aragua-ina-e-adiada-para-21-de-marco>>. Acesso em: 1º nov. 2022.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Lei Complementar 029, de 09 de dezembro de 2014.** Disponível em <https://leis.araguaina.to.gov.br/Leis/Consolidacao_IPTU.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades Virtuais: uma abordagem teórica.** V seminário Internacional de Comunicação, 2002. Disponível em <<https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. de 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa.** 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Wenas Silva. **Gestão pública participativa: dinâmicas sociais dos planos diretores de Araguaína-TO, com ênfase no ano de 2016.** 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1753>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SEQUERA, Jorge. **Gentrificación: capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano.** Los libros de la Catarata, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIGNATES, Luiz. O que é comunicação, em EAD? O valor epistemológico do especificamente comunicacional na relação entre comunicação e educação. IN: RODRIGUES, Cleide; FARIA, Juliana Guimarães; CALAÇA, Gabriella Luccianni Moraes Souza. **Educação, comunicação, mídias e tecnologia: processos de formação acadêmica.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

SIGNATES, Luiz. **Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação.** Líbero (FACASPER), V. XVIII, p. 143-152, 2015. Disponível em <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/51>> Acesso em: 31 mai. 2022.

SIGNATES, Luiz (org.). **Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional.** [E-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/EPISTEMOLOGIADAcomunicacao_EBOOK.pdf> Acesso em: 31 mai. 2022.

SIGNATES, Luiz. **Por uma metateoria das tensões comunicacionais**: fundamentos para um objeto metateórico na ciência da comunicação. Compós. Imperatriz - MA. 2022.

SILVA, Elias da; VELOSO, Eridan. **Crescimento urbano e degradação ambiental na cidade de Araguaína**: o caso da nascente do córrego Cimba. Revista Tocantinense de Geografia, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 61–79, 2015. DOI: 10.20873/rtg.v4n6p61-79. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/1449>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SILVA, Paulino Dias da. **A produção do espaço urbano em Araguaína-TO**: um estudo de caso do setor Cimba frente à especulação imobiliária. 2010. TCC (curso de Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2010.

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas de. **Media literacy como prática social**: objetivos e abordagens pedagógicas. Comunicação e Sociedade, v. 13, 2008. Disponível em <<https://revistacomsoc.pt/article/view/1366>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação Midiática**: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. Revista Comunicação & Educação, v.19, n. 2, 2014. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. **A educomunicação possível**: uma análise da proposta curricular do MEC para o ensino básico. Comunicação & Educação, v. 21, n. 1, p. 13-25, 2016a. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. Prefácio. IN: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir; XAVIER, Jurema Brasil. **Educomunicação e alfabetização midiática**: conceitos, práticas e interlocuções. São Paulo, SP: ABPEducon, 2016b. Disponível em <<https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/download/13/17/576-1?inline=1>> Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUSA, Marcelo Araújo de; BRITO, Eliseu Pereira de. **A expansão territorial urbana de Araguaína**: algumas considerações. Revista Entre-Lugar, v.3, n.5, 2012. Disponível em <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/1254>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SOUZA, Rafael Benedito de. **Formas de pensar a sociedade**: o conceito de *habitus*, campos e violência simbólica em Bourdieu. Ars Historica, n. 7, p. 139-151, 2014. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4766705>>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SOUZA, Katiane de Jesus; VALLE, Mariana Guelero do. **Alfabetização midiática e informacional: uma revisão sistemática da literatura**. Pesquisa em Foco, v. 26, n. 2, 2021. Disponível em <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/pesquisa_em_foco/article/view/2725>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional**: disposição e competências do país. Brasília: UNESCO, 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246398POR.pdf>> Acesso: 26 jun. 2022.

VALE, Keliane M. S. S.; RAMOS, Gleys Ially. Os vínculos da (sub)cidadania e as relações com os telejornais de Araguaína (TO). In: SILVA, Sinomar Soares de Carvalho; MORAES, Nelson Russo de; MELO, Gabriela Pereira. **O profissional de comunicação e jornalismo: desafios, vertentes e possibilidades**. Palmas, TO: EDUFT, 2020. Disponível em <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2508>>. Acesso em: 4 set. 2023.

VALE, Keliane M. S. S.; MELO, Gabriela Pereira. A midiaticização da violência nos telejornais de Araguaína (TO). In: PÔRTO JR., Gilson et al (Orgs.). **Comunicação e ensino: experiências e discussões**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi Kim. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO/UFTM, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; MOORE, Penny; DEZUANNI, Michael; ASTHANA, Sanjay; Banda, Fackson; Onumah, Chido. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>> Acesso em: 26 jun. 2022.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **A questão da comunidade na era da midiaticização**. Tese (Doutorado em Comunicação). 2014. Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), 2014a. Disponível em <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/tese_eyamamoto_2013.pdf> Acesso em: 26 mar. 2023.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **O conceito de comunidade na comunicação**. Revista Famecos, v.21, n. 2, 2014b. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/17333>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FONTES PRIMÁRIAS

LIMA, Josirene da Silva. Entrevista sobre o CCABA, realizada em 29 de novembro de 2023 e 17 de julho de 2024, por Keliane Morais Silva Santos Vale.

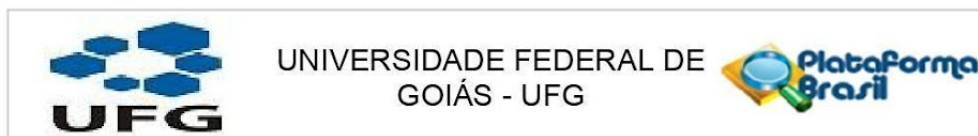
GUIMARÃES, Marinalva Carneiro. Entrevista sobre o setor Cimba, realizada em 23 de julho de 2024, por Keliane Morais Silva Santos Vale.

GUIMARÃES, Vanadir Rodrigues. Entrevista sobre o setor Cimba, realizada em 23 de julho de 2024, por Keliane Morais Silva Santos Vale.

SOUSA, Mariza Gomes de. Entrevista sobre o setor Alto Bonito, realizada em 2 de agosto de 2024, por Keliane Morais Silva Santos Vale.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pesquisa sobre práticas comunicacionais de líderes de bairro de Araguaína-TO

Pesquisador: KELIANE MORAIS SILVA SANTOS VALE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70795623.1.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.255.858

Apresentação do Projeto:

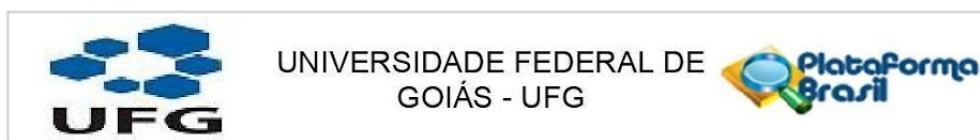
As informações elencadas nos campos "Apresentação do projeto", "objetivo da pesquisa", e "avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do documento "Informações básicas do projeto" datado em 23/06/2023.

Esta pesquisa visa investigar as competências midiáticas de representantes de bairros periféricos de Araguaína – Tocantins (TO) e membros do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA), verificando o consumo e produção de conteúdos midiáticos no jornalismo local.

Em termos metodológicos, a proposta da pesquisa, que tem abordagem qualitativa, utilizará o método de coleta de dados, o questionário semi-estruturados e a entrevista em profundidade e a pesquisa documental.

No detalhamento é informado que a pesquisa documental será realizada junto à organização que representa os presidentes de bairro de Araguaína – o Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA), onde se fará levantamento histórico da instituição e apontar o papel dela nas atividades dos presidentes de bairro, por meio de entrevistas a membros e análise documental (registro, estatuto, documentos referentes à formação do Conselho Consultivo das

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.255.858

Associações de Bairros de Araguaína (CCABA) e presidentes de bairro – eleições, portarias e nomeações).

A entrevista em profundidade será realizada com 10 líderes de bairros.

Tem-se como hipótese que os presidentes de bairro consomem as notícias locais, mas ainda não produzem uma comunicação própria, que pode extravasar pelas redes sociais e agendar os veículos de comunicação.

As análises serão aprofundadas com um grupo limitado de participantes, cujos critérios de inclusão são: a) aceitar conceder a entrevista em profundidade; b) deter informações sobre os interesses da comunidade, bem como residir no bairro, podendo ou não ser presidente de bairro.

O único critério de exclusão é o sujeito não ter reconhecimento da comunidade como membro, da mesma forma que a busca ativa das redes sociais físicas identifica os sujeitos, também poderá ser instrumento para o descredenciamento.

A entrevista em profundidade será realizada com 10 líderes de bairros e terá a duração aproximada de duas horas. A coleta de dados está prevista para iniciar em 11/09/2023 e a entrega do relatório final em 15/03/2024.

Objetivo da Pesquisa:

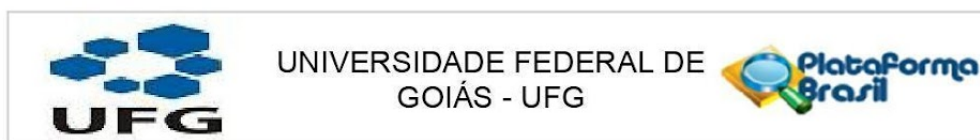
Objetivo primário:

Investigar as competências midiáticas dos líderes de bairro da localidade pesquisada (Araguaína-TO) e membros do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA) para consumir e produzir conteúdos midiáticos no jornalismo local.

Objetivos secundários:

- Identificar líderes de bairro e conhecer as práticas comunicacionais em prol da comunidade em que reside;
- Conhecer as práticas comunicacionais atuais da diretoria do CCABA e papel na representação

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.255.858

dos bairros;

- Verificar a articulação dos líderes e CCABA, nas atuações individuais, para dar visibilidade às problemáticas comunitárias, a partir do relacionamento deles com comunidade e mídia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Garante-se que a pesquisa oferece riscos mínimos, como cansaço por requerer tempo do entrevistado para responder às questões da pesquisa. No entanto, para garantir minimização do desconforto, a pesquisadora poderá retomar a entrevista em outro momento enquanto for de interesse do participante.

Benefícios:

Ao compreender a relação dos participantes com os meios de comunicação, vislumbrar ações efetivas para a mudança de cenário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta de pesquisa é relevante e contribuirá para o desenvolvimento das competências midiáticas dos líderes de bairro de Araguaína-TO e para o Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados:

- 1 – Informações básicas do projeto;
- 2 - TCLE;
- 3 – Termo de anuência;
- 4 – Termo de compromisso;
- 5 – Projeto de pesquisa;
- 6 – Cronograma (projeto de pesquisa);
- 7 – Roteiro de entrevista (projeto de pesquisa);
- 8 – Folha de rosto.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.255.858

Recomendações:

Vide campo "Considerações ou Pendências e Lista de Pendências"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- Determina-se explicitar no TCLE a informação quanto aos benefícios da pesquisa para o participante;
- Recomenda-se que seja realizada revisão ortográfica do TCLE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para março de 2024.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2158798.pdf	23/06/2023 22:43:00		Aceito
Outros	TermoDeAnuencia_Mestrado_KelianeVale.pdf	23/06/2023 22:42:28	KELIANE MORAIS SILVA SANTOS	Aceito
Outros	TermoDeCompromisso_Mestrado_KelianeVale.pdf	23/06/2023 22:38:50	KELIANE MORAIS SILVA SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Mestrado_KelianeVale.pdf	23/06/2023 22:22:36	KELIANE MORAIS SILVA SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanidades_Mestrado_KelianeVale.pdf	22/06/2023 20:34:57	KELIANE MORAIS SILVA SANTOS VALE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Mestrado_KelianeVale.pdf	22/06/2023 20:32:55	KELIANE MORAIS SILVA SANTOS VALE	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.255.858

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 23 de Agosto de 2023

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

ANEXO B – Resumo dos componentes, das atividades e das competências em AMI - Unesco

A competência, como um padrão de competências em AMI, é usada para descrever os níveis de cada competência relacionada à AMI (Quadro 6). O Marco de Avaliação da AMI propõe 12 competências principais que estão ligadas aos componentes e às atividades gerais da AMI supramencionados. É importante destacar que a UNESCO não estabelece um padrão de competências em AMI, mas fornece sugestões às instituições nacionais, e elas é que devem decidir sobre o padrão nacional das competências em AMI.

Componente da AMI	Atividade relacionada à AMI	Competências em AMI
		A pessoa com competências em AMI é capaz de:
1. Reconhecer a demanda, ser capaz de procurar, acessar e recuperar informações e conteúdos midiáticos	1.1. Definição e articulação da necessidade de informação	1. Determinar e articular a natureza, o papel e o escopo da informação e da mídia (conteúdo), usando uma variedade de recursos.
	1.2. Busca e localização da informação e conteúdo midiático	2. Pesquisar e localizar a informação e o conteúdo midiático.
	1.3. Acesso à informação, conteúdo midiático e provedores de mídia e informação	3. Acessar a informação e o conteúdo midiático necessário de maneira eficaz, eficiente e ética, assim como os provedores de informação.
	1.4. Recuperação e retenção/ armazenamento de informações e conteúdos midiáticos	4. Recuperar e reter temporariamente a informação e o conteúdo midiático, usando uma variedade de métodos e ferramentas.
2. Compreensão, avaliação e aferição das informações e da mídia	2.1. Compreensão da informação e da mídia	5. Compreender a necessidade de provedores de informação na sociedade.
	2.2. Aferição da informação e do conteúdo midiático, e provedores de mídia e informação	6. Avaliar, analisar, comparar, articular e aplicar os critérios iniciais para a avaliação das informações recuperadas e suas fontes, além de avaliar os provedores de mídia e informação na sociedade.
	2.3. Avaliação da informação e do conteúdo midiático, e dos provedores de mídia e informação	7. Avaliar e autenticar as informações e os conteúdos midiáticos coletados e suas fontes e provedores de mídia e informação na sociedade.
	2.4. Organização da informação e do conteúdo midiático	8. Sintetizar e organizar as informações e os conteúdos midiáticos coletados.
3. Criação, utilização e monitoramento das informações e dos conteúdos midiáticos	3.1. Criação de conhecimento e expressão criativa	9. Criar e produzir novas informações, conteúdos midiáticos ou conhecimentos para um fim específico, de maneira inovadora, ética e criativa.
	3.2. Comunicação da informação, conteúdo midiático e conhecimento, de maneira ética e eficaz	10. Comunicar as informações, os conteúdos midiáticos e conhecimentos, de maneira ética, legal e eficaz, usando os canais e os recursos apropriados.
	3.3. Participação como cidadãos ativos em atividades públicas sociais	11. Engajar-se com provedores de mídia e informação para autoexpressão, diálogo intercultural e participação democrática, usando vários meios de forma ética, eficaz e eficiente.
	3.4. Monitoramento da influência da informação, do conteúdo midiático, da produção e do uso de conhecimento, e dos provedores de mídia e informação	12. Monitorar o impacto da informação, do conteúdo midiático e dos conhecimentos criados e distribuídos, bem como o uso da mídia existente e outros provedores de informação.

Quadro 6. Resumo dos componentes, das atividades e das competências em AMI

ANEXO C – Edital de convocação 003/2021, de 23 de fevereiro de 2021

6 DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

Nº 2.251 - TERÇA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Art. 1º NOMEAR o Senhor RICARDO BRASIL RAMOS, inscrito no CPF nº 013.333.861-41 para exercer o cargo em comissão de Assessor Político do Vereador, com lotação junto ao Gabinete do Vereador Marcos Antônio Duarte Silva;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2021.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Araguaína, Estado do Tocantins, aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro de 2021.

Gideon da Silva Soares
Presidente da Câmara Municipal de Araguaína/TO.

PUBLICAÇÃO PARTICULAR

Edital de convocação 003/2021
Prorrogação de Inscrição

O presidente da Comissão Eleitoral do CCABA (Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína) Daniel do Espírito Santo R. Lima, no uso de suas atribuições legais informa a todos moradores de Araguaína zona urbana e rural, que o prazo para registro de chapas segue até quinta-feira, dia 25 de fevereiro, até às 18:00h. Só terá direito a registrar chapas os bairros que não estiverem abaixo relacionados:

1. Setor Araguaína sul II
2. Setor Tocantins
3. Setor Sonhos Dourados
4. Setor Jardim das Flores
5. Setor Jardim das Flores
6. Bairro São João
7. Araguaína Sul I
8. Setor Carajás
9. Setor Tereza Hilário Ribeiro

10. Lago Azul I
11. Setor Universitário
12. Bairro JK
13. Setor Costa Esmeralda Norte
14. Vila Jardim
15. Loteamento Construindo Um Sonho
16. Barro Eldorado
17. Setor Morada do Sol II
18. Setor Itaipú
19. Setor Alto Bonito
20. Setor Céu Azul
21. Barra da grota
22. Vila Santa Rita
23. Jardim das Mangabeiras
24. Setor Rodoviário
25. Água Amarela
26. Bairro Novo Horizonte
27. Assentamento P.A.Araguaminas
28. Lago Azul IV
29. Vila Piauí
30. Vila Azul
31. Vale do Lontra
32. Loteamento Ipês
33. Setor Nova Araguaína
34. Setor Tiúba
35. Setor Ponte
36. Setor Nebilina
37. Setor Vila Nova
38. Loteamento Vila Maranhão
39. Loteamento Lago Sul
40. Setor Entroncamento
41. Setor Imaculada Conceição
42. Vila Norte
43. Setor Santa Terezinha
44. Setor Urbano
45. Setor Sul
46. Vila Goiás
47. José Ferreira

Araguaína, 23 de fevereiro de 2021.

Daniel do Espírito Santo R. Lima
Presidente da Comissão Eleitoral do CCABA

ANEXO D – Portaria nº 006, de 24 de março de 2021

7 DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

Nº 2.272 - QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2021

É o parecer, salvo melhor juízo.

Araguaína, 09 de março de 2021

Agnaldo da Silva Teixeira
Hilário Soares Marinho
Marques Elex Silva Carvalho

IMPAR

PORTARIA ADM Nº010/2021.

Araguaína – TO, 24 de março de 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – IMPAR, no uso de suas atribuições legais conferida pelo Artigo 57-A, da Lei nº 1.947/2000, que alterou a Lei nº 1.808/1998, a qual criou o IMPAR,

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a Administração Pública, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e razoabilidade;

CONSIDERANDO a indicação da Diretoria de Administração externando a possibilidade de abertura de processo de despesa para contratação de prestação de serviços de manutenções periódicas em centrais de ar para o exercício 2021;

CONSIDERANDO o Parecer nº 024/2021, emitido pela Assessoria Técnica deste Instituto, que opinou pela legalidade da presente despesa por meio de Dispensa de Licitação;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, a despesa referente a contratação de prestação de serviços de manutenções periódicas em centrais de ar para atender as necessidades deste Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína – IMPAR, em favor da empresa Dione Cleiton Chaves dos Santos (Dione Refrigeração), CNPJ 21.756.070/0001-44, no valor total de R\$ 4.880,00 (quatro mil oitocentos e oitenta reais), cuja despesa correrá por conta do Funcional Programática 09.122.2006.2.371, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Fonte 50, Ficha 20210502 Nomenclatura: Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – IMPAR, Araguaína, 24 de março de 2021.

Carlos Murad
Presidente – IMPAR

RESULTADO DO JULGAMENTO

A Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína - Impar, Declara, para fins de intimação e reconhecimento dos interessados, o seguinte resultado da licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021, julgado pelo menor preço global.
--

OBJETO: Licença de uso de software 100% web - sistema Gerenciador de Regime Próprio de Previdência Social com prestação de serviços envolvendo instalação, implantação, treinamento, manutenção, atualizações, suporte técnico do sistema e serviços em consultoria Previdenciária.

EMPRESA VENCEDORA: SELF ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrito no CNPJ: 10.450.122/0001-33, A qual apresentou lance final no valor global de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

SALA DA PREGOEIRA OFICIAL do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína – IMPAR, aos 15 dias do mês de março de 2021.

Vânia Maria de Brito Rêgo

Pregoeira
Equipe de apoio:

Amanda Borges Morais Danilo Alves Monteiro

PUBLICAÇÃO PARTICULAR

CONSELHO CONSULTIVO DAS ASSOCIAÇÕES DE
BAIRROS DE ARAGUAÍNA-TO

PORTARIA n.º 006, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Nomeia os representantes dos bairros que apresentaram chapa única para Presidentes de Bairros, em conformidade com a portaria 006/2021

Considerando que, em 30/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo Novo Corona vírus (COVID-19) constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII);

Considerando que o Ministério da Saúde, em 03/02/2020, através da Portaria GM/MS nº 188/2020, nos termos do Decreto nº 7.616/2011, declarou "emergência em saúde pública de importância nacional", em decorrência da infecção humana pela corona vírus e, ainda, a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

Considerando que, em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia para o novo corona vírus (Sars-CoV-2), ou seja, momento em que uma doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre humanos, bem como a situação de calamidade pública imposta ao Estado do Tocantins com a chegada da pandemia da COVID-19, com edição de vários atos normativos, em especial o Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando o Decreto Estadual nº 6.230/2021, de 12 de março de 2021, que em seu art. 2º, dispõe que "é prorrogado o prazo de que trata o inciso II do art. 4º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, mantendo-se, em todo o território do Estado do Tocantins, em consonância com o disposto na Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a vedação de realização de eventos e de reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídos os eventos esportivos, em que ocorra a aglomeração de pessoas";

Considerando que o Decreto nº 019/2021 do Município de Araguaína, de 15 de março de 2021, em seu artigo 11, prevê que "fica proibida a realização de bailes, eventos, festas, shows, formaturas, colações de grau, casamentos, confraternizações, aniversários, reuniões, campeonatos de futebol e correlatos. § 2º Qualquer aglomeração acima de 8 (oito) pessoas, excluídos os residentes, em residências, chácaras ou propriedades privadas, urbanas e/ou rurais, constitui infração a este artigo e o § 3º "No caso de descumprimento do disposto acima o infrator estará sujeito a: I – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais); e II – responder por crime contra a ordem e a saúde pública";

Considerando o expressivo aumento do número de casos e de mortes de pessoas infectadas com a Covid-19, inclusive com o aumento da ocupação de leitos na rede pública e privada, pelo que se mostra necessária a adoção de medidas restritivas para conter o avanço da pandemia;

Considerando o devastador impacto humanitário provocado pela pandemia do Sars-CoV-2, notadamente por não se contar, até o presente momento, com qualquer alternativa terapêutica cientificamente comprovada e disponível para prevenir ou tratar a doença causada pelo novo corona vírus;

Considerando a portaria 005/2021 da comissão eleitoral do CCABA (Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína, que adiou por tempo indeterminado a realização das eleições para presidentes de bairro na cidade de Araguaína – To.

Considerando as orientações do Ministério público que Instaurar Procedimento Preparatório, com fundamento no art. 60, VI, e no art. 63, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 51/2008, diante do que preceitua o artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 7.347/85, e art. 21 da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, com o intuito de apurar a possível ocorrência de aglomeração de pessoas e descumprimento das medidas sanitárias de prevenção à Covid-19 nas eleições para Presidente de Bairro, em Araguaína –TO;

Considerando o art. 32, parágrafo único, art. 33 e parágrafos cumulados

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

com o art.5º do Capítulo II dos Associados, letra C do Estatuto Social do CCABA e pelo regulamento das eleições;

A Comissão Eleitoral do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína – CCABA, em nome do presidente Daniel do Espírito Santo Lima Rodrigues e da presidente do CCABA Josirene da Silva Lima, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Artigo 1º. Nomear os representantes dos bairros que apresentaram e registraram chapa única para concorrer às eleições para Presidentes de Bairros, representantes legais de seus bairros e toda a sua diretoria.

I - Araguaína sul - Malbatânia Martins da Silva

II - Setor Tereza Hilário Ribeiro - Gilmar Alves dos Santos

III - Bairro JK - Manoel Gomes da Silva

IV - Setor Imaculada Conceição - Amadeus Francisco de Oliveira

V - Setor Itaipu - Divina Fernandes da Silva

VI - Loteamento Lago Sul - Lucas Vínicio Vieira de Carvalho

VII - Morada do Sol II - Joana Maciel de Araújo Barreiro

VIII - Bairro Eldorado - Neuvaldo Aires Sanches

IX - Setor Santa Terezinha - Antônio Lima de Sousa

X - Setor Sul - Gilson Libano da Luz

XI - Setor José Ferreira - Romildo Coelho de Oliveira

XII - Setor Construindo Um Sonho - Moabe Cerqueira da Luz

XIII - Setor Presidente Lula - Elismar Lima de Sousa

XIV - Setor Entroncamento - Lázaro Junior Torres da Silva

XV - Conjunto Patrocínio - Aroldo Felix Aires

XVI - Setor Tiuba - Ana Paula Lima Barros

XVII - Setor Raizal - José Domingos Alves de Matos

XVIII - Setor Costa Esmeralda Norte - Willeme Santos Silva

XIX - Vila Cearense - João Vianey Salvador da Silva

XX - Costa Esmeralda - Adnan Ramil Bucar

XXI - Bairro Neblina - Maria do Carmo Pires Gonçalves

XXII - Bairro São João - Edilberto Alves da Silva

XXIII - Setor Rodoviário - Belchor dos Reis Nogueira

XXIV - Setor Vila Nova - Jânio Espindula Gomes

XXV - Setor Novo Horizonte - Antônio Carlos Xavier

XXVI - Vila Jardim - Marcelo Relíquias de Souza

XXVII - Setor Martins Jorge - Wáison da Silva Marcile

XXVIII - Lago Azul 04 - Sthefany do Amaral Cruz

XIX - Bairro de Fatima - José Albino Ribeiro da Costa

XXX - Setor Santa Luzia - Renato Vennicios Rodrigues Sales

XXXI - Vila Maranhão - Raimundo de Freitas Pereira

XXXII - Jardim das Mangabeiras - Lucivânia Araújo Damasceno

XXXIII - Setor Jardim Mansões das Palmeiras - Francisco José Macedo Santos

XXXIV - P. A Araguamínas - Maria Luísa de Jesus

XXXV - Parque Bom Viver - Raimundo Batista dos Reis

XXXVI - Setor Nova Araguaína - Gilberto Vieira da Silva

XXXVII - Setor Carajás - Maria do Socorro da Silva Cruz

XXXVIII - Setor Monte Sinai 01 - Ronés Carlos Borges de Oliveira

XXXIX - Setor Ponte - Maria Mendes Rego dos Santos

XL - Vale do Lontra - Francisco Louro da costa

XLI - Setor Vila Goiás - Ana Maura Ferreira do Nascimento

XLII - Setor Tocantins - Fernanda Francil Sampaio de Sousa

XLIII - Setor Universitário - Halana Gomes da Silva

Parágrafo Único: O mandato se inicia a partir da publicação desta portaria e tem duração pelo período de 04 anos.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína – TO, 24 de março de 2021

Daniel do Espírito Santo Lima Rodrigues
Pres. da Comissão eleitoral

Maria dos Santos Lima Sousa
Secretária

Lazarine Silva Torres
Membra da Comissão

Josirene da Silva Lima
Pres. do CCABA

ANEXO E – Portaria nº 003, de 09 de agosto de 2022

33 DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

Nº 2.611 - SEGUNDA - FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Reconhecimento de Prescrição – LIXO

DESPACHO Nº 1252 / GAB – 2022

Tendo em vista o requerimento inicial e toda documentação acostada referente a tributo incidente sobre o imóvel de inscrição nº 11214;

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 00050/2022, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

Considerando a confecção do Parecer nº 1034/2022, cuja opinião foi favorável ao pedido do interessado(a);

RESOLVO:

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2011 a 2017, ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo deverá ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao departamento competente para as providências que se fizerem necessárias.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA e INOVAÇÃO em Araguaína, Estado do Tocantins, em 28 de julho de 2022.

FABIANO FRANCISCO DE SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda, Ciência, Tecnologia e Inovação
Portaria nº 001/2021

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA Nº 05, DE 15 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria de nº 201 de 11 de abril de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor: DIEGO ALVES FREIRE, matrícula nº 48095, para sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem respectivamente, o encargo de Fiscal e Suplente do Contrato abaixo especificado referente à fiscalização e acompanhamento do citado contrato, para atender as necessidades desta Pasta, de acordo com o Processo n.º 2022015393.

Empresa Contratada:

04/2022	OHMS ENGENHARIA EIRELI
---------	------------------------

Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS, para atender as necessidades da CONTRATANTE, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 024/2022 e seus Anexos.

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas nos Contratos;

II - anotar em registro próprio em forma de relatório, as irregularidades eventualmente encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado das medidas, bem como informar por escrito a Área de Contratos e Convênios sobre tais eventos;

III - determinar providências para retificação de irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicando através de relatório a Área de Contratos e Convênios para apreciação;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogações de vigência ou aditamentos do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Área de Contratos e Convênios para as providências necessárias;

VI - justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências quando solicitado pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente em forma de relatório, acerca do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova ou substitua às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, nas cláusulas contratuais, conforme determina o art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

ISRAEL GOMES DA SILVA
Secretário Municipal de Governo
Portaria 201/2022

PUBLICAÇÃO PARTICULAR

PORTARIA n.º 003, DE 09 DE AGOSTO DE 2022

Nomeia os representantes dos bairros que apresentaram chapa única para Presidentes de Bairros, em conformidade com a portaria 003/2022

O presidente da comissão eleitoral Daniel do Espírito Santo Lima Rodrigues, e a presidente do CCABA Josirene da Silva Lima, no uso de suas atribuições legais, conforme o edital de convocação datado no dia 01 de junho de 2022, resolve nomear os representantes dos bairros que apresentaram e registraram chapa única para concorrer às eleições para Presidentes de Bairros, representantes legais de seus bairros e toda a sua diretoria.

1. Setor Cimba: Marinalva Carneiro Guimarães
2. Setor Maracanã: Lucilene dos Santos Sobrinho
3. Setor Palmas: Vanessa Aline Apinagê Alves
4. Vila Couto Magalhães: Maria de Fatima da Conceição
5. Setor Cazaroto: Railson Lima Silva
6. Setor Campus Universitário: Vania Moraes da Silva
7. Jardim Mônaco: Helio Gomes da Silva
8. Povoado Crato: Thauany Rithiely
9. Povoado Inhumas: Maria Antônia Pereira Melo
10. Dom Orione: Anderson Dias Carneiro
11. São Pedro: Antônio Ferreira da Silva
12. Jardim Esplanada: Maria Gardenia P. de Deniz
13. Setor Tecnoorte: Leidiane Magalhaes Piu
14. Setor Brasil: Clodoaldo Alves Rodrigues
15. Setor Bela Vista II: Antônia Silveria Neta
16. Setor Itatiaia: Sergio Domingues e Silva
17. Setor Jardim Bouganville

Parágrafo Único: O mandato se inicia a partir da publicação desta portaria e tem duração pelo período de 02 anos e 6 meses.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína – TO, 09 de agosto de 2022

Patrícia Antônia da Silva Matos
Secretária da comissão eleitoral

SECRETARIA DA SAÚDE

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de tópicos de entrevista para diagnóstico das práticas de comunicação de presidentes de bairro

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Data do Nascimento: ___/___/_____ Idade: _____ Gênero: () F () M () OUTRO

Naturalidade: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP _____

Telefone(s) para Contato: _____

Escolaridade/Curso: _____

Ocupação: _____

Local de Trabalho: _____

TÓPICOS

Trajetória em atividades na/para a comunidade (tempo de moradia no bairro que preside, mandatos)

Trajetória em atividades cívicas, sociais, políticas e profissionais.

Relacionamento com os moradores (atividades, canais de comunicação - grupos de sociabilidade digitais como Whatsapp, Telegram etc)

Capacitação para desempenho do cargo de presidente de bairro.

Relação com a mídia (capacitação, demandas da comunidade, noticiário local, conteúdos da mídia local e os interesses da comunidade)

APÊNDICE B – Roteiro de tópicos de entrevista para diagnóstico das práticas de
comunicação do CCABA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Data do Nascimento: ___/___/_____ Idade: _____ Gênero: () F () M () OUTRO

Naturalidade: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP _____

Telefone(s) para Contato: _____

Escolaridade/Curso: _____

Ocupação: _____

Local de Trabalho: _____

TÓPICOS

Atividades realizadas efetivamente pelo CCABA junto aos presidentes de bairro.

Atividades realizadas efetivamente pelo CCABA diretamente junto à comunidade.

Funcionamento do Conselho (sede própria, funcionários, recursos, parcerias, composição da diretoria e equipe auxiliar).

Eleição dos presidentes de bairro.

Ações de comunicação do CCABA (capacitação dos presidentes de bairro, comunicações junto à comunidade, canais de comunicação - grupos de sociabilidade digitais como Whatsapp, Telegram etc)

APÊNDICE C – Habilidades e competências em AMI das entrevistadas

Habilidades e competências, destacadas em negrito e caixa alta, das presidentes de bairro e do CCABA dentro do Mapa de Habilidades e Competências em AMI, de Duran-Becerra e Lau (2020). Não se teve o objetivo de averiguar todas as habilidades do Mapa, porque as dimensões apontadas vão além dos interesses da pesquisa e precisariam de observação situada, pois “uma competência só pode ser observada em determinada situação e contexto” (UNESCO, 2016, p. 55). Tomando como exemplo a “Dimensão A - Informação - A3. Avaliação/ compreensão crítica - habilidade de compreensão (compreensão de leitura) dos conteúdos e informações consultados”, o participante deveria praticar esse tipo de ação para avaliação do pesquisador, sob o risco de que outra metodologia, como um formulário, acabaria distorcendo a realidade do respondente.

	PRESIDENTES DE BAIRRO	PRESIDENTE CCABA
<i>Componente</i>	<i>Habilidade / Capacidade</i>	
A1. Prioridade de informação	Identificação de necessidades de informação	Identificação de necessidades de informação
A2. Acesso	Buscar/localizar informações e conteúdos Acessar informações e conteúdos RECUPERAR E ARMAZENAR INFORMAÇÕES E CONTEÚDOS ORGANIZAR E SISTEMATIZAR INFORMAÇÕES	Buscar/localizar informações e conteúdos ACESSAR INFORMAÇÕES E CONTEÚDOS Recuperar e armazenar informações e conteúdos Organizar e sistematizar informações
A3. Avaliação/compreensão crítica	Compreensão (compreensão de leitura) dos conteúdos e informações consultados Avaliar as informações consultadas Avaliar a fonte/provedor da informação AVALIANDO O RECURSO CONSULTADO Diferenciar tipos e formatos de textos Classificação e validação de páginas/sites localizados	Compreensão (compreensão de leitura) dos conteúdos e informações consultados Avaliar as informações consultadas Avaliar a fonte/provedor da informação Avaliando o recurso consultado Diferenciar tipos e formatos de textos Classificação e validação de páginas/sites localizados
A4. Usar	UTILIZAR A INFORMAÇÃO CONSULTADA COM UMA FINALIDADE ESPECÍFICA CRIAR, COMPARTILHAR E REPRODUZIR INFORMAÇÕES E CONTEÚDOS Aplicar conteúdos aprendidos	Utilizar a informação consultada com uma finalidade específica Criar, compartilhar e reproduzir informações e conteúdos Aplicar conteúdos aprendidos
A5. Uso avançado	Utilizar de forma ética as informações e recursos consultados ou produzidos Utilizar recursos e serviços de TIC para a criação de informação e conteúdo de forma responsável PARTICIPAR EM ATIVIDADES SOCIAIS OU POLÍTICAS ATRAVÉS	Utilizar de forma ética as informações e recursos consultados ou produzidos Utilizar recursos e serviços de TIC para a criação de informação e conteúdo de forma responsável PARTICIPAR EM ATIVIDADES SOCIAIS OU POLÍTICAS ATRAVÉS

	DE REDES OU PESSOALMENTE, DE FORMA INFORMADA	DE REDES OU PESSOALMENTE, DE FORMA INFORMADA
	Monitorar a capacidade de influência e os efeitos dos meios e informações consumidos	MONITORAR A CAPACIDADE DE INFLUÊNCIA E OS EFEITOS DOS MEIOS E INFORMAÇÕES CONSUMIDOS
A6. Limites/responsabilidades	Compreender o contexto jurídico, económico e social da informação, dos conteúdos e dos meios de comunicação social (direitos, deveres, responsabilidades)	Compreender o contexto jurídico, económico e social da informação, dos conteúdos e dos meios de comunicação social (direitos, deveres, responsabilidades)
B1. Usar	Acesso à informação/competências em TIC Usando a Internet para fins gerais Criação e consumo de conteúdo e informação	Acesso à informação/competências em TIC Usando a Internet para fins gerais Criação e consumo de conteúdo e informação
B2. Uso avançado	Usando serviços bancários on-line Compra de produtos on-line Trabalho on-line Estudar online (eLearning/uso educacional de plataformas digitais de aprendizagem) Gerar ferramentas TIC complexas (competências de programação e análise técnica)	Usando serviços bancários on-line Compra de produtos on-line Trabalho on-line Estudar online (eLearning/uso educacional de plataformas digitais de aprendizagem) Gerar ferramentas TIC complexas (competências de programação e análise técnica)
C1. Usar	CAPACIDADES COGNITIVAS QUE PERMITEM A UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO USANDO FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO USANDO REDES SOCIAIS USANDO A INTERNET CONSUMINDO NOTÍCIAS ONLINE Criação de conteúdo Acessar, criar e reproduzir informações e conteúdos	CAPACIDADES COGNITIVAS QUE PERMITEM A UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO Usando ferramentas de comunicação USANDO REDES SOCIAIS USANDO A INTERNET CONSUMINDO NOTÍCIAS ONLINE CRIAÇÃO DE CONTEÚDO ACESSAR, CRIAR E REPRODUZIR INFORMAÇÕES E CONTEÚDOS
C2. Compreensão crítica	LER, COMPREENDER E AVALIAR CONTEÚDOS MEDIÁTICOS, INFORMATIVOS OU CULTURAIS Classificação de tipos e formatos de textos Compreender o comportamento dos usuários Classificar páginas/sites de acordo com tipo e propriedades (qualidade, oficiais, etc.) Classificar plataformas digitais e compreender as suas características ESTAR ATENTO AO FUNCIONAMENTO E AOS INTERESSES DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DOS FORNECEDORES NO CONSUMO DE CONTEÚDOS/RECURSOS EM GERAL	LER, COMPREENDER E AVALIAR CONTEÚDOS MEDIÁTICOS, INFORMATIVOS OU CULTURAIS Classificação de tipos e formatos de textos Compreender o comportamento dos usuários Classificar páginas/sites de acordo com tipo e propriedades (qualidade, oficiais, etc.) Classificar plataformas digitais e compreender as suas características Estar atento ao funcionamento e aos interesses dos meios de comunicação e dos fornecedores no consumo de conteúdos/recursos em geral
C3. Compreensão crítica da mídia / conhecimento do contexto da mídia	COMPREENDER O FUNCIONAMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO (LÓGICAS DE FUNCIONAMENTO, INTERESSES, PERTENÇA A GRUPOS EMPRESARIAIS) COMPREENDER A REGULAMENTAÇÃO QUE REGE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,	Compreender o funcionamento dos meios de comunicação (lógicas de funcionamento, interesses, pertença a grupos empresariais) Compreender a regulamentação que rege os meios de comunicação social, especialmente o conhecimento dos

	ESPECIALMENTE O CONHECIMENTO DOS CONTEÚDOS, DA INFORMAÇÃO E DOS BENS CULTURAIS EM GERAL	conteúdos, da informação e dos bens culturais em geral
	Compreender as características do ambiente mediático (sistema político, concentração, pluralidade)	Compreender as características do ambiente mediático (sistema político, concentração, pluralidade)
C4. Uso avançado	Participar em utilizações avançadas da Internet (compras, trabalhos online, etc.)	Participar em utilizações avançadas da Internet (compras, trabalhos online, etc.)
	UTILIZAR AS MÍDIAS DE FORMA EQUILIBRADA (DE FORMA ABRANGENTE, CONSIDERANDO LIMITAÇÕES E RESPONSABILIDADES, E SEM GERAR DEPENDÊNCIA)	Utilizar as mídias de forma equilibrada (de forma abrangente, considerando limitações e responsabilidades, e sem gerar dependência)
	Criação de conteúdos de acordo com o público	CRIAÇÃO DE CONTEÚDOS DE ACORDO COM O PÚBLICO
	Criação de conteúdos interativos e criativos.	Criação de conteúdos interativos e criativos.
	Tomar decisões avançadas em TIC (segurança, programação, uso ético e legal)	Tomar decisões avançadas em TIC (segurança, programação, uso ético e legal)
	Utilizar as informações, conteúdos e mídias consultadas/criadas de forma ética e responsável	Utilizar as informações, conteúdos e mídias consultadas/criadas de forma ética e responsável
C5. Participação cidadã/empoderamento	Participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada (cidadania ativa)	Participar em atividades sociais ou políticas através de redes ou pessoalmente, de forma informada (cidadania ativa)
	Usando serviços governamentais online	Usando serviços governamentais online
	Monitorar a capacidade de influência e os efeitos da informação/meios consumidos	Monitorar a capacidade de influência e os efeitos da informação/meios consumidos
	Utilizar a Internet para promover a cooperação	Utilizar a Internet para promover a cooperação
	Utilizar serviços baseados na web (redes sociais, solicitações, meios de comunicação, etc.) para demonstração de opiniões e controle político	Utilizar serviços baseados na web (redes sociais, solicitações, meios de comunicação, etc.) para demonstração de opiniões e controle político
C6. Limites/responsabilidades	CONHECER A REGULAMENTAÇÃO QUE REGE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E AS RESPONSABILIDADES QUE DELA DECORREM	Conhecer a regulamentação que rege os meios de comunicação social e as responsabilidades que dela decorrem
	Conhecer as autoridades reguladoras e os procedimentos legais para interpor reclamações ou recursos	Conhecer as autoridades reguladoras e os procedimentos legais para interpor reclamações ou recursos
	Compreender os direitos de autor (propriedade intelectual, direitos econômicos e direitos de utilização/reprodução)	Compreender os direitos de autor (propriedade intelectual, direitos econômicos e direitos de utilização/reprodução)
Fonte: Adaptado pela autora (Duran-Becerra; Lau, 2020, p. 61-63, tradução nossa)		

APÊNDICE D – Transcrição da entrevista com Marinalva Carneiro Guimarães - presidente do setor Cimba (com intervenção do sr. Vanadir Guimarães, pai de Marinalva)

Disponível no link [APÊNDICE D – Transcrição da entrevista com Marinalva Carneiro Guimarães.docx - Documentos Google](#)

APÊNDICE E – Transcrição da entrevista com Mariza Gomes de Sousa - presidente do setor
Alto Bonito

Disponível no link [APÊNDICE E – Transcrição da entrevista com Mariza Gomes de Sousa.docx - Documentos Google](#)

APÊNDICE F – Transcrição da entrevista com Josirene da Silva Lima - presidente do
CCABA

Disponível no link [APÊNDICE F – Transcrição da entrevista com Josirene da Silva Lima.docx - Documentos Google](#)